

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

GIANI VENDRAMEL DE OLIVEIRA

**"A CAIC (COMPANHIA DE AGRICULTURA, IMIGRAÇÃO E COLONIZAÇÃO)
E O PROCESSO IMIGRATÓRIO NO ESTADO DE SÃO PAULO (1928-1961)".**

MARINGÁ
2010

GIANI VENDRAMEL DE OLIVEIRA

**"A CAIC (COMPANHIA DE AGRICULTURA, IMIGRAÇÃO E COLONIZAÇÃO)
E O PROCESSO IMIGRATÓRIO NO ESTADO DE SÃO PAULO (1928-1961)".**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História, da Universidade Estadual de Maringá, como requisito para obtenção do título de Mestre em História. Área de concentração: Política, Movimentos Populacionais e Sociais: Política e Movimentos Sociais. Orientador: Prof. Dr. João Fábio Bertonha.

MARINGÁ
2010

GIANI VENDRAMEL DE OLIVEIRA

**"A CAIC (COMPANHIA DE AGRICULTURA, IMIGRAÇÃO E COLONIZAÇÃO)
E O PROCESSO IMIGRATÓRIO NO ESTADO DE SÃO PAULO (1928-1961)".**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História, da Universidade Estadual de Maringá, como requisito para obtenção do título de Mestre em História.

Aprovada em 22 de fevereiro de 2010.

Banca:

Prof. Dr. João Fábio Bertonha (UEM)
Orientador e Presidente

Prof. Dr. Paulo Roberto Cimó Queiroz (UFGD)

Prof. Dr. Angelo Piori (UEM)

**FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA
Bibliotecária: Cecília Maria Jorge Nicolau CRB nº 3387**

OL4c **Oliveira, Giani Vendramel de, 1985-**
 “A CAIC (Companhia de Agricultura, Imigração e
 Colonização) e o processo imigratório no Estado de São Paulo
 (1928-1961)” / Giani Vendramel de Oliveira. - - Maringá, PR
 : [s. n.], 2010.
 178p.

Orientador: João Fábio Bertonha.
Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de Maringá,
Departamento de História e Programa de Pós-Graduação em
História.

1. Companhia de Agricultura, Imigração e Colonização.
2. Imigrantes – São Paulo (Estado) – 1928-1961. 3. Colonização –
Brasil. 4. Movimentos sociais. I. Bertonha, João Fábio.
II. Universidade Estadual de Maringá. Departamento de História
e Programa de Pós-Graduação em História.

Dedico este trabalho

Aos meus familiares, amigos e professores, com todo amor.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, e acima de tudo, agradeço a DEUS, por me conferir força, paciência e perseverança na realização deste trabalho. Em segundo lugar agradeço a todos os meus familiares, em especial meus pais, Vera e Íris, que me deram todo o amor e o apoio que precisei na vida até o momento; a minha irmã, Luciana, que foi e continua sendo uma grande inspiração para mim, as minhas tias Flora e Darci, que além do apoio financeiro sempre confiaram em mim, me incentivaram e me deram ânimo para eu prosseguir os meus estudos.

As minhas amigas da vida Aline, Ana Claudia, Ana Maria (em memória), Geovana e Rosimara que fizeram parte da minha formação e estão comigo a mais de 18 anos. Aos meus amigos de faculdade, em especial Andrey, Fabiano, Juliana, Lucas, Marcio e Mariana, companheiros de estudo, de baladas, de congressos e principalmente de conversas intermináveis.

Não posso deixar de agradecer meus queridos professores da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, que sempre se esforçaram ao máximo para transmitir o que há de melhor para seus alunos, em especial a Prof. Dr. Marica Celma Borges, de quem eu recebi orientação e milhares de broncas para eu não desistir da pesquisa.

Agradeço também a todos os professores da Universidade Estadual de Maringá. Ao meu querido orientador João Fábio Bertonha, por sempre responder meus e-mails prontamente e tentar me acalmar nas horas em que eu me via mais desesperada. Aos membros da banca de defesa Angelo Priori e Paulo R. Cimó Queiroz, pelas dicas e contribuições para a realização desta pesquisa.

A todos os funcionários do Centro de Memória da Unicamp (CMU) que me receberam super bem e disponibilizaram todo o material que eu ocupei no presente trabalho.

Enfim, agradeço a TODOS que torceram por mim e me apoiaram nesta etapa da minha vida.

Ser historiador é nunca se resignar. É tentar tudo, experimentar tudo para preencher as lacunas da informação. É explorarmos todo o nosso engenho, eis a verdadeira expressão.
Lucien Febvre (1949)

RESUMO

A presente dissertação tem como objetivo fazer uma análise da atuação da Companhia de Agricultura, Imigração e Colonização (CAIC) no Estado de São Paulo. Fundada em julho de 1928, a Companhia tinha como principais interesses à compra de terras, seu retalhamento e a venda dos lotes, bem como a introdução de trabalhadores agrícolas, nacionais e estrangeiros, no Estado de São Paulo. Em outubro de 1934 a empresa foi reorganizada passando a ter como principal acionista e “controladora” a Companhia Paulista de Estrada de Ferro. Após trinta e três anos de atuação a CAIC deixa de existir como uma empresa privada quando em 1961, juntamente com a Companhia Paulista, foi encampada pelo Governo.

Palavras-chave: (1) CAIC (2) Imigração (3) Colonização

ABSTRACT

This study aims to make a analysis of the performance of the Companhia de Agricultura, Imigração e Colonização (CAIC) in the State of São Paulo. Founded in July 1928, the Company had a major interest for the purchase of land, its shredding and sale of lots, as well as the introduction of agricultural workers, domestic and foreign, in the State of São Paulo. In October 1934 the company was reorganized to read as principal shareholder and "controlling" the Companhia Paulista de Estrada de Ferro. After thirty-three years of work to CAIC leave to exist as a private company in 1961 when, together with the Company Paulista was encamp by the Government.

Keywords: (1) CAIC (2) Colonization (3) Immigration

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

FIGURA 1 Mapa das divisões regionais do Estado de São Paulo.....	23
FIGURA 2 Mapa correspondente a “Região de Bragantina”.....	67
FIGURA 3 Propaganda do “Adubo Guerreiro”.....	80
FIGURA 4 Loteamento do “Núcleo Tapetão” - 1936	140
FIGURA 5 Propaganda para a venda de terras.....	146
FIGURA 6 Mapa das terras retalhadas pela CAIC.....	154

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CAFSM	Companhia Agrícola “Fazenda São Martinho”
CAIC	Companhia de Agricultura, Imigração e Colonização
CGICB	Companhia Geral de Imigração e Colonização do Brasil
CMU	Centro de Memória da Unicamp
CPEF	Companhia Paulista de Estrada de Ferro
DNC	Departamento Nacional do Café
ICLE	Instituto Nazionale Di Credito Per IL Lavoro Italiano All’Estero

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	13
CAPÍTULO 1.....	20
A CULTURA CAFEEIRA NO ESTADO DE SÃO PAULO: DO APOGEU AO DECLÍNIO.....	20
1.1 O café e a imigração.....	29
1.2 Relações de trabalho nas fazendas de café.....	40
1.3 Crise e decadência do café.....	45
CAPÍTULO 2.....	50
ORIGEM E DESENVOLVIMENTO DA CAIC.....	50
2.1 Empreendimentos da CGICB no setor de imigração.....	56
2.2 Empreendimento da CGICB no setor de colonização.....	59
2.3 Momentos de transição: de Companhia Geral de Imigração e Colonização do Brasil (CGICB) a Companhia de Agricultura, Imigração e Colonização (CAIC)....	71
2.4 A Fábrica de “Adubos Guerreiro”.....	76
2.5 Trajetória interrompida: a encampação da CAIC.....	84
CAPÍTULO 3.....	89
OS PROJETOS DA CAIC NO SETOR IMIGRAÇÃO.....	89
3.1 O angariamento de trabalhadores nacionais.....	122
3.2 Conflitos entre a Secretaria de Agricultura, Indústria e Comércio e a CAIC...	129
CAPÍTULO 4.....	133
O EMPREENDIMENTO DA CAIC NO SETOR DE COLONIZAÇÃO.....	133
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	157
FONTES.....	163
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	165
ANEXOS.....	170

INTRODUÇÃO

A década de 1930 foi um período de grandes transformações para o Brasil. No campo político a oligarquia rural vinha perdendo a sua hegemonia, o que culminou com a Revolução de 1930, na qual rompeu-se com a chamada “política do café com leite” que alternava no poder políticos mineiros e paulistas. A partir desta Revolução, assume o poder Getúlio Vargas, que passa a incentivar outros setores da economia, deixando de priorizar o setor agrário. Durante esta década o governo brasileiro passou a impulsionar o desenvolvimento da produção industrial, possibilitando o surgimento de novas fábricas.

No início de 1930, o país começou a sentir os efeitos da Crise de 1929 que havia principiado nos Estados Unidos, mas suas consequências tinham se estendido a diversos países. O advento desta Crise afetou principalmente os fazendeiros de café, que além de perderem um importante mercado consumidor de seu produto ainda encontravam dificuldades para adquirirem crédito financeiro. Diversos proprietários rurais, na tentativa de superar a crise, tiveram que abrir mão de parte de suas propriedades, vendendo-as a pequenos sítios. Neste momento, a cultura cafeeira também deixava de ser priorizada, abrindo espaço para a policultura.

Foi neste cenário de constantes modificações que foi fundada a Companhia de Agricultura, Imigração e Colonização (CAIC), que será o foco deste trabalho. Esta empresa tinha como principais objetivos a compra de terras, seu retalhamento e a venda dos lotes, bem como a introdução de trabalhadores agrícolas, nacionais e estrangeiros, no Estado de São Paulo. Para iniciar os seus trabalhos a Companhia dividiu a empresa em dois setores, um para trabalhar no movimento de imigração e o outro para atuar na colonização.

O Setor de Imigração foi constituído em 1928 e perdurou até o ano de 1938. Durante estes dez anos a Companhia dedicou-se a fazer a introdução de trabalhadores nacionais e estrangeiros. Primeiramente seu foco esteve voltado para a introdução de imigrantes, no entanto, após a Primeira Guerra Mundial o fluxo da imigração estrangeira para o Brasil havia caído consideravelmente. Com a entrada de Getúlio Vargas no poder, em 1930, cresceu as restrições para a entrada destes sujeitos o que dificultou os planos da Companhia.

Em vista das dificuldades para angariar trabalhadores estrangeiros, a Companhia se voltou para o angariamento dos nacionais. Principalmente nos anos de 1936 e 1937 a empresa conseguiu resultados consideráveis neste empreendimento, no entanto, a CAIC só transportava trabalhadores com o subsídio do Governo, sempre estando em contato com a Secretaria de Agricultura, Indústria e Comércio. Mas não demorou muito para se estabelecer conflitos entre a CAIC e a Secretaria, em geral pelo atraso por parte da representante do Governo em repassar o subsídio para a Companhia. Este fator desestimulou a CAIC a continuar com seu negócio de imigração, e a partir de 1938 seu foco se voltou unicamente para seu principal empreendimento, o setor de Colonização.

A secção de Colonização também foi constituída em 1928, no entanto sua atuação perdurando até o ano de 1961. Nos primeiros anos a Companhia foi cautelosa neste setor, atuando apenas como intermediária para a venda de terras de propriedade de fazendeiros ou de outras empresas do ramo, até mesmo pela sua falta de capital para fazer investimentos mais grandiosos. Somente após a CAIC ser incorporada pela Companhia Paulista de Estradas de Ferro, em 1934, foi possível a realização de empreendimentos mais ousados neste setor.

Sendo assim, o objetivo deste estudo é entender o funcionamento desta empresa de colonização, ou seja, como ela atuava nos setores de retalhamento de terras e de imigração e como os acontecimentos externos interferiam e direcionavam os seus negócios. Para isto, o trabalho foi dividido em quatro capítulos.

O primeiro capítulo deste trabalho é constituído, sobretudo, por bibliografias que abordam todo o período da economia cafeeira no Estado de São Paulo, do seu apogeu até o declínio, a fim de demonstrar como a ascensão e queda da cultura cafeeira contribuíram para o surgimento das companhias colonizadoras. Não podemos deixar de mencionar a contribuição de autores como Holloway (1984) e Milliet (1982), que apontam de forma detalhada a passagem do café pelo Estado de São Paulo e suas conseqüências para o desenvolvimento do Estado.

A mão de obra mais utilizada na cultura cafeeira foi a imigrante, e para entender a dinâmica das relações de trabalho entre colonos e fazendeiros foi imprescindível a leitura dos trabalhos de Costa (1982), Holloway (1984), Stolcke e Hall (1983) que abordam os sistemas de contrato estabelecidos entre os proprietários de terras e os trabalhadores rurais como a parceria e o colonato, além de destacarem os conflitos ocorridos entre eles. Por fim, o trabalho de Caio Prado Junior (1971) foi de grande contribuição para entender as constantes crises da cultura cafeeira, e as tentativas feitas pelos governantes para manter a cultura do produto em ascensão. Sua obra também possibilitou a compreensão das transformações e rupturas ocorridas na década de 1930 que foram cruciais para os negócios da Companhia de Agricultura, Imigração e Colonização.

Já o segundo capítulo privilegia a análise e discussão das fontes. A principal abordagem deste capítulo é a trajetória da Companhia como um todo, desde a sua fundação

em 1928, seu desenvolvimento e expansão, até o momento em que a empresa é encampada pelo Estado, em 1961, deixando de existir como uma companhia privada.

A análise tem início com a fundação da CGICB, empresa que posteriormente se transformou na CAIC, demonstrando alguns dos seus investimentos nos setores de imigração e colonização. Em seguida foi abordada a fusão entre a CAIC e a Companhia Paulista de Estrada de Ferro, os conflitos e o desfecho gerado por essa associação. Também foi apontada brevemente a iniciativa da Companhia no setor industrial, com a implantação, em parceria com o Governo, de uma fábrica de adubos denominada “Guerreiro”. O último tópico demonstra as dificuldades financeiras pela qual a CPEF estava passando o que acarretou na sua encampação pelo Governo do Estado de São Paulo. O objetivo deste capítulo é fazer uma introdução ao leitor sobre quem foi a CAIC.

O terceiro capítulo demonstra de forma detalhada a atuação da Companhia de Agricultura, Imigração e Colonização no setor de imigração, primeiramente apontando seus esforços para o engajamento de imigrantes. Neste ponto, o diálogo com o estudo de Geraldo (2007) foi de extrema importância para entender como a política adotada por Vargas vinha restringindo a entrada de estrangeiros, o que de certa forma contribuiu para o insucesso da Companhia neste setor. Posteriormente são apontadas as investidas da CAIC para a introdução de trabalhadores nacionais no país, principalmente os provenientes dos estados nordestinos.

Por fim, o quarto e último capítulo assinala a atuação da CAIC no Setor de Colonização, demonstrando principalmente através da análise do Programa da Companhia, as intenções da empresa para este setor e através da análise das demais fontes a efetiva atuação da CAIC no retalhamento de terras. Sobre esta temática os estudos de Monbeig (1984) foram de grande auxílio, especialmente suas análises sobre a expansão das

fronteiras, o povoamento e colonização no Estado de São Paulo, inclusive sua obra aborda grande parte do período em que a CAIC atuou neste setor.

Para a elaboração deste estudo foram utilizadas as fontes que se encontram no Centro de Memória da Unicamp (CMU), que são constituídas por livros copiadores de cartas da CAIC, atas de reuniões dos acionistas, recortes de jornais da época de sua atuação, entre outros. Da ampla documentação sobre a CAIC presente no CMU, foram utilizadas neste trabalho o livro (Processo Nº 29) Origens da Companhia-1928, que em suas 372 páginas traz documentos diversos como recortes de jornais, estatutos, atas de reuniões, programas, cartas, etc. Também foram analisados treze livros copiadores de correspondência, sendo que os livros de número 01 ao 05 possuem 500 páginas cada, já os livros de 06 ao 11, o 36 e o 37 contém 1.000 páginas cada. Ou seja, foram analisadas mais de 10.500 páginas.

Além dos livros copiadores de correspondência, foram utilizados 21 relatórios das assembleias gerais ordinárias, ocorridas anualmente, que demonstram os investimentos e a atuação da empresa a cada ano. Os Relatórios estão numerados do 1 ao 23, iniciando no ano de 1935 e terminando com o balanço de 1957. Também foram consultados os livros Recorte de Jornais “Nº 94 Doesp e jornais diversos 1947-1967” e “Nº 49 (1934-1947)”, que contém recortes de publicações referentes à Companhia.

Conforme Thompson (1981), a variedade de fontes torna a pesquisa mais completa. O autor ainda ressalta a importância de questioná-las, pois em sua maioria possuem um enorme apanhado de significados implícitos, cabendo ao pesquisador analisar o material e, sobretudo, questioná-lo, como foram produzidos, onde, para que finalidade. Fica evidente na passagem que segue abaixo a importância de se trabalhar com a fonte. Nas palavras de Thompson:

[...] os fatos não revelarão nada por si mesmos, o historiador terá que trabalhar arduamente para permitir que eles encontrem “suas próprias vozes”. Mas atenção: não a voz do historiador, e sim a sua (dos fatos) própria voz, mesmo que aquilo que podem “dizer” e parte de seu vocabulário seja determinado pelas perguntas feitas pelo historiador. Os fatos não podem “falar” enquanto não tiverem sido interrogados.¹

Neste sentido, procurei ter o máximo de cuidado com a documentação analisada, tendo sempre em mente por quem e para que elas foram produzidas. Embora seja uma documentação ampla, devemos estar cientes de que ela não consegue responder todas as indagações surgidas durante a escrita do trabalho. Os livros copiadores de correspondência, por exemplo, só possuem cópias de **cartas enviadas** pela Companhia, o que limita um pouco o entendimento da atuação da empresa.

As fontes descritas acima haviam sido pouco trabalhadas. Até o presente momento pôde ser constatado apenas uma monografia de Honório de Souza Carneiro, escrita em 1985, que utilizou parte da documentação para demonstrar o “espírito empreendedor e capitalista” dos fazendeiros paulistas. O trabalho de Carneiro mostra de forma muito sucinta a atuação da Companhia, e não utiliza as fontes em sua totalidade e nem de forma detalhada, o autor utiliza somente os relatórios das assembleias gerais e algumas atas de reuniões.

Além da monografia, existem mais dois artigos que fazem uso de uma pequena parte das fontes da CAIC, escritos por Endrica Geraldo (2004) e Anselmo Alfredo (2008). Ambos também utilizam apenas os relatórios das assembleias gerais e algumas atas de reuniões. A originalidade da presente pesquisa está em abranger um maior número de

¹ THOMPSON, 1981, p. 40.

fontes sobre a Companhia, como os livros copiadores de correspondência que foram a base para o estudo.

Ao analisar de maneira minuciosa as fontes da CAIC, foi possível compreender de que maneira diversos colonos conseguiram adquirir terras no Estado de São Paulo, também foi possível visualizar a expansão e o desenvolvimento de diversas áreas do Estado, seu povoamento e a fundação de novos municípios, que era muito frequente no período em que a Companhia atuou como uma empresa privada (1928-1961). Este trabalho também possibilitou analisar a imigração durante uma época que não costuma ser muito estudada, pois a maioria dos trabalhos que enfocam esta temática priorizam o período da chamada “Grande Imigração” (1870-1920).

Com este trabalho, almejo poder ter contribuído com os estudos de imigração e colonização no país, tendo como ponto de partida os trabalhos desenvolvidos por uma empresa que atuou nestes ramos por mais de trinta anos. Cabe destacar, que ao elaborar este estudo novas questões foram suscitando como as relacionadas às migrações internas no Brasil, principalmente de regiões pouco discutidas como a vinda de trabalhadores do Rio Grande do Sul, Santa Catarina e do Rio de Janeiro para trabalharem nas lavouras cafeeiras. Também despertou a curiosidade em conhecer a visão que os municípios fundados pela CAIC e os seus compradores de lotes tem a respeito da Companhia, entre outras. Por fim, espero que outros pesquisadores possam fazer uso das ricas fontes relacionadas à Companhia, e que não deixem que a memória desta empresa, que teve uma atuação de destaque no povoamento do Estado de São Paulo, se perca no tempo.

CAPÍTULO 1

A CULTURA CAFEIEIRA NO ESTADO DE SÃO PAULO: DO APOGEU AO DECLÍNIO

Durante pouco mais de um século, o panorama do nosso crescimento e do nosso progresso se desdobra num cenário de colinas riscadas por cafezais. Tudo gira em torno do 'ouro verde', dele tudo emana e a ele tudo se destina: homens, animais, máquinas. (Sérgio Milliet, 1982).

Ao pensarmos no desenvolvimento do Estado de São Paulo ao longo de sua história, nos mais diversos setores (econômico, político, social e cultural), é praticamente impossível não levar em consideração as transformações que a cultura cafeeira acarretou a esta região. Ao conhecer o período áureo da cultura do café em São Paulo é possível entender a construção do Estado e de sua população. A economia cafeeira possibilitou o melhoramento das vias de comunicação através da construção de diversas ferrovias, estimulou a industrialização, gerou riquezas não apenas para o Estado, mas para todo o Brasil e ainda abriu portas para a entrada de uma legião de imigrantes.

O declínio da cultura cafeeira também não passou despercebido, acarretou uma série de consequências, tanto para o Estado de São Paulo como para o país. A oligarquia cafeeira foi perdendo o seu poderio, tanto financeiro como político. A monocultura foi cedendo lugar a uma diversidade de gêneros agrícolas, no mesmo instante em que parte dos latifúndios foram sendo desmembrados, possibilitando que indivíduos providos de renda modesta se tornassem proprietários rurais². Neste mesmo período, uma outra atividade econômica e altamente lucrativa chama a atenção, cresce o número de empresas

² Para informações mais detalhadas sobre o assunto ver PRADO JR., Caio (1971), LINHARES e SILVA (1999).

imobiliárias, que se dedicavam a retalhar as grandes propriedades rurais e vendê-las principalmente a colonos. Neste contexto, o objetivo deste capítulo é o de entender como a cultura cafeeira, do seu apogeu ao declínio, contribuiu para o surgimento destas companhias de colonização, em especial o advento da Companhia de Agricultura, Imigração e Colonização (CAIC).

A planta do café foi introduzida no norte do país por volta de 1720 e foi se estendendo paulatinamente “através das regiões costeiras povoadas, até alcançar São Paulo”³. A boa qualidade do solo e o clima propício para este tipo de cultura são apontados por diversos autores como um dos pré-requisitos para o sucesso da cultura cafeeira na região.⁴ Sua produção em larga escala foi estimulada pelo aumento do consumo do produto pelos países da Europa e América do Norte, sobretudo na segunda metade do século XIX.

O avanço das plantações cafeeiras foi crescendo em ritmo acelerado durante o século XIX e já em 1830 o café passou a ocupar o posto de principal produto de exportação do Brasil, superando o açúcar. Por volta da década de 1890, São Paulo passou a ser considerado o maior centro exportador de café do mundo.⁵ O café manteve seu posto até fins de 1950, só perdendo a sua hegemonia na década de 1960 devido ao aumento da diversidade de produtos que passaram a ser exportados.

Sobre a passagem do café pelo Estado de São Paulo, Holloway (1984) aponta que, de 1830 a 1870 a produção se concentrou principalmente na região do Vale do Paraíba. Mas devido ao desgaste do solo, a região vale-paraibana sofreu muito cedo com a queda de sua produtividade, o que fez a lavoura se expandir cada vez mais para o Oeste paulista. De

³ HOLLOWAY, 1984, p.22.

⁴ HOLLOWAY (1984), TAUNAY (1945), MONBEIG (1984) e MILLIET (1982).

⁵ STOLCKE, 1986, p.11.

acordo com Martins: “A partir de 1850, o rush migratório para o Oeste paulista assumiu grandes proporções. As ‘terras roxas’, mais férteis que as demais, eram o grande atrativo”.⁶

Milliet (1982) aponta que, o avanço do café para o Oeste se desenvolveu em constante progresso, cada vez englobando mais áreas. A cultura cafeeira foi adentrando os “sertões”, as terras virgens, e em meados de 1935 alcançou o extremo Oeste do Estado, também neste período seu cultivo transpôs a fronteira do Paraná e do Mato Grosso⁷.

A cultura cafeeira não se desenvolveu de forma homogênea em todo o Estado, pois o seu território é extenso e apresenta diferenças na qualidade do solo e clima. Até mesmo o desenvolvimento econômico de cada região se deu em ritmo diferenciado. Para melhor entender a dinâmica da passagem do café por São Paulo, alguns pesquisadores dividem o seu território em regiões, pois em cada parte do Estado o café teve um desenvolvimento peculiar⁸. Desta forma, para elucidar o leitor será adotada a divisão formulada por Thomas Holloway⁹:

⁶ MARTINS, 1973, p. 51.

⁷ O Estado que Milliet se refere, hoje é o atual Mato Grosso do Sul.

⁸ É importante salientar que a cultura do café no Estado de São Paulo não segue necessariamente uma rígida ordem cronológica. No entanto, algumas zonas do Estado se destacaram na produção deste gênero (em um determinado período) em relação a outras. A divisão adotada abaixo tem como objetivo apenas facilitar o estudo do desenvolvimento do café no Estado de São Paulo e destacar as principais características de cada região, sejam elas agrícolas ou não.

⁹ Esta divisão foi escolhida por se apresentar, ao meu ver, de forma mais clara e minuciosa se comparada a divisão estabelecida por MILLIET (1982).

Figura 1 – Mapa das divisões regionais do Estado de São Paulo¹⁰



Como pode ser observado no mapa acima, a zona 1 corresponde ao município de São Paulo e suas imediações. Durante o período da cultura cafeeira em São Paulo, esta cidade exerceu o papel de centro comercial, industrial, financeiro e político-administrativo do Estado. Nesta zona, devido à má qualidade do solo e ao clima úmido o café não se desenvolveu com muita força, sendo sua principal atividade agrária a criação de aves, produção de verduras e laticínios. Por volta de 1920, a atividade econômica desta área passou a se focar no setor industrial.

A zona 2, que corresponde em parte ao Vale do Paraíba, foi a primeira região a introduzir a cultura cafeeira no Estado, sendo que em 1886 era responsável por vinte e um por cento do café cultivado em São Paulo, mas logo em seguida sua produção foi

¹⁰ Mapa retirado do livro “Imigrantes para o café” de Thomas H. Holloway (1984, p.34).

declinando, devido ao desgaste do seu solo. No início do século XX sua produção já não era significativa comparada a outras regiões em ascensão.

A zona 3, região de Sorocaba, não teve seu solo e clima considerados propícios para o cultivo do café, sendo baixa a produtividade do gênero. Esta região se focou em culturas diversificadas como cana-de-açúcar, algodão e criação de bovinos.

A zona 4 (Central) também foi uma das primeiras a desenvolver de forma sistemática o cultivo do café. Gradativamente a produção de açúcar, que era a principal cultura da região, foi sendo substituída pelo café. Campinas é considerada a cidade de destaque desta zona, pois se constituiu em um importante centro de transporte, possuindo além das ferrovias Paulista e Mogiana, diversas linhas complementares.

A zona 5 (Mogiana) tem seu nome derivado da estrada de ferro cujos ramais serviam a maior parte desta região. Por volta de 1880, as melhorias no transporte propiciaram um rápido crescimento da zona. Seu município de maior destaque foi Ribeirão Preto, famoso pelo solo considerado de ótima qualidade para o plantio do café.

A zona 6 (Paulista) tem pontos em comum com a Mogiana, ambas têm seus nomes derivados de companhias de estrada de ferro e o desenvolvimento do cultivo do café nestas áreas ocorreram em períodos semelhantes, no fim do século XIX, um pouco tardio em relação às zonas anteriores devido à distância que se encontram do porto de Santos. Juntas, às zonas Central, Mogiana e Paulista formam o chamado “oeste velho”.

A Araraquarense (zona 7) é intermediária entre o oeste velho e às novas zonas. A produção de café nesta área foi praticamente simultânea a chegada da ferrovia, que se deu na última década do século XIX. Nas zonas 4, 5, e 6 a produção do café havia precedido os trilhos.

Considerada a mais tardia no desenvolvimento da cultura cafeeira, a Noroeste (zona 8) acelerou sua produção principalmente no início do século XX, quando a ferrovia já havia sido instalada na região. Conforme Holloway (1984), os mapas anteriores a 1906 apontavam a região como um território inexplorado¹¹, o autor observa também que na construção da ferrovia Noroeste houve diversos conflitos entre os brancos e índios que viviam no local, o que resultou no extermínio dos nativos, fato que também foi destacado por Monbeig (1984). Esta região foi cobiçada pelos fazendeiros durante a proibição do governo de plantar novos cafezais que durou de 1903 a 1911, na tentativa de controlar o excesso de produção. Neste período o grande atrativo da região Noroeste era seu isolamento que dificultava a fiscalização governamental.

A zona 9 (Alta Sorocabana) e a zona 8 formam o chamado “oeste novo”. O diferencial destas duas regiões é que ao contrário das anteriores, aqui a estrada de ferro precedeu a expansão agrícola.

A zona 10 (Baixa Sorocabana) possuía um solo pobre, acidentado e um clima não propício para o plantio do café. Devido a estas circunstâncias a região não se destacou como grande cultivadora do produto, dando-se preferência a lavoura de subsistência e criação de gado.

A zona 11, que compreende uma parte do litoral paulista, teve Santos como a cidade de destaque. Este município foi importante, pois por meio de seu porto foi feito o escoamento da maior parte da produção de café do Estado. Foi também por onde entraram uma massa de imigrantes vindos da Europa destinados como mão de obra para os cafezais.

¹¹ Na obra de SILVA (2002, p. 33) pode ser observado um mapa do Estado de São Paulo do ano de 1907, onde a região Noroeste é retratada como um espaço em branco, ainda pouco conhecido.

Na medida em que as terras de uma região iam perdendo a qualidade, os fazendeiros avançavam a fronteira e iniciavam uma nova plantação em áreas virgens, mais férteis. Este movimento contribuiu para a ampliação de cidades e para o povoamento em todo o Estado. Alguns autores ressaltam a questão da influência da economia na demografia, destacando o surgimento de inúmeros municípios e do aumento substancial da população durante o período da expansão cafeeira.¹² Sobre o aumento do número de municípios no Estado de São Paulo, por exemplo, houve um movimento acelerado, passando de 46 em 1850, para 121 em 1886, saltou para 206 em 1920 e 261 em 1934¹³. A população cresceu em ritmo semelhante. Na região Noroeste, por exemplo, o número de habitantes se elevou de 136.454 em 1920 para 608.027 em 1935.¹⁴

Este movimento de deslocamento de antigas plantações em zonas velhas para a abertura de fazendas em novas áreas é descrito por Monbeig (1984) como “movimento pioneiro”. Mas afinal, quem eram os pioneiros?

O autor caracteriza como sendo pioneiros os fazendeiros, grileiros, negociantes de terras e os imigrantes. Este último foi denominado pelo autor como o “grosso” do exército pioneiro, e serviam como mão de obra. Na concepção de Martins (1971), o termo “pioneiro” não se refere ao sentido de primeira ocupação, uma vez que em muitas regiões afetadas pela “frente pioneira” já se encontravam povoadas, mesmo que em pouca densidade. O autor diverge em alguns pontos do conceito de “pioneiro” formulado por geógrafos como Monbeig e Waibel, e prefere analisar este movimento de avanço nas

¹² Para uma análise mais detalhada sobre o assunto ver MILLIET (1982), MONBEIG (1984) e HOLLOWAY (1984).

¹³ HOLLOWAY, 1984, p. 33.

¹⁴ MILLIET, 1939, p. 27.

fronteiras sob um ponto de vista sociológico. Para isto, divide o movimento em “frente de expansão” e “frente pioneira”.

Conforme Martins (1971), “a frente pioneira exprime um movimento social cujo resultado imediato é a incorporação de novas regiões pela economia de mercado. Ela se apresenta como fronteira econômica”¹⁵. Já a frente de expansão estaria ligada a uma economia de excedentes. Os indivíduos inseridos nesta frente se dedicam aos produtos de subsistência, podendo trocar no mercado o que excede as suas necessidades, assim absorvem a renda gerada pela terra. Outra característica da frente de expansão é o “uso privado das terras devolutas, em que estas não assumem a equivalência de mercadoria. Por isso, a figura central da frente de expansão é a do ocupante ou posseiro”.¹⁶

Ao contrário da frente de expansão, na frente pioneira a terra é comprada e não ocupada¹⁷. Sobre a frente pioneira Martins assinala:

A característica imediata desta última é a de que se instaura como empreendimento econômico: empresas imobiliárias, ferroviárias, comerciais, bancárias etc. loteiam terras, transportam mercadorias, compram e vendem, financiam, a produção e o comércio. Passa-se, assim, da produção do excedente para a produção de mercadoria.¹⁸

Dentre os empreendimentos econômicos pontuados por Martins, a atuação das ferrovias foi fundamental para o desenvolvimento do complexo cafeeiro paulista,

¹⁵ MARTINS, 1971, p. 35.

¹⁶ Idem, p. 37.

¹⁷ Uma análise diferenciada sobre as frentes pioneiras é descrita por FOWERAKER (1981). Para o autor, a fronteira pioneira se expande em resposta às demandas do mercado nacional, e em função da acumulação econômica dentro da economia nacional, principalmente a partir da década de 1930. Ou seja, o crescimento da economia nacional é que estimula a expansão da fronteira. O destaque da análise de Foweraker está na ênfase que o autor faz da fronteira como sendo um lugar de confronto entre camponeses (posseiros) e fazendeiros, companhias agrícolas e empresários.

¹⁸ MARTINS, 1971, p. 37.

contribuindo para superar distâncias entre as regiões, facilitar o escoamento dos produtos e ampliar a mobilidade espacial.

A implantação das ferrovias no Estado de São Paulo teve início por volta de 1850, trazendo diversos benefícios para a produção cafeeira bem como possibilitando a sua expansão em direção ao interior do Estado. O escoamento do café ficou mais ágil e seu custo foi reduzido em cerca de vinte por cento do preço de exportação da saca. Os altos lucros obtidos pelas estradas de ferro com o transporte da produção cafeeira, foram estímulos para a implantação de novas linhas que faziam a ligação do interior do Estado com o porto de Santos. Conforme Spindel (1979, p. 41-48), no auge da produção cafeeira surgiram diversas companhias ferroviárias como a São Paulo Railway (1868), Companhia Paulista de Estrada de Ferro (1869), Ituana e Sorocabana (1870), Mogiana (1872), Bragantina (1877) e Rio Claro (1880).

A autora destaca que a expansão ferroviária no Estado se fez, em parte, com a participação do capital estrangeiro, principalmente o inglês, por meio de financiamentos e/ou investimentos diretos no setor e empréstimos às companhias organizadas pelo capital nacional, público ou privado. Seu investimento direto se deu com a posse de uma ferrovia em específico, a São Paulo Railway.

A implantação dos trilhos diminuiu também os riscos de extravio, deterioração e destruição de parte da produção, mais frequentes quando o transporte era feito com tropas de mulas. O advento da ferrovia permitiu uma significativa economia de mão de obra que antes era desviada da lavoura para o transporte com animais, entre outros benefícios que não cabe no momento descrevê-los ao leitor¹⁹.

¹⁹ Para uma maior compreensão sobre as mudanças acarretadas com o advento das ferrovias ver COSTA (1982), SPINDEL (1979) e MATOS (1990).

A cultura do café exigia muitos cuidados, quando os arbustos começavam a crescer eram necessárias constantes carpas, retirando toda a erva daninha e o capim que estivessem em volta dos cafeeiros, pois este tipo de vegetação poderia prejudicar o desenvolvimento dos arbustos, roubando água e nutrientes do solo e conseqüentemente baixando a produtividade. Além da carpa fazia parte do “trato”²⁰ do café a retirada de galhos mortos e o replantio das mudas que não vingassem. Tanto a colheita como a carpa eram feitas manualmente, sendo necessário muito cuidado para não colher as cerejas²¹ já maduras com as verdes. Também era fundamental a agilidade, pois a demora para a retirada dos frutos maduros provocava o seu enrugamento e eles acabam secando no pé.

Para todos estes cuidados exigia-se uma grande quantidade de mão de obra. Apesar dos esforços para tentar modernizar as técnicas de cultivo os avanços foram lentos, principalmente no início da experiência de produzir o café, com isso, o instrumento básico utilizado nos cafezais foi durante muito tempo a enxada. Com a crescente necessidade de trabalhadores para as fazendas cafeeiras e sendo o Brasil, na época, pouco povoado, a palavra de ordem entre os fazendeiros passou a ser: “Braços para a lavoura”.

1.1 O café e a imigração

Durante um longo período a mão de obra predominante no país foi a escrava. O escravo negro no Brasil foi empregado em todas as atividades que exigissem esforço físico, principalmente nas grandes propriedades monocultoras, sendo em muitas regiões a principal força de trabalho. Os negros desempenhavam todas as atividades necessárias ao

²⁰ Este termo é utilizado para denominar os cuidados com os cafeeiros como limpeza, replantio, entre outros.

²¹ “Cereja” é a denominação popular dada ao fruto do cafeeiro.

bom funcionamento das unidades agrícolas: dedicavam-se ao trabalho na terra, eram empregados em atividades domésticas, ou ainda, em atividades complementares à agricultura.²²

Após mais de três séculos de escravidão, Costa (1982) aponta que, no século XIX ocorreram modificações na economia de âmbito mundial, como a Revolução Industrial e as novas formas de capitalismo que determinaram profundas transformações no mecanismo do sistema colonial. As colônias americanas foram conquistando independência jurídica, entretanto permaneceram subordinadas economicamente aos países mais desenvolvidos. Com a conquista da emancipação política, desenvolveu-se no Brasil um grande paradoxo: a constituição do país igualava todos perante a lei, entretanto mantinha o sistema escravista. A vista de alguns, esta contradição parecia absurda, o que contribuiu para o surgimento no século XIX dos movimentos abolicionistas.

Os grupos tradicionais do Brasil, ou seja, os grandes proprietários de terras, foram os maiores defensores do sistema escravista, e se opuseram a sua interrupção até meados do século XIX. Neste mesmo século ocorreu o advento da cultura cafeeira, que se desenvolveu principalmente no Estado de São Paulo e tomou grandes proporções fazendo com que a demanda de escravos aumentasse, estimulando o tráfico apesar das restrições que vinham sendo feitas.

Contudo, o movimento antiescravista ganhava força na Inglaterra, e esta nação passou a desenvolver violenta ação contra o tráfico de escravos, o que em 1850 determinou a sua interdição e após algum tempo os escravos africanos foram sendo substituídos

²² Existem diversas obras que debatem sobre o trabalho escravo no Brasil, para uma análise mais detalhada sobre o assunto podemos sugerir BEIGUELMAN (1985), COSTA (1982), D'ANS (1989), EISENBERG (1989), GORENDER (1985), LARA (1988), MOURA (1992), NEVES (1996), NOVAIS (1997), PINSKY (1985) e SCHWARTZ (2001).

gradativamente por trabalhadores livres, estrangeiros e nacionais. É importante salientar que os fazendeiros só introduziram a mão de obra livre quando perceberam que a escravidão estava condenada. Primeiramente utilizaram a mão de obra escrava recrutada de outras regiões como Minas Gerais²³, considerada por alguns autores como decadente, devido ao declínio da produção aurífera. Segundo Gorender (1985), até mesmo o senador Vergueiro, que foi o pioneiro na introdução do trabalho livre imigrante em sua fazenda, Ibicaba, prosperou à custa do emprego de trabalho escravo.

Peter Eisenberg (1989), aborda em sua obra *Homens esquecidos – escravos e trabalhadores livres* a mentalidade dos fazendeiros no congresso agrícola de 1878, no qual se discutiu a implantação da mão de obra livre estrangeira em substituição à escrava, já que consideravam os trabalhadores nacionais inviáveis, pois os tachavam de vagabundos, preguiçosos, impróprios para o trabalho na lavoura. O autor aponta que alguns historiadores acreditam em uma grande diferenciação na mentalidade dos fazendeiros da próspera região do Oeste paulista (entusiasmados para introduzirem imigrantes) comparada à mentalidade dos fazendeiros da decadente região Vale-paraibana que defendiam a preservação do escravismo.

Os fazendeiros do Oeste são vistos por esses historiadores como empreendedores, possuidores de um maior grau de “racionalidade” em vista dos fazendeiros do Vale, que são considerados atrasados, apegados ao tradicionalismo. Eisenberg contesta esta tese, aponta

²³ Conforme Cunha e Godoy (2003), na passagem do século XVIII para o XIX, o Estado de Minas Gerais passou por uma reorganização econômica, devido à queda da produção aurífera que havia sido durante o século XVIII a atividade nuclear do Estado. A organização econômica mineira da primeira metade do século XIX se voltou para o mercado interno e externo, ganhando destaque como principais atividades econômicas a agricultura e a pecuária. Segundo os autores, a agropecuária esteve presente em todas as regiões do Estado e constituiu-se na principal alternativa em substituição a mineração, tendo como foco a criação de gado, carneiros, porcos e o cultivo da cana-de-açúcar, algodão e gêneros alimentícios. Já nos centros urbanos as atividades artesanais e manufatureiras ganharam destaque.

outros autores que como ele veem mais semelhanças do que diferenças na mentalidade dos proprietários agrícolas.

Para o autor, o importante a ser ressaltado é que:

[...] tanto os fazendeiros do Vale do Paraíba e do Sul de Minas quanto os do Oeste Paulista eram membros de uma só classe, uma classe baseada na exploração de grandes propriedades particulares e rurais e de trabalhadores diretos escravizados e, em grau menor, livres sem ser assalariados. Como qualquer classe, ela teve suas divisões internas, mas em 1878 as divisões não obedeciam a divisões geográficas.²⁴

O autor procurou salientar em seu texto que ambos os grupos de fazendeiros visavam o lucro, e enquanto puderam, fizeram uso da mão de obra escrava.

Contudo, a justificativa mais viável para o interesse dos fazendeiros do Vale na preservação de antigas estruturas, segundo COSTA (1982, p. 48), pode estar relacionado ao fato de que eles estavam abastecidos com escravos provenientes de outras áreas, o que em um primeiro momento não os faziam sentir tanto a falta de braços como os fazendeiros do Oeste paulista alegavam sentir. Além disso, os imigrantes se interessavam por cafezais novos, em expansão, pois poderiam plantar gêneros alimentícios entre as fileiras de café, e a boa fertilidade do solo garantia-lhes melhores colheitas. Esses trabalhadores não gostavam de laborar nos cafezais já formados, onde o solo muitas vezes já se encontrava praticamente esgotado. Isto gerou uma mobilidade muito grande dos imigrantes em busca de melhores oportunidades.

Para amenizar a carência de mão de obra e atender as constantes pressões dos fazendeiros o governo tentou criar núcleos de colônias com o objetivo de servirem como “reservatório humano” para os períodos de maior atividade agrícola. Estes núcleos não

²⁴ EISENBERG, 1989, p. 159.

obtiveram os resultados almejados, pois em geral ficavam em lugares isolados, de difícil acesso, longe das lavouras. A situação das terras no Brasil dificultava a implantação de colônias de povoamento, pois o monopólio de terras era grande, quase não restavam glebas em boas condições para a formação de núcleos coloniais (COSTA, 1982, p. 49-61). A inviabilidade dos núcleos serviu para insuflar ainda mais a idéia de trazerem braços estrangeiros para atuarem diretamente nas lavouras.

A primeira experiência realizada com o a introdução do trabalho livre em substituição a mão de obra escrava foi feita pelo senador Vergueiro já em 1847, em sua fazenda Ibicaba localizada próximo a Limeira, pois, segundo seus familiares, Vergueiro entendia que o fim da escravidão estava próximo, era uma questão de tempo. Empolgados com o aparente sucesso da experiência do senador Vergueiro e preocupados com o fim do tráfico negreiro, por volta de 1850 diversos fazendeiros recorreram à Vergueiro e Cia., uma companhia que o senador havia fundado com o intuito de intermediar a vinda de imigrantes para o Brasil.

Neste contexto, o primeiro contrato de trabalho implantado entre fazendeiros e imigrantes foi o de parceria, sistema no qual o fazendeiro financiava a vinda dos imigrantes para o Brasil e posteriormente para a fazenda da qual era destinado, também cobria despesas com alimentação, moradia e instrumentos de trabalho. Os imigrantes deveriam reembolsar os fazendeiros por essas despesas quando obtivessem os primeiros ganhos.

Ao chegarem à fazenda, os trabalhadores ficavam encarregados de um número de pés de café ao qual eles deveriam cuidar, sendo também disponibilizado um terreno para que os imigrantes produzissem culturas de subsistência. Em geral, as atividades complementares além de cultivo e colheita de café eram realizadas por escravos. Como remuneração pelo seu trabalho na lavoura o imigrante recebia cinquenta por cento dos

ganhos líquidos de tudo o que era produzido, tanto o café como outros produtos, e metade desta renda deveria ser destinada para amortizar sua dívida, conforme cláusula estipulada no contrato²⁵.

A dívida poderia ter acréscimo de juros se não fosse quitada nos dois primeiros anos de estadia do imigrante, sendo os trabalhadores impedidos de deixarem a fazenda antes de quitarem o débito. Stolcke e Hall (1983) apontam que, em apenas alguns casos e em condições favoráveis os imigrantes conseguiam saldar suas dívidas, ou porque já vieram da Europa com algum pecúlio, ou porque a família possuía vários membros em idade e condições favoráveis para o trabalho. Outros fatores como uma boa colheita e ausência de desastres naturais poderiam contribuir, mesmo assim, o tempo médio para esta façanha era de quatro anos. Em caso de morte do chefe de família o saldo devedor era repassado aos seus familiares.

Dentre outros motivos, a escolha por esse modelo de contrato estaria relacionada ao incentivo ao imigrante, pois se supunha que ele trabalharia mais a fim de obter uma rentabilidade maior na hora da divisão dos lucros. Porém o sistema de parceria não é considerado um modelo de sucesso pelos estudiosos do assunto.

Conforme Stolcke e Hall (1983), o fator de incentivo era anulado uma vez que os imigrantes ao entrarem no Brasil já se encontravam com um saldo devedor muito alto, com isso não se sentiam estimulados a cultivar o café, e passavam a se dedicar preferencialmente as culturas de subsistência. Os fazendeiros pouco podiam fazer para impor aos imigrantes o trabalho no cultivo do café, se optassem por demitir o indivíduo

²⁵ Para obter mais informações a respeito dos sistemas de parceria, contrato de locação de serviços e colonato ver COSTA (1982), HOLLOWAY (1984), STOLCKE (1986) e STOLCKE e HALL (1983).

estariam arriscados a perder seus investimentos iniciais, ou seja, seus gastos com a introdução deste trabalhador.

Holloway (1984) observa que além de dividir os lucros, o imigrante tinha também que dividir os prejuízos provenientes de geadas, secas ou baixas de preços no mercado cafeeiro. O fazendeiro até poderia perder parte de seus investimentos, mas o risco para o trabalhador era ainda maior devido a sua péssima condição de vida. O parceiro também não participava do processo de venda do café o que aumentava o risco de fraudes por parte dos fazendeiros, isto fez com que frequentemente os imigrantes se revoltassem contra as irregularidades no seu contrato, divisão dos lucros mal feita e má qualidade de vida²⁶.

Os fazendeiros estavam insatisfeitos com a baixa produtividade dos imigrantes, tachavam-nos de ociosos, maus elementos e desqualificados para o serviço, além de exigirem que o governo criasse alguma medida para obrigar os colonos a cumprirem seus contratos.

Devido ao fiasco do sistema de parceria o modelo foi sendo substituído gradativamente, a partir de fins da década de 1850, por um contrato de locação de serviços. Neste sistema era pago ao imigrante um preço fixo por medida de café colhido e que estavam sob seus cuidados, ou era estabelecida uma remuneração mensal ao colono, uma espécie de salário fixo (COSTA, 1982, p. 91). Os proprietários cediam ou alugavam um terreno para o plantio de culturas de subsistência, e em alguns casos, os fazendeiros forneciam os principais gêneros alimentícios que os trabalhadores necessitavam na tentativa de desestimular os imigrantes a se dedicarem a culturas alimentares. Na maior parte dos

²⁶ A revolta de maior dimensão (que se tem conhecimento até o momento) foi a ocorrida na fazenda Ibicaba, de propriedade do senador Vergueiro e relatada por um imigrante, DAVATZ (1972).

contratos também foi abolida a cláusula que determinava que o imigrante deveria dividir o excedente da produção de alimentos com o fazendeiro.

Este contrato visava incentivar o imigrante a aumentar a produção, mas não eliminou o problema da dívida que era um dos fatores principais do desestímulo dos trabalhadores e seus rendimentos ainda eram incertos. Neste sistema a qualidade do trabalho também não era satisfatória para os fazendeiros, pois os trabalhadores se esforçavam para colher a maior quantidade de café possível, mas após a colheita abandonavam uma parte dos cafeeiros, além de descuidarem da carpa.

Na tentativa de melhorar a qualidade desempenhada pelos trabalhadores nos cafezais foi implantado um novo contrato, denominado colonato. De 1880 até meados do século XX, este contrato foi o mais empregado nas fazendas de café. O colonato é caracterizado por um sistema misto de remuneração por tarefa e por produção. O pagamento dos colonos dependia do número de pés de café que cada família ou indivíduo cultivasse, estimulando assim, o cultivo de um maior número de arbustos. Outros serviços como a carpa, eram pagos separadamente, evitando a ociosidade no intervalo das colheitas. As terras antes doadas para o cultivo de subsistência, agora deveriam ser locadas pelos colonos, o que desestimulava esses trabalhadores a cultivar outros produtos que não fosse o café. A renda dos trabalhadores se torna mais estável, já que agora o pagamento pelo cultivo era feito independente do volume produzido pela safra, assim, mesmo em um período de baixa produção o imigrante teria sua remuneração garantida.

Entretanto, nem os colonos nem os fazendeiros estavam plenamente satisfeitos. O imigrante continuava chegando ao Brasil com dívidas de transporte e os particulares que traziam esses trabalhadores faziam isto em escala limitada, além de encontrarem dificuldades para a obtenção de crédito para financiar a introdução de mão de obra.

Em vista destas dificuldades, Elias (2005) aponta que, durante a década de 1870, cafeicultores e o governo se articularam a fim de promover a imigração subvencionada, onde as despesas da viagem feita pelo imigrante, a propaganda para atrair esses trabalhadores livres, a instalação para a chegada dos mesmos e os primeiros auxílios prestados a eles, seriam todas despesas pagas pelo governo imperial e provincial.

De várias partes da Europa vieram braços para a lavoura. Mas diversos autores assinalam que, a imigração italiana se sobressaiu em termos de quantidade. O que pode ser exemplificado por um fragmento de Zuleika Alvim:

De todas as nacionalidades que, entre 1870 e 1920, se dirigiram para o estado, a italiana com cerca de um milhão de indivíduos, representou 40% da soma de imigrantes, num total de 2,5 milhões. Vale ressaltar ainda que do total de italianos que se dirigirão para o Brasil, cerca de 1,4 milhões, no mesmo período – 70% tiveram São Paulo como destino.²⁷

Bertonha (2005) observa que, durante o século XIX, uma série de fatores contribuíram para desencadear a emigração em massa de italianos. Dentre eles podemos pontuar a industrialização, a chegada dos métodos capitalistas ao campo, o aumento da população, a Unificação italiana e a política desenvolvida pelo Estado que concedeu privilégios a indústria, o que acentuou a crise no campo. O autor também ressalta que o ato de migrar, seja para destinos próximos ou distantes, foi um fenômeno característico e duradouro dos italianos, estando presente na vida deste povo desde o período medieval e não apenas nos séculos XIX e XX.²⁸

²⁷ ALVIM, 2000, p. 395.

²⁸ Vale lembrar que durante o período da imigração em massa para o Brasil, entre o fim do século XIX e início do século XX, o país acolheu imigrantes de diversas nacionalidades, que entraram no país pelos mais variados motivos e se instalaram em diversas regiões do território brasileiro. Conforme Bertonha (2004) alguns imigrantes se estabeleceram como pequenos proprietários rurais no sul, como é o caso dos alemães, holandeses, poloneses e suíços, já os franceses e ingleses se envolveram em atividades como o comércio e indústria. Árabes, libaneses e armênios se dedicaram principalmente ao comércio, enquanto os russos, os

Conforme Tedesco (2001, p. 39), essas crises vividas pelos imigrantes, faziam crescer ainda mais o desejo desses indivíduos de se tornarem proprietários. A política de colonização não poupou esforços em suas propagandas, divulgando a possibilidade de se conseguir terras no Brasil, mexendo ainda mais com o imaginário desses sujeitos, assim: “Para os promotores da colonização, esse desejo de propriedade funcionava como isca para atrair os imigrantes”.

Os indivíduos procuravam nessas imigrações, conquistar o pedaço de terra tão almejado, encontrando uma solução para os seus problemas. Conforme Alvim, havia uma forte propaganda que criava a ilusão de que no Brasil era muito fácil adquirir terra, que em pouco tempo o imigrante conseguiria juntar o pecúlio suficiente para comprar sua propriedade. A autora ainda aponta que no Estado de São Paulo foi criado em 1886 a Sociedade Promotora de Imigração (SPI), que ficou responsável pela introdução de imigrantes no estado, por intermédio de agentes contratadores, em suas palavras:

[...] em virtude do contrato estabelecido entre a SPI e Caetano Pinto, este era autorizado a prometer, em seus folhetos de propaganda, aos imigrantes potenciais passagens gratuita do porto de desembarque à localidade escolhida como destino, sementes, alimentos por mais de seis meses e ainda a esperança de se tornarem proprietários.²⁹

Caetano Pinto, citado pela autora, foi um importante agente da SPI. Contudo a realidade não era a divulgada nas propagandas, os fazendeiros paulistas não estavam interessados em criar núcleos coloniais ou em tornar os imigrantes pequenos proprietários, mas queriam substituir o braço escravo por mão de obra barata, que lhes garantissem lucro.

bálticos, os judeus e os húngaros ingressaram no país em sua maioria fugindo de perseguições políticas. É necessário compreender que, apesar de ser comum falar em imigrantes no plural, cada indivíduo tem sua particularidade, sua trajetória e suas motivações pessoais.

²⁹ ALVIM, 2000, p. 395.

As dificuldades para a aquisição de pequenas propriedades pelos imigrantes foram diversas. A começar pela lei de terras de 1850, que tinha como uma das medidas a proibição da aquisição de terra por título que não fosse o de compra, sendo assim “o imigrante pobre teria que entrar no país com um destino predeterminado: força de trabalho para a grande lavoura”³⁰ e “a transformação do imigrante em proprietário só seria possível pela poupança de ganhos mediante a venda da força de trabalho (assalariada ou por empreitada) na grande lavoura”.³¹

No Brasil a imigração se desenvolveu a partir de diversos interesses. De um lado estavam os fazendeiros de café que necessitavam de mão de obra para o trabalho nas lavouras cafeeiras, por outro lado o governo tinha como objetivo criar colônias de povoamento no sul do país, que possuía baixa densidade populacional. A criação de núcleos coloniais nos estados sulinos se fez devido, além da necessidade de proteger as fronteiras do país, como “uma forma eficaz de atrair a imigração em larga escala que facilitaria a transição para o trabalho livre”.³²

Por fim, vale destacar que uma questão muito importante vinha sendo debatida desde a Abolição, a questão racial, que acabou por incentivar ainda mais a vinda de imigrantes europeus. Pessanha aponta para o projeto da elite intelectual brasileira de “embranquecer” e europeizar a população:

No final do século XIX, na iminência da abolição da escravatura, discutir a questão racial significava, para as elites, debater a questão nacional, já que o progresso do país dependeria da composição étnica de seu povo. Assim, a defesa da imigração não se restringia às necessidades de mão-de-obra, mas também a um ideal de construção de uma nacionalidade. O

³⁰ MARTINS, 1973, p. 62.

³¹ Idem, p. 81.

³² COLBARI, 1997, p. 02.

Brasil que se pretendia formar era livre e de cidadãos brancos. Os nacionais (mestiços, negros e brancos pobres que não tinham a cultura das elites) eram desclassificados como trabalhadores e cidadãos, mas o futuro deles poderia ser promissor através de uma “regeneração” biológica e cultural.³³

Sendo assim, a imigração desempenharia além da função econômica (como fornecedora de mão de obra) uma outra função, a de reformar a moral da sociedade, como pretendiam os preconceituosos da elite.

1.2 Relações de Trabalho nas Fazendas de Café

No Brasil a escravidão permaneceu por mais de três séculos e deixou suas marcas na sociedade. A maior parte da população sentiu na pele a opressão, o domínio e o poder da elite rural. Os brancos pobres eram tachados de inúteis, preguiçosos; os negros sofreram demasiadamente com o preconceito e por um longo período foram considerados como inferiores, como animais.

Com os imigrantes não foi diferente. A sociedade e os valores escravistas ainda permaneciam no país quando eles chegaram, e não foram poupados dos mandos e desmandos da oligarquia agrária.

A substituição da mão de obra escrava por trabalhadores livres não foi feita de uma hora para outra, enquanto os fazendeiros puderam eles lutaram para manter o sistema escravista. O que impulsionou os fazendeiros a introduzirem a mão de obra livre foi “a sua crescente percepção de que a escravidão estava condenada”³⁴. Desde o início da imigração, a relação entre fazendeiros e trabalhadores livres foi marcada por fortes tensões.

³³ PESSANHA, 2005, p. 21.

³⁴ STOLCKE e HALL, 1983, p. 82.

Um grande obstáculo que os imigrantes tiveram que enfrentar foi o tratamento dado a eles pelos fazendeiros. Conforme Alvim (2000), os fazendeiros ainda estavam acostumados a lidar com os escravos de uma determinada forma, e tiveram que se adaptar ao tratamento com os trabalhadores livres. Dentro desse processo de mudança na mentalidade e no comportamento, os primeiros imigrantes sofriam demasiados maus-tratos.

Uma forma utilizada pelos fazendeiros para submeter os imigrantes ao seu poder era fazer esses indivíduos ficarem presos a eles por dívidas. Nos primeiros anos de imigração era o fazendeiro quem arcava com os gastos iniciais de transporte dos imigrantes, hospedagem, alimentação, e posteriormente essas despesas eram repassadas para o imigrante, assim, quando chegavam à fazenda já estavam devendo aos fazendeiros uma grande quantia de dinheiro. Por volta de 1880, os fazendeiros de São Paulo conseguiram que a imigração fosse subvencionada pelo governo, ou seja, o Estado que arcaria com todas as despesas pela vinda dos trabalhadores. Essa medida aliviou a dívida do imigrante, mas não a liquidou totalmente.

A remuneração dos imigrantes muitas vezes era feita em vales, que eram trocados por alimentos nos armazéns das próprias fazendas, no entanto, os preços dos produtos vendidos nestes estabelecimentos eram abusivos, fazendo com que os imigrantes contraíssem novas dívidas. Muitos fazendeiros proibiam os imigrantes de cultivarem mantimentos para sua subsistência entre as riscas de café, o que levava estes indivíduos a terem que comprar mantimentos no armazém das fazendas, pelo preço que lhes eram impostos.

Assim, muitos trabalhadores ficavam presos as fazendas devido às dívidas que contraíam com o fazendeiro. Alvim afirma que: “Tal vínculo entre o imigrante e o

proprietário da fazenda iria provocar fugas e conflitos até que a estrutura rural paulista se adaptasse às relações de trabalho do novo modo de produção”.³⁵

Contra a repressão sofrida, os abusos dos fazendeiros, os imigrantes tinham diversas formas de resistência, dentre elas estava à execução de greves, o boicote ao trabalho, a fuga para outras fazendas, centros urbanos, para países vizinhos ou regressar para a sua terra natal.

Desde a sua chegada na Hospedaria os imigrantes eram tratados com descaso, Tedesco (2001) aponta que muitos colonos eram enviados às fazendas de café à pé, tendo que andar de 50 à 70 km dormindo ao relento. As condições de moradia cedida a eles também eram péssimas, grande parte delas eram feitas de barro e cobertas de palha. Martins (1992) descreve em sua obra *Subúrbio* a condição de moradia dos primeiros imigrantes que foram instalados na colônia de São Caetano, conforme o autor estes indivíduos eram abrigados primeiramente em senzalas.

Vale ressaltar que estes abusos não ocorreram apenas no início da imigração, como pode ser evidenciado através dos depoimentos mencionados abaixo. Relatos de trabalhadores rurais que viveram sob regime de colonato entre as décadas de 1920 e 1940.³⁶

Em entrevista realizada com o Sr. Alberto Lojudice³⁷, descendente de imigrantes italianos residente no município de Floreal-SP, ele conta que, durante a estadia em uma das fazendas por qual sua família passou, possivelmente em São José do Rio Pardo, muitos imigrantes apanhavam dos fazendeiros, outros tinham seu dinheiro roubado nas estradas a

³⁵ ALVIM, 2000, p. 400.

³⁶ Estas entrevistas foram realizadas durante a elaboração do trabalho monográfico intitulado “Italianos na Noroeste Paulista: um estudo da conquista de pequenas propriedades rurais no município de Floreal” para a conclusão do curso de História na UFMS/CPTL no ano de 2007.

³⁷ Entrevista com Alberto Lojudice, realizada no dia 11/09/2006. O senhor Alberto conta as experiências vividas pelo seu pai no período entre 1910 e 1920.

mando do proprietário da fazenda quando estavam deixando o local. Isto fazia com que o trabalhador voltasse para a propriedade e se mantivesse preso novamente ao seu dono. O entrevistado relata a saída do seu pai desta fazenda que, segundo ele, não foi conflituosa como em outros casos vivenciados, seu pai ao contrário de muitos, não sofreu violência física por parte do fazendeiro. Nas palavras do Sr. Alberto:

[...] ele (seu pai) no fim do ano quis ir embora da fazenda porque essa fazenda não pagava muito, os peões iam lá acertar a conta e não recebiam. Ou eles mandavam capangas bater, ou se não era combinação do administrador, esperava na estrada pra tomar o dinheiro. Então meu pai e o companheiro dele, que era calabrês, não quiseram ficar lá. Mas no fim quando acertaram a conta, acertaram tudo direitinho, e não queriam que eles fossem embora. Não aconteceu igual a muitos peões que bateram neles, tomaram dinheiro por trás. Tem cada situação [...]

Outro depoimento recolhido no município, o do Sr. Durval Ferrarezi³⁸, chama muito atenção por ele comparar os trabalhadores imigrantes da fazenda onde seu pai trabalhou, em Neves Paulista, com os escravos. O entrevistado diz: “[...] nós viemos pra Neves Paulista trabalhar como escravo. Colono (risos). Aquele tempo colono era escravo, você sabe disso né?” Emocionado, Ferrarezi conta da difícil vida de lavrador que seu pai levava:

Entrevistadora: Como era o sistema do trabalho deles (colonos) para o senhor falar que era escravo?

Entrevistado: Por causa que era colono e recebia o pagamento uma vez por mês. Lá de domingo os empregados não podiam sair antes das dez horas pra ir em lugar nenhum, se tivesse uma chuva tinha que ajudar a amontoar café no terreiro. A noite se viesse um temporal de chuva o sino batia lá na fazenda e todos tinham que ir trabalhar (o entrevistado começa a chorar).

Quando é incitado a voltar a falar sobre o ato de se comparar aos escravos, o entrevistado recua, diz que o patrão era um homem muito bom, o problema era que para

³⁸ Entrevista com Durval Ferrarezi, realizada no dia 13/09/2006. O senhor Durval conta a experiência vivida pelo seu pai e por ele (ainda criança) na década de 1940.

tudo o trabalhador tinha que pedir autorização, até mesmo para sair da fazenda, inclusive em ocasiões de importante necessidade como ir ao médico.

Sobre a questão de sofrer maus-tratos o Sr. Durval relata:

[...] tinha aquele compromisso, era obrigado a manter a ordem, se precisava levar uma criança no médico tinha que ir no escritório pedir ordem. Escravo assim, porque era compromisso, mas não que era judiado.

O trecho a seguir de Zuleika Alvim condiz muito com a fala dos entrevistados:

A opressão do imigrante rural em São Paulo derivou, como se sabe, de uma mentalidade escravista, determinante da onipotência do fazendeiro em face ao trabalhador livre. Este não devia obedecer apenas ao horário de trabalho, mas toda sua mobilidade estava submetida ao poder da fazenda: suas horas de repouso, seu lazer, sua liberdade de entrar e sair, e de receber visitas.³⁹

Apesar dos abusos físicos e morais sofridos, muitos imigrantes aguentavam calados, por medo da repressão, por não terem condições de retornar ao seu país de origem ou migrar para outro lugar. A vontade de agir contra estes abusos fica clara na memória do Sr. Alberto ao contar sobre a vida do seu pai na fazenda de café:

O calabrês falava pro meu pai: se eles mexerem comigo, eu volto embora apanhado mas eu volto e mato todos eles, administrador, fiscal, mato todos eles. E o finado meu pai falava pra ele: se você for fazer isso, se fica com a boca fechada, não fala não. Não fica falando não que eles podem te perseguir.

A fala demonstra a vontade que o imigrante calabrês tinha de reagir contra a opressão, de não aceitar a agressão física, já o pai do Sr. Alberto demonstra cautela, insegurança e principalmente medo de passar por castigos piores, de ser “perseguido”, por isso aconselha o calabrês a ficar de “boca fechada”, para que ninguém ouvisse as suas intenções e o entregasse para o fazendeiro.

³⁹ ALVIM, 2000, p. 401.

1.3 Crise e decadência do café

A produção cafeeira não viveu apenas de glórias, enfrentou várias dificuldades como secas, geadas, pragas, esgotamento do solo, oscilações de preços, entre outras. Dentre os contratemplos sofridos pelo produto, um dos que mais preocupava os cafeicultores era a instabilidade do preço do café. Entre os fatores que determinavam este desequilíbrio estava o volume das safras, a relação entre o nível dos estoques e a demanda de consumidores e comerciantes, e a especulação. Assim, o café sempre oscilou entre momentos de crise e prosperidade.⁴⁰

A primeira forte crise que o café enfrentou ocorreu na segunda metade da década de 1890, tendo como principal causa um aumento na produção, o volume de cafeeiros passou de 220 milhões em 1890 para 520 milhões em 1900, derivada de grandes plantações feitas nos primeiros anos da República e que haviam começado a dar frutos (PRADO, 1971, p. 229). Era uma crise de superprodução e que conseqüentemente fez o preço do produto despencar e os estoques aumentarem. Esta crise perdurou até o início de 1910.

Segundo Caio Prado (1971, p. 229), o Brasil estocava em 1905, cerca de 11 milhões de sacas de café, o que correspondia a setenta por cento do consumo mundial de um ano. Para tentar conter o avanço das lavouras o Governo de São Paulo instituiu em 1902 um imposto sobre a plantação de novos pés de café, para desestimular os fazendeiros a aumentarem o número de cafeeiros. Inicialmente o imposto tinha validade de cinco anos, mas foi prorrogado por mais cinco, durando até 1912.

⁴⁰ Ver LAPA (1983).

Outra medida tomada foi a Convenção de Taubaté, um convênio firmado entre os estados do Rio de Janeiro, Minas Gerais e São Paulo com o intuito de valorizar o café, regular seu comércio, promover o aumento do seu consumo, entre outros. Os Estados comprometidos deveriam intensificar a propaganda do produto a fim de estimular o seu consumo. Foi elaborada também a criação de uma sobretaxa de três francos por saca de café para exportação, que seria arrecadada pela União e utilizada no pagamento dos juros e amortização dos capitais necessários á execução do convênio.⁴¹

As medidas que o governo tomava para conter as baixas dos preços do café e estimular sua valorização só tinham efeito a curto prazo, pois na medida em que o produto valorizava, acabava estimulando um novo plantio o que ocasionava uma nova superprodução.

A crise do café se repetiu, em escala menor, durante a Primeira Guerra Mundial (1914-1918). Devido à instabilidade do comércio internacional, os principais países consumidores do produto restringiram seu consumo o que fez as exportações diminuírem e o preço do café declinar.

Uma forte geada ocorrida em 1918 destruiu uma parte dos cafezais paulista, isto foi de certa forma uma solução para aquele período de turbulência. Este fato fez com que a produção diminuísse por vários anos consecutivos. Com o fim da Primeira Guerra Mundial os países Europeus começaram a se reerguer, o consumo do produto aumentou novamente, o preço do café subiu o que possibilitou um período de prosperidade para o produto. Mas não demorou muito para vir outra crise de superprodução devido, novamente, ao aumento do número de cafeeiros.

⁴¹ Detalhes sobre a Convenção de Taubaté estão descritos em AZEVEDO (1908).

Desta vez para tentar amenizar a crise foi criado em São Paulo o Instituto do Café, um órgão especial para controlar a atividade de exportação do produto, buscando o equilíbrio entre a oferta e procura. A fim de executar sua função com êxito, o Instituto passou a armazenar o excesso de café produzido, só liberando para o comércio na medida em que a procura pelo produto aumentava. Conforme Caio Prado (1971), os produtores que tinham parte de sua colheita estocada passaram a pedir empréstimos através de um banco oficial de São Paulo recebendo até cinquenta por cento do valor da mercadoria retida. O Instituto foi vendo seus estoques crescerem cada vez mais e ficavam a espera de uma boa oportunidade para comercializar o café retido.

Após 1926 os governantes brasileiros começaram a fazer manobras para forçar a alta dos preços do café, não sendo necessário aos fazendeiros reduzirem sua produção, pois o Instituto estocava o excedente. O preço do café começou a subir e, empolgados com a aparente prosperidade, os fazendeiros aumentaram o número de cafeeiros que passou de 949 milhões em 1924 para 1.155.000.000 em 1930. Eles estavam confiantes que o alto preço do café lhes garantiria um bom lucro. Para conseguir aumentar a produção os cafeicultores recorriam aos empréstimos bancários tornando-se cada vez mais endividados. Neste mesmo período a Colômbia, maior concorrente do Brasil na produção do café, também havia aumentado sua produção.

Alguns autores apontam que o golpe fatal para o café ocorreu em outubro de 1929 com a quebra da Bolsa de Nova Iorque. Esta crise que abalou o mundo inteiro foi responsável pela queda brusca de trinta por cento no preço do café. Outra consequência foi a interrupção do crédito externo e a suspensão do financiamento do café retido. Teve início também a liquidação dos débitos contraídos pelos fazendeiros, transformando em pouco

tempo, os principais estabelecimentos bancários em proprietários de terras (MONBEIG, 1984, p. 116).

Caio Prado (1971) aponta que o Brasil concentrou suas atividades na produção de alguns poucos gêneros destinados a exportação, ficando muito dependente do mercado externo, o que gerou um sistema financeiro frágil, por este motivo a crise de 1929 teria afetado de forma tão intensa o país.

Linhares e Silva (1999) observam que, durante a década de 1930 o setor agrícola sofreu transformações notáveis. As exportações tradicionais (como o café) foram freadas devido à falta de mercado e em contrapartida, a demanda interna por alimentos e matérias-primas aumentou substancialmente. A produção de alimentos, voltada para o abastecimento das cidades, sofreu uma valorização, isso fez surgir núcleos coloniais policultores. Conforme as autoras “pode-se detectar, assim, o surgimento de uma fase nova de preocupações do Estado quanto ao mundo rural: tratava-se, agora, de promover a colonização interna do país e expandir as fronteiras agrícolas”.⁴²

Abalados pela crise de 1929, muitos fazendeiros perdem suas propriedades, ou parte delas. Esta crise acabou criando também um ambiente propício para os negócios de companhias de colonização que se especializavam no retalhamento de terras.

O abalo de 1929 havia sacudido a sociedade paulista fortemente demais, para que pudesse ela conservar a estrutura tradicional. Para o fazendeiro, o problema consistia em refazer-se e compensar as perdas. A solução imediata residia em tentar a sorte mais longe, com o algodão. Podia ele igualmente vender as matas que possuía, como reserva de capital, além da frente pioneira. Era o caso de muitos dentre eles. Foi o que fizeram, seja individualmente, seja agrupados em sociedades, seja recorrendo a vendedores profissionais. Naturalmente, já não era possível vender superfícies consideráveis e de extensão contínua. Mas, não faltavam compradores de pequenas parcelas: uns eram imigrantes japoneses,

⁴² LINHARES e SILVA, 1999, p. 113.

outros, trabalhadores de plantações arruinadas, colonos que tinham sofrido menos que seus patrões com a crise e que podiam adquirir reduzidos lotes de terra virgem, vendidos a preços acessíveis. Em virtude de suas seqüelas sociais, criava, pois, a crise de 1929 um clima favorável à expansão do povoamento.⁴³

O comércio de retalhamento de terras já havia crescido em 1910 devido à fragmentação de fazendas decadentes, situadas em regiões mais antigas, uma vez que os fazendeiros procuravam ir a busca de terras novas. A atividade destas companhias especializadas neste ramo foi se desenvolvendo em ritmo acelerado. Na década de 1920 elas atuavam nas regiões de fronteira, tendo como público alvo indivíduos que possuíam baixa renda.

No final dos anos 20, as companhias privadas de colonização tinham consciência de que sua clientela potencial eram pessoas de recursos financeiros limitados. De acordo com isso, ofereciam-se condições relativamente fáceis de compra de terras, o que provavelmente fez do final dos anos 20 o período mais favorável, até então, que jamais haviam conhecido os colonos para se tornarem pequenos proprietários.⁴⁴

Dentro deste contexto tem início o trabalho da Companhia de Agricultura, Colonização e Imigração (CAIC), uma empresa privada que tinha como principais objetivos à compra de terras, seu retalhamento e a venda dos lotes, bem como a introdução de trabalhadores agrícolas, nacionais e estrangeiros, no Estado de São Paulo. Seu trabalho de colonização se focou inicialmente nas chamadas “zonas velhas”, mas logo seus empreendimentos se estenderam as demais regiões do Estado. E é justamente a atuação desta Companhia, nos seus trinta e três anos de existência como empresa privada, que será abordada nos próximos capítulos deste trabalho.

⁴³ MONBEIG, 1984, p. 117.

⁴⁴ Ver STOLCKE, 1986, p. 92.

CAPÍTULO 2

ORIGEM E DESENVOLVIMENTO DA CAIC

Em 16 de julho de 1928, por iniciativa de um grupo de 25 acionistas⁴⁵, em sua maioria fazendeiros, teve início os trabalhos da “Companhia Geral de Imigração e Colonização do Brasil” (CGICB), tendo como principal mentor e fundador o Sr. Attilio Favero, que também possuía a maior parte das ações. Favero exercia o cargo de gerente na Secção de Imigração da “Companhia Commercial e Marítima”, onde de 1917 a 1926 trabalhou na introdução de imigrantes estrangeiros para lavoura paulista⁴⁶. Em agosto de 1926 ele se desligou da “Companhia Commercial” para se dedicar exclusivamente à elaboração do projeto da CGICB, e entre outubro de 1926 a junho de 1928, se concentrou na fundação da Companhia, cuidando de cada detalhe, desde a compra das mobílias do escritório até a elaboração dos estatutos e da propaganda de divulgação.

⁴⁵ Acionistas: Dr. Luiz Nazareno Teixeira de Assumpção (advogado e Diretor do Banco Melhoramentos de Jaú), Dr. José Eduardo Prates (Advogado, administrador de propriedades agrícolas de sua família), Sr. Numa de Oliveira (fazendeiro e diretor de diversas empresas, entre elas a Companhia Mogiana de Estradas de Ferro), Dr. Ernesto Ramos (Diretor da companhia Prado-Chaves e diretor de banco), Sr. Pedro Luis Pereira Souza (Gerente da Companhia Prado-Chaves), Comm. José Gorge Junior (engenheiro), Sr. Gabriel Corbisier (chefe da firma G. Corbissier & Cia de automóveis e caminhões), Sr. Bassotti Giuseppe (ou José Bassotti) (fazendeiro e ex-diretor de Escola de Pomologia e Horticultura de São Paulo), Dr. Gatão Vidigal (advogado, diretor do Banco de São Paulo), Dr. Álvaro Augusto da Costa Carvalho (advogado), Sr. Jorge de Almeida Prado (Fazendeiro), Dr. Raphael A. Sampaio Vidal (advogado, político), Sr. Augusto de Souza Bueno (fazendeiro), Sr. Luiz Pontes Bueno (fazendeiro), Sociedade Construtora e de Imóveis, Sr. Marino Motta (Fazendeiro), Sr. Felizardo Gomes (negociante), Sr. Lívio Zaparoli, Sr. Dante Favero, Sr. Arthur A. de Oliveira (fazendeiro), Sr. Armando Pederneiras (comerciante, diretor de empresas), Dr. Enjolras Vampré (médico, professor da Faculdade de Medicina de São Paulo), Dr. Luiz Augusto Teixeira de Assumpção (advogado, gerente de banco), Sr. Amadeu Caputo (procurador da Casa bancária Conde & Almeida e Sr. Attilio Favero (fazendeiro, fundador e maior acionista da CGICB). Lista dos acionistas fundadores, 16/07/1928, in CAIC, (Processo Nº 29) Origens da Companhia –1928. Doc. 68 fls. 135.

⁴⁶ Memorandum – confidencial para a diretoria da CAIC, 28/03/1936, in CAIC, Livro Origens da Companhia (1928). Doc. 02 Fls. 04.

A empresa inicialmente contava com um modesto capital de 1.000:000\$000 (mil contos de réis) e sua sede era localizada no município de São Paulo. O primeiro estatuto da CGICB destacava como principais objetivos da Companhia:

A Companhia Geral de Imigração e Colonização do Brasil é uma Organização de caracter nacional, fundada com o intuito de, por conta dos Governos do Brasil, de Empresas ou de particulares, fornecer braços á Agricultura e á Industria do nosso Paiz, e da colonização do seu Sólo. Não obstante ser fundada e iniciar seus movimentos em São Paulo, a Companhia Geral de Imigração e Colonização do Brasil, não terá intenções regionais em nosso Paiz; começará no Estado de São Paulo por ser elle o que tem um serviço de imigração e colonização organizado e praticado constantemente ha muitas dezenas de annos de uma fórma positivamente adeantada. A Companhia posteriormente estenderá a sua acção aos outros Estados do Brasil, principiando muito provavelmente, nos que confinam com o de São Paulo, agindo em cada circunscripção, dentro de suas possibilidades e de suas legislações que regem estes serviços.⁴⁷

Como pode ser observado no trecho acima, a Companhia possuía um plano ambicioso, visando promover a colonização em várias partes do país e pretendia ter uma sede em cada Estado no qual atuasse. A CGICB demonstrava otimismo ao falar do programa de colonização do Estado de São Paulo, qualificando-o como “organizado” e “adiantado”, no entanto diversos autores apontam que a colonização no Brasil caminhou a passos lentos e neste período em questão, estava longe de ser “organizada”⁴⁸. A própria Companhia parece contraditória ao fazer esta observação, pois em outros momentos justifica sua fundação justamente por considerar falho o programa de colonização do país.

⁴⁷ Programa da Companhia Geral de Imigração e Colonização do Brasil, in CAIC, (Processo N° 29) Origens da Companhia –1928. Doc. 95 Fls. 170.

⁴⁸ Ver LENHARO (1986) e MONBEIG (1984).

Para por em prática as suas ações a Companhia dividiu seus trabalhos em três secções, sendo uma de Imigração, outra de Colonização e por fim a Secção Financeira⁴⁹. A divisão Financeira da Companhia ficou incumbida de organizar todo o movimento econômico da empresa, além de intermediar as operações de compra e venda de propriedades rurais ou de imóveis em geral. Outra incumbência desta secção era atrair capitais nacionais e estrangeiros.

No que se refere à imigração, a secção financeira deveria auxiliar na fixação dos preços e condições para a introdução dos imigrantes no Brasil, no recebimento das comissões oriundas dos serviços prestados, na elaboração de contratos com empresas de transporte terrestres e marítimas para o deslocamento de imigrantes ou colonos, entre outros.

Referente à secção de Colonização, o setor Financeiro deveria estabelecer o preço de compra e venda de terras da companhia, tendo em vista fatores como a qualidade das glebas e sua localização. Ficou designada também para criação de uma carteira de crédito destinada a fazer empréstimos aos colonos que comprassem terras por intermédio da Companhia, além de ser encarregada da distribuição de prêmios e bonificações aos colonos, com o objetivo de estimular a produção nos núcleos coloniais, valorizando as terras ainda por vender.

Uma das primeiras ações da CGICB foi a elaboração de um projeto destinado a colonização do norte do Estado do Paraná, descrito em uma carta escrita por Attilio Favero e endereçada ao governador do Paraná, em Curitiba. Pode ser observado na carta que um

⁴⁹ Os trabalhos desempenhados pelas secções de Imigração e Colonização serão abordados no Capítulo 3.

representante da Companhia havia estado pessoalmente em Curitiba para expor o projeto, esta carta foi apenas uma formalidade do que já havia sido discutido em outra ocasião⁵⁰.

Atílio iniciou a missiva argumentando que o Estado do Paraná, como outros do Sul do país, sofria com grande falta de densidade populacional e de braços para cultivar o seu território. Aponta que a questão do povoamento do Brasil era, naquele momento, um dos problemas mais importantes a ser enfrentado, e destaca que os governantes do país nunca descuidaram dessa necessidade, empregando (dentro de suas possibilidades) seus esforços para solucionar o problema. No entanto, ressalta que ainda havia muito o que ser feito nesta questão:

É essa urgencia que nós brasileiros temos, de encher os nossos campos e de desbravar os nossos sertões, - que tem sido geralmente descurada, quando devia ter sido encarada com especial atenção; ella deveria representar, - na opinião dos conhecedores, - senão o principal, pelo menos um dos principaes fins dessas actividades dos Governos.⁵¹

Continua a carta apontando que foi justamente a preocupação com a questão do povoamento que motivou a fundação da “Companhia Geral de Imigração e Colonização do Brasil, formada com elementos genuinamente nacionais, para auxiliar os Estados da União nesses trabalhos especializados”⁵². Motivo este, que também teria levado a Companhia a elaborar um plano para o Governo do Paraná.

Dando prosseguimento, o Sr. Favero expõe na carta o sucesso da lavoura cafeeira paulista, principalmente no que dizia respeito à vinda de imigrantes para o estado e ressaltou que os estados cafeeiros do sul do Brasil possuíam o ambiente ideal para a

⁵⁰ Carta enviada ao Sr. Dr. Affonso Alves de Camargo, Presidente do Estado do Paraná, 28/08/1928, in CAIC, livro copiador de correspondência N°1, p. 05 -15.

⁵¹ Idem, p. 06.

⁵² Idem, p. 07.

“grande imigração”, destacando que a cultura cafeeira, além de fornecer resultados rápidos para o povoamento ainda retribuía ao Estado seus gastos com o transporte gratuito das famílias de imigrantes. Em seguida descreveu de que forma as fazendas cafeeiras contribuían para a adaptação do imigrante no país e posteriormente sua transformação em pequeno proprietário:

A fazenda, recebe os immigrants logo após a sua chegada;- fornece-lhes habitação, da-lhes alimentos; proporciona-lhes meios para que elles possam sem duros sacrificios, aclimatarem-se e moldarem-se aos nossos habitos e costumes; e enquanto vão trabalhando e recebendo todas essas facilidades, cria-lhes a obrigação de aprender calmamente a nossa lingua, necessidade indispensável para sua futura prosperidade. Durante, pois, 3 ou 4 annos, a Fazenda prepara o espirito e o corpo do colono para a sua vida na nossa communhão, fornecendo-lhe os meios para que faça economias, que, se não forem vultuosas, (e isso depende mais do esforço do immigrant do que da propria fazenda) são sempre sufficientes,- ou para que a familia se desloque para as colonias onde compra terras,- ou para que se mude para os centros populosos.⁵³

A intenção do Sr. Attilio era a de convencer que o melhor caminho para o povoamento do Paraná era fazer investimentos no cultivo do café e na introdução de imigrantes em massa, e para dar mais credibilidade ao seu suntuoso projeto ousa até fazer uma previsão:

Parece-nos até, que já estamos sentindo a ansia com que lavradores do Norte do Estado, virão solicitar do Governo, dentro de breve, os braços de que precisam para mais ampla e efficiente cultura do café, que virá a ser, indubitavelmente, o maior factor da grandeza economica do Estado do Paraná.⁵⁴

⁵³ Idem, p. 09.

⁵⁴ Idem, p. 10.

A colaboração da CGICB neste projeto consistia em conduzir o movimento de povoamento do Norte do Paraná, solucionando assim, o problema de densidade populacional do Estado.

As condições que a Companhia propunha para executar o projeto eram as seguintes: em primeiro lugar a Companhia se oferecia para procurar em estabelecimentos bancários um empréstimo especial (denominado “Empréstimo para o povoamento do Paraná”), a fim de arcar com as passagens das famílias de imigrantes que seriam introduzidas no Estado. Através deste financiamento a Companhia previa que seriam transportados da Europa para o Porto de Paranaguá cerca de 50.000 a 60.000 imigrantes, em um período de dez anos. Para receber essa leva de imigrantes, o Estado do Paraná deveria rapidamente iniciar a construção de edifícios destinados a abrigar uma Inspetoria de Imigração em Paranaguá para receber, examinar e encaminhar os imigrantes para o interior do Estado. Deveria também ser construída uma Hospedaria de Imigrantes no planalto do Estado, possivelmente em Ponta Grossa, devido ao clima ser mais ameno nessa região, com capacidade para abrigar até 1.000 imigrantes.

No desenvolvimento do plano, a CGICB ficaria encarregada de intermediar o transporte de imigrantes agricultores, além de montar um escritório especial em Curitiba para tratar de negócios de imigração e colonização. Posteriormente sua intenção era a de implantar escritórios em pontos da Europa como em Paris e Viena para facilitar o angariamento de imigrantes.

A Companhia cobrava uma resposta rápida do governante paranaense, pois pretendia principiar a execução do projeto no início do ano de 1929. Apesar de uma densa argumentação, exposta em dez longas páginas que a carta constitui, nenhuma manifestação do Governo do Paraná foi verificada nas correspondências posteriores.

Embora a tentativa da CGICB em povoar o Estado do Paraná tenha sido frustrada, ela continuou em busca de outros empreendimentos, porém mais modestos. No balancete final do ano de 1928, no qual foram divulgados os resultados dos primeiros cinco meses de existência da Companhia, foram apresentadas somente despesas, pois este período foi dedicado a divulgação da empresa, tanto no Brasil como no estrangeiro, através de distribuição de prospectos a entidades brasileiras, cônsules e ministros estrangeiros e a empresas de navegação. Neste período também teve início as primeiras negociações para o retalhamento e venda de terras por intermédio da CGICB; a primeira gleba a ser retalhada estava situada em Jacareí, nas proximidades da Estrada de Ferro Central do Brasil e a segunda no município de Sertãozinho⁵⁵.

2.1 Empreendimentos da CGICB no setor de imigração

Referente aos empreendimentos no setor de imigração, no início de 1929, em carta destinada a Secretaria de Agricultura, Comercio e Indústria de São Paulo, a Companhia pede autorização para introduzir no Estado de São Paulo, por conta do Governo, cerca de 3.000 trabalhadores cearenses, dentro do prazo de um ano. O preço do transporte ficou estipulado em 191\$700 réis por passagem inteira, tendo o Governo paulista até 60 dias (contados a partir da chegada desses trabalhadores ao porto de desembarque) para quitar as despesas da viagem. Concedida a autorização, a CGICB trata de instalar uma Agência em Fortaleza com a finalidade de fazer uma rigorosa seleção dos trabalhadores destinados a

⁵⁵ Balancete divulgado no Diário Oficial, 28/03/1929, in CAIC, (Processo Nº 29) Origens da Companhia – 1928. Doc. 140 Fls 302.

lavouira, inspecionar os embarques, disciplinar as viagens e regularizar as entradas na Hospedaria de Imigrantes.

Em carta datada de abril de 1929 a Companhia comunica a Secretaria de Agricultura que estaria sendo solicitada por diversos fazendeiros paulistas da chamada “zona velha” para que providenciassem trabalhadores para fazendas desta região, assim, no mesmo mês, para suprir o clamor dos cafeicultores, teve inicio os primeiros embarques de agricultores do Ceará⁵⁶.

Juntamente com os migrantes vieram também os problemas característicos deste tipo de negócio, como ficou evidenciado em “carta confidencial” destinada ao Diretor Comercial da Cia. de Navegação “Lloyd Brasileiro”, empresa responsável pelo transporte dos trabalhadores de Fortaleza ao porto de Santos ou do Rio de Janeiro. Na carta⁵⁷ a CGICB informou que pediu para seu representante em Fortaleza vir pessoalmente a São Paulo explicar os motivos do insucesso dos primeiros embarques efetuados, que geraram resultados negativos para Companhia, e propôs ao diretor da Lloyd que fosse feita uma reorganização dos serviços de transporte. Dentre os motivos para o fracasso dos primeiros embarques a CGICB destacou-se a intervenção de autoridades do Ceará para que fosse introduzido nos navios “pessoal indesejável”, composto de trabalhadores avulsos não-agricultores. A super lotação dos navios também representava um fator agravante, pois ocasionava uma má acomodação dos trabalhadores e conseqüentemente uma alimentação precária.

⁵⁶ Carta enviada ao Sr. Dr. Fernando Costa , M. D. Secretário da Agricultura, Indústria e Comércio, 17/04/1929, in CAIC, livro copiador de carta Nº 01, p. 26 - 27.

⁵⁷ Carta enviada ao Sr. Amantino Camara, M. D. Diretor de Navegação “Lloyd Brasileiro”, 11/05/1929, in CAIC, livro copiador de correspondência Nº 01, p. 36-40.

Outro ponto negativo colocado pela Companhia era o de existir a bordo, promovida pelos próprios funcionários do navio, uma propaganda intensa “desaconselhando com insinuações produzidas pela fantasia, a vinda desses trabalhadores para São Paulo”⁵⁸, informação esta que foi coletada pela CGICB através de depoimentos de migrantes que estiveram a bordo das embarcações do Lloyd. Acontecimentos considerados “piores” que as “propagandas inconvenientes” foram relatados pela Companhia, como por exemplo, a iniciativa de funcionários da cozinha do vapor “João Alfredo” que teriam “homiziado” a bordo o “trabalhador nº 186” para que ele não desembarcasse, permanecendo no interior do navio e desempenhando a função de ajudante de cozinha. Os inconvenientes eram dos mais diversos como pode ser observado no trecho a seguir:

[...] um foguista (foi-nos declarado ser um machinista, o que não queremos crer) do vapor “Pará” chegado no Rio no dia 2 de Maio, retirou-se de bordo na hora do desembarque, levando consigo a imigrante nº 178, mulher do chefe da família nº 25, de Manoel Simplicio de Souza, deixando abandonados, nos braços do marido, os filhos do casal.⁵⁹

A Companhia alegou que fatos dessa natureza contribuíam para deserções desses trabalhadores no momento do desembarque, exigindo um trabalho exaustivo para evitar que os migrantes se dispersassem e seguissem seu destino final. Alertou ainda que, na chegada do último vapor, “amedrontadas pelas falsas notícias recebidas a bordo” cerca de 20 pessoas sobre um total de 207 trabalhadores embarcados ficaram no Rio de Janeiro.

Devido aos inconvenientes apontados, a CGICB pediu ao Lloyd que além do melhoramento dos serviços de transporte aumentasse a comissão da Companhia, uma vez

⁵⁸ Idem, p. 36.

⁵⁹ Idem, p. 37.

que este tipo de negócio gerava prejuízos, pois além das despesas com a manutenção da Agência em Fortaleza, o Governo não restituía as passagens dos indivíduos desertores.

2.2 Empreendimentos da CGICB no setor de colonização

No setor de colonização, no início de 1930, um dos principais empreendimentos da CGICB consistiu em intermediar a venda dos lotes do “Núcleo Colonial da Barrinha”, localizado no município de Sertãozinho, na época distrito de Ribeirão Preto, de propriedade da Companhia Agrícola “Fazenda São Martinho”⁶⁰.

Antes de iniciar a venda dos lotes, a Companhia enviou três cartas ao Instituto Nazionale Di Credito Per IL Lavoro Italiano All’Estero (I.C.L.E.), que possuía sede em Roma⁶¹. Na primeira carta⁶² a CGICB enviou uma planta do “Núcleo Colonial da Barrinha” e uma lista com o preço das terras. Fez uma relação sobre as vantagens da localização e da qualidade das glebas, bem como das facilidades para o pagamento das mesmas. Na segunda

⁶⁰ A Companhia Agrícola “Fazenda São Martinho” possuía uma dívida com o Banco do Comércio e Indústria de São Paulo, seu credor hipotecário. Informação retirada de Carta enviada aos Diretores do Banco do Estado de São Paulo, 09/02/1931, in CAIC, livro copiador de correspondência Nº 01, p. 173.

⁶¹ Não foi possível colher muitas informações sobre o I.C.L.E., as únicas referências encontradas sobre a sua atuação no Brasil diz respeito a compra pelo Instituto (na década de 1920) do Edifício Martinelli no município de São Paulo, considerado o primeiro aranha-céu da cidade. CARVALHO, Neuza Guerreiro de. História do Martinelli, publicado em 12/12/2005 in: <http://www.saopaulominhacidade.com.br/list.asp?ID=156> acesso em 21/01/2010. A outra informação aponta que em 1942 a ditadura do Estado Novo getulista baixou o decreto nº 4.166, confiscando todos os bens da Companhia Espéria, que possuía terras no Oeste paranaense e as vendia a colonos, alegando que ela pertencia a italianos - no caso, ao Instituto Nazionale Di Credito Per Il Lavoro Italiano All’Estero. Jornal “O Paraná”, domingo, 19/07/2009, p. C8. Edição Nº 10.070 –Ano 34. Disponível em <http://www.oparana.com.br/Paginas/20090719/edicaocompleta.pdf> acesso em 21/01/2010.

⁶² Carta enviada ao Sr. Giuseppe de Michelis, Presidente do Instituto Nazionale Di Credito Per IL Lavoro Italiano All’Estero, 24/03/1930, in CAIC, livro copiador de correspondência Nº 01, p. 111-115. Todas as cartas foram traduzidas por Luciana Vendramel de Oliveira.

correspondência⁶³, a Companhia anexou cópias do seu estatuto, uma lista com os nomes dos acionistas e uma cópia do Diário Oficial do Estado de São Paulo do dia 28/07/1928, que continha em sua publicação os atos constitutivos da Companhia.

A correspondência mais densa e detalhada foi a terceira⁶⁴, nela a Companhia informou que pediu opinião ao Comendador italiano Umberto Tomezzolli sobre o ato de entrar em contato diretamente com o I.C.L.E. Apontou que uma nação do Báltico estaria interessada em obter terras para fazer a colocação de seus conterrâneos, no entanto a CGICB assinalou que optou em dar preferência ao Instituto para a venda das terras do “Núcleo Colonial da Barrinha”. Ressaltou que a fazenda que se pretendia negociar era uma importante propriedade rural, situada em uma das zonas mais centrais e populosas do Estado de São Paulo e onde predominava o elemento italiano, e acreditava que a contribuição do Instituto seria de grande proveito para seus patrícios:

L'ISTITUTO NAZIONALE DI CREDITO PER IL LAVORO ITALIANO ALL'ESTERO, con una applicazione sicurissima dei suoi capitali e con una rendita sicura prefissa nei suoi statuti, potrebbe prestare la sua collaborazione finanziaria e forsanche tecnica alla “COMPANHIA AGRICOLA FAZENDA SÃO MARTINHO” in beneficio esclusivo dell'elemento italiano, nello sviluppo di modernissimo – per il Brasile – programma di colonizzazione, perfettamente compatibile coll'ambiente e le convenienze [...].⁶⁵

⁶³ Carta enviada ao Sr. Giuseppe de Michelis, Presidente do Instituto Nazionale Di Credito Per IL Lavoro Italiano All'Estero, 25/03/1930, in CAIC, livro copiadador de correspondência Nº 01, p. 116.

⁶⁴ Carta enviada ao Sr. Giuseppe de Michelis, Presidente do Instituto Nazionale Di Credito Per IL Lavoro Italiano All'Estero, 26/03/1930, in CAIC, livro copiadador de correspondência Nº 01, p. 117-133.

⁶⁵ Idem, p. 121. Tradução: O Instituto Nazionale Di Credito Per IL Lavoro Italiano All'Estero, com uma aplicação seguríssima do seu capital e com um rendimento seguro prefixo nos seus estatutos poderia prestar a sua colaboração financeira e talvez também técnica a Companhia Agrícola Fazenda São Martinho em benefício exclusivo do elemento italiano, no desenvolvimento de um moderníssimo – para o Brasil – programa de colonização [...].

A CGICB sugeriu três formas de contribuição que o I.C.L.E. poderia efetuar. A primeira seria o Instituto fornecer à Companhia Agrícola “Fazenda São Martinho” (CAFSM) o financiamento completo, mediante garantia hipotecária, para que a CAFSM efetuasse seu programa de colonização, beneficiando os antigos colonos italianos compradores de lotes. A segunda opção, a que mais interessava a CGICB, consistia em uma proposta de sociedade entre o I.C.L.E. e a CAFSM. Ao Instituto caberia a compra de metade das ações da “São Martinho” e ambas passariam a compartilhar a direção dos negócios. A terceira alternativa exposta, propunha que o I.C.L.E. efetuasse a compra total da “Fazenda São Martinho”⁶⁶, inclusive com suas benfeitorias, para posteriormente dividi-la em pequenos lotes e vendê-los exclusivamente a colonos italianos já residentes no Brasil ou vindos da Itália.

A CGICB apontou que o valor estimado da Fazenda girava em torno de 25.000:000\$000 (vinte e cinco mil contos de réis), aproximadamente 625.000-0-0 (libras esterlinas). Em anexo a Companhia enviou documentos referentes a localização e qualidade do solo e uma relação com todas as benfeitorias da Fazenda. Enfatizou que a propriedade agrícola estava entre as maiores do Estado de São Paulo “colocada esplendidamente sobre o tronco da Ferrovia Companhia Paulista (a mais progredida Estrada de Ferro existente no Brasil)”. Na tentativa de valorizar a propriedade, a Companhia salientou que a gleba:

[...] contiene tutto quanto é necessario per essere considerata come una delle organizzazioni agricole piu perfette che esistono, e dove, una

⁶⁶ A Fazenda São Martinho era uma propriedade rural que possuía 28.046 hectares divididos entre plantação de café, culturas diversas, bosques, pastos, várzeas (terrenos úmidos) e Núcleo Padrópolis. Apenas parte dela (2.850 hectares) constituía o “Núcleo Colonial da Barrinha”. Em carta enviada ao Banco a Companhia informa que este núcleo foi organizado em uma parte inculca daquela fazenda. Carta enviada aos Diretores do Banco do Estado de São Paulo, 09/02/1931, in CAIC, livro copiador de correspondência Nº 01, p. 173.

popolazione di circa 3.000 anime, lavora e si muove con tutte le moderne facilitá che possono trovarsi nei luoghi piú progrediti del mondo.⁶⁷

Por fim, convidou um representante do I.C.L.E. para fazer uma visita ao Brasil e conhecer de perto a Fazenda “São Martinho”. Nenhuma resposta do Instituto foi verificada nas correspondências posteriores e o I.C.L.E. deixou de ser mencionado. Possivelmente o Instituto não tenha demonstrado interesse em fazer negócio, pois nos meses seguintes a CGICB inicia a venda do “Núcleo Colonial da Barrinha”.

Para essa empreitada a Companhia organizou um plano de propaganda⁶⁸: foram impressos diversos panfletos com o mapa do Núcleo e o preço dos lotes, na intenção de serem distribuídos em todas as repartições Públicas Federais e do Estado de São Paulo ligadas aos serviços de imigração e colonização (especialmente nos portos do Rio de Janeiro e Santos), e em todos os “hotéis de trabalhadores” de São Paulo, Santos e Rio de Janeiro, ficando os respectivos hoteleiros encarregados do angariamento de compradores, mediante comissão. Os panfletos seriam distribuídos também aos consulados existentes em São Paulo, e a todas as agremiações estrangeiras existentes no Estado. Se acaso o orçamento não fosse excessivo, seriam fixados mapas em todas as estações das estradas de ferro de São Paulo e Minas Gerais.

Dando continuidade ao plano de propaganda, seria divulgado em época apropriada, ou seja, pouco antes da renovação dos contratos com os colonos nas fazendas (entre os

⁶⁷ Carta enviada ao Sr. Giuseppe de Michelis, Presidente do Instituto Nazionale Di Credito Per IL Lavoro Italiano All’Estero, 26/03/1930, in CAIC, livro copiador de correspondência Nº 01, p.124. Tradução: [...] possui tudo o quanto é necessário para ser considerada como uma das organizações agrícolas mais perfeitas que existem, e onde, uma população de aproximadamente 3.000 almas, trabalha e se transporta com todas as modernas facilidades que possam se encontrar nos lugares mais progredidos do mundo.

⁶⁸ Carta enviada ao Sr. Dr. Luiz da Silva Prado, Diretor da Companhia Agrícola “Fazenda São Martinho”, 15/04/1930, in CAIC, livro copiador de correspondência Nº 01, p.137-138.

meses de junho e julho) diversos anúncios em jornais, especialmente nos periódicos estrangeiros publicados no Estado de São Paulo.

Também chamada de “imprensa imigrante”, a produção de periódicos por imigrantes e/ou seus descendentes em suas línguas de origem para veiculação em suas respectivas comunidades, instaladas principalmente no Estado de São Paulo, esteve presente durante todo o período da imigração em massa. Dentre os periódicos produzidos, os jornais ganharam destaque por serem mais acessíveis às camadas populares, pois seu custo, tanto de produção como de comercialização, era menor do que o das revistas.

Os assuntos abordados na imprensa imigrante eram diversos, em geral as matérias destacavam as necessidades de determinadas comunidades, seus valores, suas crenças, notícias de sua terra natal, anúncios de produtos que os imigrantes consumiam, entre outros⁶⁹. Como o foco da Companhia era vender terras a crédito para imigrantes, fazer a divulgação de seus trabalhos nestes jornais era uma iniciativa plausível.

No dia 01 de maio de 1930, ou seja, 15 dias após ter divulgado o plano de propaganda para a venda dos lotes do “Núcleo da Barrinha”, a CGICB escreveu para a CAFSM informando que a maior parte do plano já havia sido posto em prática, mas observou que a comissão paga pela “São Martinho” era tão ínfima que só permitiria fazer anúncios pequenos nos jornais, e pede para que a mesma arque com as despesas de anúncios maiores. Alertou que o mês de maio seria o mais propício para esta divulgação,

⁶⁹ Oliveira aponta que “a imprensa imigrantista em nosso país quase sempre se pautou pelo estímulo à manutenção da identidade e dos laços culturais e afetivos que remetiam à terra de origem” (OLIVEIRA, 2005: 147), esses periódicos também possuíam a função de invocar ajuda e de transmitir as boas e más notícias.

uma vez que a lavoura cafeeira iria contar com um empréstimo de 20.000.000 (libras esterlinas), que viria para “animar todo mundo que lida com café”.⁷⁰

Nesta primeira fase da Companhia, com o passar dos anos, os serviços do setor de colonização começaram a se intensificar enquanto os serviços de imigração raramente eram mencionados em cartas. A CGICB passou a negociar a intermediação de retalhamento e venda de terras para diversas empresas e fazendeiros. Não raro, recebia indicações do Banco do Estado de São Paulo sobre fazendeiros que estavam prestes a perder suas propriedades.

No entanto, não apenas o setor de imigração proporcionava inconvenientes, no serviço de colonização também ocorriam imprevistos desagradáveis, como no caso do retalhamento das terras do fazendeiro endividado Sr. Oscar de Paula Ramos, proprietário da Fazenda “Quilombo” em Limeira, que compareceu ao escritório da Companhia pedindo auxílio para vender parte da sua fazenda, na esperança de que, com o produto dessas vendas pudesse amortizar parte do seu débito com o Banco, evitando que a instituição financeira desse início ao executivo hipotecário⁷¹. No caso deste fazendeiro, havia duas hipotecas em seu nome, e a soma total da venda dos lotes, a vista ou em prestações, deveriam ser destinadas integralmente a favor do Banco do Estado de São Paulo.

Devido a sua total falta de recursos financeiros, o Sr. Ramos pediu a Companhia para que adiantasse o capital necessário ao retalhamento das suas terras, ficando esta encarregada de fazer o pagamento do engenheiro e de todas as despesas para a venda dos lotes. Em vista desta proposta e em busca de garantias, os dirigentes da CGICB entraram

⁷⁰ Carta enviada ao Sr. Dr. Luiz da Silva Prado, Diretor da Companhia Agrícola “Fazenda São Martinho”, 15/04/1930, in CAIC, livro copiador de correspondência Nº 01, p.138.

⁷¹ Carta enviada aos Diretores do Banco do Estado de São Paulo, 05/01/1932, in CAIC, livro copiador de correspondência Nº 01, p. 191-193.

em negociação com o Banco, ficando estabelecido entre as partes que a remuneração dos seus serviços e dos adiantamentos feitos para o loteamento, bem como o pagamento do engenheiro, seriam pagos à medida que fossem vendidos os lotes, ficando o Banco responsável por retirar as cotas para pagar a Companhia.

Firmado o acordo, a CGICB deu início ao trabalho de divisão dos lotes. Apesar dos esforços e de um bom número de pretendentes, a companhia não conseguiu vender no período de oito meses uma gleba sequer. Isto ocorreu devido a uma cobrança de crédito promovida contra o Sr. Ramos por um grupo de colonos-empreiteiros, por intermédio da Assistência Judiciária do Departamento do Trabalhador Agrícola, fato que havia sido ocultado pelo fazendeiro ao Banco e à Companhia. A CGICB apontou que “diante da atitude ameaçadora desses colonos, que habitavam na gleba levantada, perante os pretendentes que visitavam os lotes, não houve um só comprador de fora que estivesse disposto a fazer aquisição dos mesmos”.⁷²

Somente após a CGICB conciliar parcialmente a situação, foi possível efetuar a venda dos quatro primeiros lotes. Porém a diretoria do Banco permitiu que o fazendeiro separasse as cotas de dinheiro destinadas ao pagamento dos honorários da Companhia e do engenheiro, foi então que os problemas se agravaram:

Eis porem, que o Sr. O. P. Ramos, aproveitando-se da facilidade que neste particular lhe concedeu o Banco, apropriou-se dessas importancias e dispoz dellas para seu uso particular. E em resposta ás reclamações nossas, a partir do momento que foi passada a escriptura, - nos communicou finalmente hontem, aqui em nosso escriptorio, - com um cynismo impressionante, que, - “devido ás nossas insistencias destes dias que representavam uma falta de consideração á sua pessoa (!!!) tinha decidido ficar com o dinheiro que o BANCO consentiu que fosse separado para nos ser entregue”, chegando ao cumulo de nos aconselhar

⁷² Idem, p. 191.

que – “deante do facto consumado, que nos queixassemos a VV. SS....”-
!!!⁷³

Diante deste incidente, a Companhia pediu ao Banco que nos próximos lotes a serem vendidos fosse primeiramente separada a cota referente às suas despesas com o loteamento e com a comissão do engenheiro.

Apesar do trágico desfecho deste negócio e da pouca porcentagem ganha com a venda dos lotes, o retalhamento de fazendas vinha sendo o principal rendimento da empresa. Na ânsia de aumentar seus lucros, a CGICB elaborou mais uma vez um projeto ousado, denominado “Projeto do re-povoamento intensivo da zona agrícola do ramal da Bragantina”.⁷⁴

O objetivo deste projeto era o de promover um re-povoamento acelerado da região do paulista servida pela Estrada de Ferro Bragantina, pertencente à empresa ferroviária “São Paulo Railway”, e posteriormente da região sudoeste do Estado de Minas Gerais. Para a CGICB não seria viável uma empresa colonizadora contar para a retribuição dos seus esforços, unicamente com os proventos resultantes das transações da venda-compra de terras, ela precisaria contar com o capital de uma grande empresa interessada no florescimento das atividades comerciais nesta zona, por este motivo tentou fazer uma parceria com a “São Paulo Railway”, acreditando que a execução do projeto resultaria em um importante aumento nas receitas da Estrada de Ferro Bragantina.

⁷³ Idem, p. 193.

⁷⁴ Martins aponta que o abastecimento alimentar da cidade de São Paulo foi feito durante um longo período pelas regiões de Atibaia, Bragança e Nazaré, assinala que “o deslocamento da preeminência do café da zona Norte para a zona Central da Província de São Paulo, entre 1854 e 1886, significou o declínio da cultura de alimentos, especialmente na área de Atibaia e Bragança” (MARTINS, 1973, p. 56).

A CGICB desenvolveu um estudo sobre a zona e o expôs em carta para o Gerente de Publicidade da “São Paulo Railway”⁷⁵. A carta inicia apontando que a região de Bragançina era considerada uma “zona velha” do Estado, portanto com o solo já desgastado e de baixa fertilidade, além de sofrer com a “broca”, praga responsável por diminuir a qualidade do café. Por esse motivo, diversas famílias de colonos estavam abandonando a região em busca de terras novas e mais produtivas.

Conforme a CGICB, a região onde deveria ser aplicado o programa de reanimação era constituída pelos municípios de Bragançina, Atibaia, Piracaia, Nazareh e Joanópolis, como pode ser observado no mapa abaixo⁷⁶:

Figura 2 – Mapa correspondente a “Região de Bragançina”



⁷⁵ Carta ao Sr. C. P. Bryson, Gerente de Publicidade da “São Paulo Railway”, 23/10/1933, in CAIC, livro copiadador de correspondência Nº 01, p. 207-224.

⁷⁶ O mapa em destaque foi retirado do site: <http://maps.google.com.br/maps?hl=pt-BR&tab=wj>, no dia 25/09/2009 e editado por Giani Vendramel de Oliveira e Eder Momisso. O mapa do canto inferior direito destaca o município de Bragança Paulista dentro do Estado de São Paulo, foi retirado do site: http://pt.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:SaoPaulo_Municip_BragancaPaulista.svg no dia 22/01/2010.

As primeiras medidas do empreendimento seriam reanimar os sítios existentes dando-lhes auxílio e estimular a vinda de agricultores provenientes de outras regiões que não estivessem “contaminados pela mania do café”. A forma de atrair estes trabalhadores seria fornecendo-lhes uma gleba de cerca de cinco alqueires já arada e preparada para o cultivo, além de disponibilizar uma casa simples para a família. Esta iniciativa contribuiria para amenizar a “má fama” da região considerada uma zona infértil.

O programa visava ainda incentivar a produção de uma diversidade de gêneros a serem produzidos nesta área, como a produção de vinho, seda, criação de gado e suínos. A Companhia indicava no plano, que a base das culturas para os novos colonos seria: viticultura, sericultura, algodão, fumo, batatas, hortaliças (especialmente tomates), gado vacum, suínos, ovinos, laticínios, apicultura em grande escala, silvicultura, entre outros. Para justificar a escolha de alguns destes gêneros a Companhia demonstrou com dados estatísticos que o consumo da seda e do vinho, por exemplo, era bastante elevado no Estado de São Paulo, já sua produção era ínfima. Na tentativa de persuadir a São Paulo Railway da viabilidade de sua proposta, a CGICB fez uma previsão otimista:

[...] a transformação das culturas da zona Bragantina, poderá ser feita de uma forma relativamente rápida, segura e econômica, e a normalização da receita da respectiva Estrada de Ferro será notada logo a partir do 2º ano do início de tal programma.⁷⁷

O plano proposto pela Companhia não se restringiria a participação apenas da CGICB e da São Paulo Railway, a intenção era de pedir a contribuição de órgãos governamentais como a Secretaria de Agricultura de São Paulo. Esta deveria disponibilizar

⁷⁷ Carta ao Sr. C. P. Bryson, Gerente de Publicidade da “São Paulo Railway”, 23/10/1933, in CAIC, livro copiador de correspondência Nº 01, p. 209.

técnicos especializados na produção de vinhos, queijos, salames, etc., além de criar escolas de pomologia, horticultura e viticultura. Também auxiliariam na fundação de cooperativas. Já ao Ministério da Agricultura do Governo Federal deveriam ser solicitadas facilidades alfandegárias para aquisição de maquinários agrícolas, adubos e inseticidas, além da simplificação do processo para obtenção de vistos para as famílias estrangeiras destinadas à zona Bragantina.

Quanto aos proprietários de terras da região, caberiam àqueles com glebas superiores a 50 alqueires, vender suas terras a crédito, com pagamento no prazo de seis anos e com “preço de atração”. À CGICB caberia a “Direção Geral” de todos os trabalhos de re-povoamento da região, também ficaria incumbida de pedir auxílio para as instituições governamentais, organizar o transporte de trabalhadores nacionais e estrangeiros destinados a se fixar na zona, fazer a divisão dos terrenos a serem loteados, bem como organizar a venda dos mesmos.

No programa estava estipulado que a São Paulo Railway deveria contribuir para despesas como: expediente de funcionários, impressos, propaganda no Brasil e no estrangeiro, viagens, melhoramentos de estradas de rodagem, compra de maquinários agrícolas, enfim, “acompanhar, auxiliar e controlar todo o movimento tendente a reanimar a produção da região da Bragantina”⁷⁸.

Além de uma remuneração mensal para eventuais despesas, a Companhia fez três propostas a São Paulo Railway para o pagamento dos seus honorários. Na primeira, a empresa ferroviária deveria reservar à CGICB, durante alguns anos, uma porcentagem sobre o aumento da receita da Estrada de Ferro Bragantina. Na segunda proposta a São Paulo Railway daria uma recompensa anual à CGICB, sendo o valor reajustado em função

⁷⁸ Idem, p. 207.

do aumento no movimento da E. F. Bragantina. A terceira opção seria a empresa ferroviária conceder um “prêmio” à CGICB para cada família que se estabelecesse na zona Bragantina.

Após analisar a proposta, a São Paulo Railway considerou “esquisitas” algumas sugestões expostas no plano e fez uma série de modificações na proposta original, mas acabou concordando com a execução do projeto. A CGICB demonstrou um certo descontentamento com as restrições impostas pela São Paulo Railway e apontou que a intenção inicial era aplicar um “programa máximo”, mas devido a falta de apoio e as restrições impostas, o projeto seria reduzido a um “programa mínimo”.⁷⁹

A forma de remuneração aceita pela São Paulo Railway foi a terceira, ou seja, para cada família que se instalasse na região seria disponibilizada uma gratificação para a CGICB. Não se sabe ao certo de que maneira o plano foi posto em prática, a única referência a este empreendimento foi encontrado em balancetes da Companhia, no qual apontavam que uma pequena verba estava sendo empregada no re-povoamento da zona Bragantina.⁸⁰

Este foi o último projeto elaborado pela “Companhia Geral de Imigração e Colonização do Brasil”, e a carta escrita a São Paulo Railway também foi uma das últimas correspondências referente a esta primeira fase da Companhia.

⁷⁹ Carta enviada ao Sr. C. P. Bryson, Gerente de Publicidade da “São Paulo Railway”, 14/12/1933, in CAIC, livro copiador de correspondência Nº 01, p. 231.

⁸⁰ Balancete de verificação do livro “Razão”, 21/12/1934, in CAIC, (Processo Nº 29) Origens da Companhia –1928. Doc. 23 Fls. 44; Balanço Geral, 31/12/1934, in CAIC, (Processo Nº 29) Origens da Companhia –1928. Doc. 134 Fls. 254 e Balancete de verificação do livro “Razão”, 31/12/1935, in CAIC, (Processo Nº 29) Origens da Companhia –1928. Doc. 12 Fls. 27.

2.3 Momentos de transição: de Companhia Geral de Imigração e Colonização do Brasil (CGICB) a Companhia de Agricultura, Imigração e Colonização (CAIC).

A empresa passava por dificuldades financeiras, possuía dívidas em bancos e impostos atrasados. Seu programa de imigração não havia saído como o esperado e estava paralisado. A Companhia não possuía capital suficiente para adquirir propriedades, assim, apenas intermediava a venda de terras para terceiros, cobrando uma porcentagem mínima. Além desses inconvenientes, no ano posterior à sua fundação ocorreu a crise econômica mundial desencadeada pela quebra da bolsa de Nova Iorque em outubro de 1929, o que a princípio poderia ter sido bom para os planos da companhia, uma vez que diversos fazendeiros quebraram e tiveram que vender suas propriedades ou parte delas. No entanto, os acionistas da CGICB eram em sua maioria fazendeiros, e também sofreram abalo econômico com a Crise de 1929, ficando assim impossibilitados de investir neste empreendimento.

Atílio Favero tentou justificar o fracasso da Companhia apontando como principais causas “os tenebrosos períodos ininterruptos do ‘crack’ do café de 1929, a Revolução Nacional de 1930, e o Movimento Paulista de 1932”.⁸¹

Foi em meio a esta crise, na qual a Companhia se viu endividada, que teve início as negociações com a Companhia Paulista de Estrada de Ferro, tendo como resultado uma nova organização da empresa. Assim, em 08 de outubro de 1934 por meio da reorganização da antiga CGICB que nasce a “Companhia de Agricultura, Imigração e Colonização” (CAIC), tendo como principal acionista e controladora a Companhia Paulista.

⁸¹ Carta enviada ao Sr. Dr. Antônio Prado Junior, M. D. Presidente da Companhia de Agricultura, Imigração e Colonização, 30/10/1935, in CAIC, (Processo N° 29) Origens da Companhia -1928. Doc. 18 Fls. 35.

Monbeig reconhece as dificuldades e os riscos existentes nos negócios de retalhamento de terras e que foram vividos pela CGICB, ressaltando que:

Uma empresa de loteamento deve dispor de grande capital, para fazer face às enormes despesas de publicidade e às da organização das glebas. Três grupos, interessados diretamente ou não na venda dos sítios, exerceram uma ação decisiva sobre colonização interior, depois da crise de 1929: a Companhia Paulista de Estrada de Ferro, a Sociedade Colonizadora Brasileira e a Companhia de Terras do Norte do Paraná.⁸²

O autor ainda aponta que a incorporação da CAIC pela Paulista representou um dos primeiros casos de integração de grupo que vende terras e é também companhia de transporte.

Analisando algumas das correspondências da CAIC, pode ser constatado que a transição de uma Companhia para outra gerou atrito entre os acionistas. De acordo com o resolvido em Assembléia Geral Extraordinária realizada no dia 08 de outubro de 1934, os lucros que os acionistas antigos auferissem seriam destinados a pagar os compromissos antigos da Companhia, até o final da liquidação dos mesmos. Esta medida gerou revolta dos antigos fundadores da CGICB. Eles alegavam que estavam endividados e que não haviam obtido lucros durante os seis anos de existência da antiga Companhia, e que ainda estavam arriscados a terem que desembolsar mais capital para cobrir dívidas passadas. Attilio Favero ressaltou que:

Quando foi feita a transformação da antiga para a nossa nova Organização, eu sempre compreendí, certa ou erradamente, que seriam separados, - além dos dividendos, - o total, ou pelo menos uma parte, dos lucros trazidos pelos negócios preparados anteriormente, - para com eles também, concorreremos até o desaparecimento daquele “deficit” da velha

⁸² MONBEIG, 1984, p. 238.

Companhia, uma vez que a nova não quíz reconhecer “luva” compensadora pela aquisição daquelles negocios, cujos preparativos, alguns delles, nos custaram dezenas de contos de réis. Convencido estava eu de que só restava fixarmos, opportunamente, a quota desses lucros destinados a auxiliar a cobertura do “deficit” alludido.⁸³

Attilio Favero interveio em prol dos antigos acionistas pedindo a colaboração da direção da CAIC para que deixasse sob seu controle antigos negócios iniciados pela CGICB, na tentativa de fazê-los gerar lucros:

De uma forma geral, os negocios mais importantes da velha Companhia, que ainda estão “parados”, são:-

- a) Colonização em Cravinhos, região de Ribeirão Preto, e de da zona da alta Mogyana;
- b) Serviços no Estado do Paraná;
- c) Serviços nos Estados de Minas Geraes e Rio de Janeiro;
- d) Serviços de emigração do Estado do Ceará e outros Estados do Norte, por vía marítima;
- e) Accordo com a São Paulo-Railway para o repovoamento da zona Bragantina, principalmente com elementos enviados do Tyrol pela organização do Ex-Ministro da Agricultura, senhor Thaler;
- f) Emfim, de todos os outros de menor importância que constam do archivo e scripta da velha Companhia.⁸⁴

Em resposta a Diretoria da CAIC determina:

Em atenção ao seu pedido verbal, tenho a satisfação de informal-o que a Diretoria da Companhia de Agricultura, Imigração e Colonização deliberou o seguinte, com relação á proposta formulada por V. S. em carta de 30 de outubro último:-

“1º - O Sr. Attilio Favero retoma, por conta propria e financiamento proprio, as actividades da antiga Companhia Geral, nos termos da mesma carta;

2º - O Sr. Attilio Favero se compromete em obter dos credores da antiga Companhia a quitação á CAIC dos seus creditos;

⁸³ Carta enviada ao Sr. Dr. Antonio Prado Junior, Presidente da CAIC, 30/10/1935, in CAIC, (Processo Nº 29) Origens da Companhia-1928. Doc. 18 Fls. 35-38.

⁸⁴ Idem.

3º - Como consequência, os antigos e novos accionistas ficarão então com os seus direitos nivelados em relação á CAIC.⁸⁵

A Companhia Paulista de Estrada de Ferro, incorporadora da CAIC, era uma empresa de grande prestígio no país, famosa por sua rigidez e pela pontualidade dos seus trens. Sua fundação data de 30 de janeiro de 1868, e contou com a articulação dos chamados “Barões do Café”, ou seja, grandes fazendeiros da região de Campinas-SP. Na época da fundação da Paulista, Campinas era um importante centro agrícola do Estado de São Paulo, grande produtora de café e necessitava com urgência de um transporte eficaz para escoar sua produção. Com isso, o principal objetivo da empresa ferroviária foi construir trilhos que ligassem Campinas a Jundiaí, fazendo assim a expansão dos trilhos da São Paulo Railway que ligava Jundiaí a Santos⁸⁶.

Os negócios da Companhia Paulista foram se expandindo rapidamente, assim, na década de 1930:

Já não mais concentrava suas atenções somente no transporte ferroviário. Havia se tornado um complexo agro-industrial composto por um conjunto de empresas lucrativas em diferentes ramos – hortos florestais, oficinas mecânicas, frigoríficos, indústria de papel, colonização, transportes rodoviários, etc.⁸⁷

A CAIC fazia parte desta gama de empreendimentos da Paulista, lhe rendendo além do lucro com a compra e venda de terras, a vantagem de aumentar o volume de transporte de passageiros (com a migração) e de produtos (com a colonização).

⁸⁵ Carta enviada ao Sr. Attilio Favero, Diretor da Companhia de Agricultura, Imigração e Colonização, 29/11/1935, in CAIC, (Processo Nº 29) Origens da Companhia - 1928. Doc. 16 Fls. 13.

⁸⁶ Ver SEGNINI (1982), DEBES (1968) e CASTRO (1981).

⁸⁷ SEGNINI, 1982, p. 63.

Nesta nova fase da Companhia foram retomados os trabalhos da Secção de Imigração, estabelecendo novos acordos com o Governo do Estado de São Paulo e criando agências filiais em diversos Estados para o angariamento de trabalhadores nacionais. Quanto ao programa de Colonização, este é intensificado. Agora dispendo a Companhia de mais capital para fazer investimentos, ela passa a não apenas intermediar a venda de propriedades de terceiros, mas adquire suas próprias glebas, tornando o negócio ainda mais lucrativo.

Além da imigração e colonização, a Companhia passa a atuar em diferentes ramos e atividades, sempre visando atender os interesses e as necessidades da Companhia Paulista de Estrada de Ferro. Uma das primeiras incumbências dada a ela pela CPEF é a de fornecer lenha para suas locomotivas, além da madeira retirada dos seus próprios hortos florestais, a Paulista aproveitava a lenha retirada das propriedades retalhadas pela CAIC.

Em abril de 1937 a Companhia Paulista incumbiu a CAIC de tomar a seu cargo o abastecimento de pedra britada e cascalho nas localidades servidas pelas suas estradas de ferro, este material poderia ser utilizado de diferentes maneiras, nos trilhos dos trens, em construções, ou até mesmo para corrigir acidez do solo. Os lucros aferidos com essa transação seriam divididos igualmente entre as duas partes. Uma das principais cidades a receber este material foi Marília. Monbeig (1984, p. 350) destaca o rápido crescimento de Marília após a década de 1930, pois nesta época a cidade era ponta de trilhos da Companhia Paulista. O autor elucida o crescimento da cidade pela ampliação de seus edifícios, sendo que em 1935 contava com 2.846, em 1943 este número quase dobra saltando para 4.898.

Outro negócio desenvolvido pela CAIC foi a aquisição de terrenos no município de Campinas com o intuito de criar um parque industrial, tento como principal atrativo, as facilidades que a Companhia pretendia fornecer com as ligações ferroviárias. A primeira

empresa que se interessou por esse investimento e adquiriu um terreno foi a indústria de alimentos Swift do Brasil. A CAIC pediu auxílio ao prefeito de Campinas para que fornecesse facilidades para o escoamento de água utilizado nas indústrias que se interessassem em se instalar no parque industrial. Em outra carta, a CAIC se queixou da falta de transporte para os operários e pede que o prefeito prolongue a linha de bondes da Av. Saudade até as terras do parque industrial. A Paulista também incumbiu a CAIC de vender terrenos no município de Bauru, a fim de instalar um parque industrial e um bairro operário na cidade⁸⁸.

Outro empreendimento da Companhia Paulista que acabou sendo desempenhado pela CAIC foi a instalação de uma fábrica de adubos. Em fins de 1933, a Paulista entra em negociação com o Departamento Nacional do Café para transformar em adubo o café a ser incinerado, contudo, a empresa considerou que o negócio escapava, em parte, à sua finalidade ferroviária, por isso optou por encarregar a Companhia de Agricultura, Imigração e Colonização, sua subsidiária, para a realização do serviço, como será descrito no tópico a seguir.

2.4 A Fábrica de “Adubos Guerreiro”

Em fins de 1936, a CAIC se lançou no setor industrial: em parceria com o Departamento Nacional do Café, instalou uma indústria de fabricação de adubos. Em

⁸⁸ Carta enviada a Diretoria da Companhia Paulista de Estradas de Ferro, 19/11/1938, in CAIC, livro copiador de correspondência N° 07, p. 601.

correspondência enviada ao Presidente do Departamento Nacional do Café, a CAIC propôs um acordo entre as duas instituições para a produção do fertilizante⁸⁹.

Na tentativa de combater a superprodução do café o Governo brasileiro optou por incinerar o produto, designando para esta função o Departamento Nacional do Café, que em 1936 já havia incinerado cerca de 38.000.000 sacas. Inconformada com o desperdício do produto, a CAIC procurou uma forma de aproveitamento “para essa enorme massa de riqueza a ser levada ao fogo”⁹⁰. A ideia que surgiu primeiro foi a de utilizar o produto como adubo, incorporando-o ao solo após ser desnaturado (evitando assim, que o café fosse utilizado para consumo), entretanto, a Companhia apontou estudos que demonstravam que o valor fertilizante do café em grão aplicado ao solo era baixo, principalmente tendo em vista o alto valor do seu transporte, não tornando vantajosa a sua utilização como adubo. Outra saída encontrada para o aproveitamento do café seria empregar suas cinzas como adubo, o que segundo a CAIC também não seria apropriado, pois se as cinzas fossem aplicadas em doses incorretas poderia vir a impedir o crescimento da vegetação.

No intuito de convencer o Departamento Nacional do Café, a CAIC apontou que diversos estudos vinham sendo feitos para tornar o café retirado do mercado em elemento fertilizante, e por ser ao mesmo tempo econômico e eficaz, concluiu que a melhor maneira de aproveitamento desta matéria prima seria por meio do processo denominado “Guerreiro”⁹¹. Este processo constituía-se em adicionar ao café finamente moído, cinzas de café e fosfato ácido de cálcio, ou “superfosfato”, o que resultaria em um fertilizante completo com cálcio, potássio, fosfato, nitrogênio e matéria orgânica. A maior vantagem

⁸⁹ Carta enviada ao Sr. Presidente do Departamento Nacional do Café, 24/10/1936, in CAIC, livro copiador de correspondência Nº 03, p. 59-64.

⁹⁰ Idem, p.59.

⁹¹ Esta denominação faz referencia ao sobrenome do seu inventor, Dr. José Affonso Guerreiro.

desse processo seria a sua adaptação a diversos tipos de solo e culturas, para isso era preciso apenas variar a proporção de cada elemento empregado no processo de produção do adubo.

Assim, a Companhia de Agricultura, Imigração e Colonização se dispôs a fabricar o adubo, fazer sua propaganda e sua colocação no mercado nas seguintes condições: o Departamento Nacional do Café ficaria encarregado de fornecer a CAIC todo o café necessário a sua transformação em adubo; a ele também ficaria reservado o direito de fiscalização para garantir que o uso do café fosse exclusivamente à fabricação do fertilizante. Estabelecido o acordo entre as partes, o DNC comprou a patente do processo “Guerreiro” e a CAIC ficou encarregada de pagar ao Departamento uma comissão sobre a tonelada de adubo vendida pelo uso desta patente.

Para iniciar a fabricação dos “Adubos Guerreiro” a Companhia Paulista autorizou a CAIC a escolher qualquer ponto que julgasse conveniente nas linhas de suas ferrovias para fazer a instalação de suas fábricas. Sendo assim, a Companhia escolheu para uma das instalações um terreno com a área de cerca de 3.000 metros quadrados no município de São Carlos⁹². O outro local escolhido para a implementação da segunda fábrica foi um galpão alugado na Capital paulista.

Em agosto de 1937 a CAIC informou ao DNC que adquirira todos os maquinários para iniciar a produção do fertilizante. Alertou que o Departamento vinha queimando cerca de 40.000 sacas de café por dia, e para evitar o desperdício das cinzas a Companhia pediu para que esse material lhe fosse disponibilizado para ser dado início imediato a fabricação

⁹² Carta enviada ao Sr. Dr A. de Padua Salles, Diretor-Presidente da Companhia Paulista de Estradas de Ferro, 24/07/1937, in CAIC, livro copiador de correspondências N° 05, p. 83.

do adubo, sobretudo porque se aproximava a época da aplicação do produto na lavoura⁹³. A CAIC também chamou a atenção do DNC que estaria distribuindo cinzas aos fazendeiros, e estes não estariam utilizando-as na lavoura, mas sim vendendo o produto para indústrias, como por exemplo, as que fabricavam sabão.

Somente em janeiro de 1938 as fábricas começaram a produzir o adubo em grande escala. A fábrica de São Paulo trabalhava das 6 horas da manhã às 24h, e seus funcionários eram divididos em dois turnos. Neste mesmo período deu-se início a propaganda para divulgação do fertilizante.

Foram encontrados na documentação da Companhia diversos recortes de jornais com propagandas do Adubo Guerreiro publicadas em diferentes periódicos como “Folha da Manhã”, “Notícias do Brasil”, “Diário de São Paulo” e “O Estado de São Paulo”. Em geral, as propagandas destacavam a qualidade do produto por meio de pareceres de institutos e pesquisadores como, agrologista, engenheiro-agrônomo, professor de química-agrícola, cientista, entre outros. Em uma destas propagandas foi colocada uma lista com 64 nomes de agricultores que já haviam adquirido o adubo, considerados pela CAIC “os mais adiantados lavradores do Estado de São Paulo”. No entanto, as propagandas que mais se destacaram entre as encontradas nas fontes foram as publicadas em japonês.

⁹³ Carta enviada ao Sr. Dr. Fernando Costa, Presidente do Departamento Nacional do Café, 08/08/1937, in CAIC, livro copiador de correspondências N° 05, p. 249-251.

Figura 03 – Propaganda do “Adubo Guerreiro”⁹⁴

O conteúdo do anúncio exposto acima é muito parecido com os publicados em português, enfatiza que o fertilizante “Guerreiro” continha todos os elementos indispensáveis para a agricultura, além de conter mais de 61% de matéria orgânica que auxiliaria na criação de humos. Termina ressaltando que o adubo é assinado por profissionais que são autoridades em agricultura no mundo como os Drs. Teodoreto de Camargo e Paulo Vagelero.

A escolha da Companhia em divulgar seu produto especialmente para o público japonês pode estar relacionado a imagem que se construiu de que os japoneses eram excelentes homens do campo. De fato, esses imigrantes se destacaram no Estado de São Paulo como agricultores. Conforme Sakurai (2000, p. 229), a década de 1930 foi propícia

⁹⁴ Recorte de publicação feita no jornal “Folha da Manhã” do dia 22/03/1941, in CAIC, Livro Recortes de Jornais Nº 49 (1934-1947). Neste Livro da CAIC é possível encontrar diversos recortes de propagandas do “Adubo Guerreiro” feitas desde 1938.

para a ascensão social dos japoneses no Brasil, uma série de fatores possibilitaram que grande parte das famílias dispusessem de pecúlios para serem investidos na aquisição de terras. Os japoneses preferiam comprar as glebas em áreas ainda pouco exploradas do oeste de São Paulo, consideradas mais baratas, em lugares que ainda eram considerados “sertões”.

Sakurai aponta que os japoneses se destacaram na produção de culturas diversificadas como hortaliças, batatas, arroz e principalmente a cultura do algodão. A autora observa que em fins da década de 1930, cerca de 32 mil famílias instaladas no interior Paulista eram responsáveis por 50% do volume de algodão produzidos no Estado. As companhias de colonização japonesa ofereciam crédito para facilitar a compra de terras e equipamentos a serem empregados na cultura do algodão, outras companhias instalaram máquinas de beneficiamento do produto próximos aos locais de produção. Isto contribuiu muito para o sucesso dos japoneses na agricultura. A CAIC também vendeu diversos lotes de terra para imigrantes desta nacionalidade.

As propagandas aparentemente deram resultados, em abril de 1938 a Companhia começou a receber suas primeiras encomendas. Contudo, no dia 09 deste mesmo mês ocorreu um incidente grave na fábrica localizada em São Paulo: um incêndio, que teria sido provocado por um curto circuito na instalação elétrica. Diversas máquinas foram prejudicadas, sendo suspenso os serviços na fábrica por um período de três meses; o prejuízo só não foi maior porque a fábrica estava sob a proteção de uma seguradora. Para não prejudicar ainda mais a produção, a Companhia decidiu instalar outra indústria com maiores proporções em Campinas⁹⁵.

⁹⁵ Carta enviada ao Sr. Dr. Oswaldo R. Franco, Gerente da Agência do Departamento Nacional do Café, 24/04/1939, in CAIC, livro copiador de correspondências Nº 08, p. 179-185.

Após ser iniciada a fabricação de adubos, não demorou muito para surgirem os primeiros conflitos entre a CAIC e o DNC. A Companhia reclamava constantemente da demora do Departamento para a liberação do café. Outro descontentamento está relatado em carta de janeiro de 1939, na qual a CAIC demonstrou insatisfação ao saber que as Indústrias Reunidas Matarazzo estariam em negociação com o DNC para obtenção de uma parte do café a ser sacrificado para aproveitá-lo em suas indústrias, como pode ser observado no trecho abaixo:

Esse aproveitamento consiste na moagem do café em grão para extracção de uma parte da substancia oleosa, destinada ao fabrico de sabão, aproveitando os residuos para adubo.

Dada a fórmula por que seria obtido esse café do Departamento e com aproveitamento da substancia oleosa, ficariam os resíduos por um preço insignificante, concorrendo com o “Adubo Guerreiro”, cuja patente pertence a esse Departamento e cuja fabricação é feita pela nossa Companhia.⁹⁶

Temerosa com a possível concorrência das Indústrias Matarazzo, a CAIC sugeriu ao Departamento que determinasse que qualquer adubo feito com resíduos de café moído teria que obedecer à patente do processo “Guerreiro”, pois a adição de substancias caras como o fosfato, deixaria a Companhia em desvantagem em relação a outros tipos de adubos.

Entre os anos de 1938 a 1940 a Companhia recebeu diversas encomendas de adubo, o que aparentemente demonstra que o negócio estava sendo lucrativo. Mas sem maiores explicações, a CAIC informou ao DCN em 30 de novembro de 1939 que a fábrica de Campinas seria fechada, após apenas quatro meses de funcionamento, para contenção de

⁹⁶ Carta enviada ao Sr. Dr. Jayme Guedes, Presidente do Departamento Nacional do Café, 23/01/1939, in CAIC, livro copiador de correspondências N° 07, p. 904.

despesas, e a produção se concentraria em São Carlos (duplicando assim as instalações da fábrica)⁹⁷.

As únicas informações sobre o desfecho do “Adubo Guerreiro” foram encontradas nos relatórios anuais da Companhia. No Relatório N° 05, por exemplo, foi descrito que grandes empresas interessadas no comércio de adubos estariam movendo uma campanha contra o “Adubo Guerreiro”, contestando sua eficácia, alegando que possuía pouca riqueza em elementos minerais. Apesar das críticas ao produto a empresa demonstrou satisfação com os negócios:

Felizmente e apesar da campanha que lhe foi movida, o adubo Guerreiro tem tido franca aceitação e diante do êxito alcançado pelos seus primeiros aquisitores, dos resultados incontestáveis, tem a CAIC podido colocar toda a sua produção, cogitando mesmo de ampliar a fabricação deste fertilizante.⁹⁸

Em carta escrita em fins de 1940 a CAIC reclamou ao DNC que a Segunda Guerra Mundial estaria prejudicando seus lucros, pois um dos componentes do adubo era importado, e teria aumentado demasiadamente seu preço; diante desse fato, pediu autorização para subir o preço de venda do fertilizante⁹⁹. Por fim, a última informação relativa à fábrica de São Carlos foi apontada no Relatório N° 08¹⁰⁰, no qual informava que em 31 de dezembro de 1940 a fabricação de adubo havia sido paralisada, terminando assim o seu investimento no setor industrial.

⁹⁷ Carta enviada ao Sr. Dr. Oswaldo R. Franco, Gerente da Agência do Departamento Nacional do Café, 30/11/1939, in CAIC, livro copiador de correspondências N° 08, p. 989.

⁹⁸ Relatório N° 05 para Assembleia Geral Ordinária em 16/03/1940.

⁹⁹ Carta enviada ao Sr. Dr. Jayme Guedes, Presidente do Departamento Nacional do Café, 26/03/1940, in CAIC, livro copiador de correspondências N° 09, p. 304-305.

¹⁰⁰ Relatório N° 08 para Assembleia Geral Ordinária em 03/03/1942.

2.5 Trajetória interrompida: a encampação da CAIC

Estar sob a direção da Companhia Paulista trouxe muitos benefícios para a CAIC. Ano após ano os balancetes financeiros demonstravam que a Companhia crescia em ritmo contínuo, estendendo sua atuação a diversas regiões do Estado de São Paulo.

Um das primeiras medidas tomadas pela nova Diretoria da Companhia em 1934, foi rever os contratos de venda de terras que a CAIC possuía ou que estavam em negociação, na intenção de tornar a empresa mais lucrativa, pois os novos dirigentes consideravam a porcentagem pedida pela antiga CGICB para intermediar a venda de terras extremamente baixa. A antiga Companhia (CGICB) não possuía nenhum imóvel, apenas fazia o retalhamento e a venda de propriedades para outras empresas ou fazendeiros.

Ao ser incorporada pela Companhia Paulista, foi injetado um grande capital na empresa, o que possibilitou que a CAIC comprasse seus próprios imóveis, tornando seu projeto de colonização de terras ainda mais rentável. Passados apenas dois meses da reformulação da Companhia, ela já adquiria sua primeira propriedade, a fazenda Santa Joanna, no município de Jaboticabal, pertencente ao do Banco do Estado. No ano seguinte, adquiriu três novas propriedades, e tendo constatado que os negócios excederam em muito as suas expectativas “mais otimistas” decidiram elevar o capital da empresa de 2.000:000\$000 para 4.000:000\$000 (mil contos de réis). A CAIC ainda fez um balanço referente ao rápido progresso de seus negócios:

A princípio, quer pelo seu pequeno capital, quer pelas regras da mais elementar prudência, começou a companhia as suas atividades pela aquisição de uma propriedade agrícola, em Jaboticabal, e, somente depois de feito o seu retalhamento e colocados todos os seus lotes, foi comprada uma outra fazenda, em Leme. A rapidez e a facilidade encontradas na venda de pequenos lotes mostraram claramente que haveria toda vantagem em ampliar ainda este ramo das suas atividades, uma vez que o eixo conseguido dava seguras garantias para novas aquisições, em maior numero. Se a crise do café trouxe como consequência a desvalorização de muitas propriedades agrícolas e maior facilidade na sua aquisição, por outro lado o extraordinário surto da cultura algodoeira veio aumentar enormemente a procura de terras apropriadas para o cultivo desta fibra.¹⁰¹

Nos relatórios dos anos seguintes é possível verificar que o volume de negócios da Companhia vinha crescendo de uma forma muito rápida, em 1939 ela já havia adquirido 29 propriedades rurais. Todos os anos seu lucro líquido era elevado, somente durante os anos correspondentes a Segunda Guerra Mundial a CAIC perdeu um pouco dos seus rendimentos. Em 1953 a Companhia contabilizava ter retalhado desde a sua fundação em torno de cem propriedades rurais.

No ano de 1958 a Companhia passou por algumas mudanças, em Ata da Assembleia Geral Extraordinária realizada em 10 de julho do mesmo ano, a empresa decidiu reformular seu estatuto e mudar sua denominação, passando a se chamar “Companhia Agrícola, Imobiliária e Colonizadora” mas preservou a sigla “CAIC” pela qual era conhecida. Esta mudança no nome ocorreu porque desde 1938 a Companhia não atuava mais no setor de imigração.

Como pode ser observado, a CAIC havia se tornado uma empresa lucrativa, e seus investimentos lhe rendiam um bom retorno financeiro. Já os negócios da Companhia Paulista de Estrada de Ferro não vinham se desenvolvendo na mesma prosperidade, pelo

¹⁰¹ Relatório Nº 03 para Assembleia Geral Ordinária em 30/03/1937.

contrário, a empresa ferroviária foi perdendo seu poder econômico a cada ano, amargando forte crise financeira.

Sobre o declínio das ferrovias no Brasil Queiroz (1999) aponta autores que viam a instalação de ferrovias, em seus primórdios, como um empreendimento mal calculado do ponto de vista econômico. Elas só eram lucrativas quando carregavam carga de alto valor comercial, como o caso do café. O café acabava compensando os prejuízos causados pelo transporte de mercadorias de baixo valor. A partir da década de trinta, outro fator agrava a situação das ferrovias, elas passam a sofrer com a concorrência do transporte rodoviário, que passaram a transportar justamente os produtos mais rentáveis, cabendo as ferrovias os gêneros de menor valor.

O autor observa que durante a Segunda Guerra Mundial a dificuldade para a importação de combustível e equipamentos prejudicou os negócios rodoviários o que de certa forma contribuiu para uma melhoria nos negócios ferroviários. No entanto, ao retomar as importações após a Guerra, ficou evidente a verdadeira situação do parque ferroviário nacional:

Completamente vulneráveis na competição com os caminhões, as ferrovias encontravam-se ainda com seu equipamento obsoleto e desgastado, devido ao excesso de uso e insuficiência de reposição durante os anos do conflito – patenteando-se, desse modo, o declínio ferroviário no Brasil.¹⁰²

A Companhia Paulista, como outras empresas do gênero, sentiu o efeito da concorrência do transporte rodoviário, e conseqüentemente uma queda acentuada dos seus lucros. A situação financeira da empresa foi se tornando cada vez mais insustentável, e na

¹⁰² Queiroz, 1999, p. 108. É importante salientar que o declínio das ferrovias no Brasil envolve fatores bastante complexos, e que neste texto ficou exposto apenas alguns deles. Para um melhor entendimento sobre o assunto ver o artigo de Queiroz por completo.

tentativa de se manter ativa acabou interferindo nos salários dos funcionários, promovendo um corte nas folhas de pagamento. Esta atitude da Paulista fez gerar diversas greves entre seus funcionários revoltados com os baixos salários. A greve mais longa ocorreu em 1961, evidenciando que a situação financeira da Paulista estava cada vez mais comprometida, a empresa passou a depender de subvenções financeiras estaduais cada vez maiores.

A situação se tornou insustentável, e em 1961 a Companhia Paulista de Estrada de Ferro foi encampada pelo Governo, decretando o fim de sua existência como empresa privada, após 93 anos de sua fundação. Queiroz ressalta que:

Nas décadas de 1960 e 1970, as últimas ferrovias importantes que restavam sob o controle de empresas privadas, todas no Estado de São Paulo, passaram também à propriedade desse Estado; agrupadas a outras, que já pertenciam ao poder público, deram origem à empresa Ferroviária Paulista S.A. (Fepasa).¹⁰³

Ainda sobre a estatização de empresas ferroviárias o autor observa:

[...] cabe lembrar que, via de regra, as empresas ferroviárias no Brasil foram sendo estatizadas à medida em que os operadores privados não mais conseguiam sustentar-se em meio aos crescentes déficits, e assim, ao passarem para o Estado, tais empresas já se apresentavam plenas de problemas os mais diversos (cf. Saes, p. 187-8).¹⁰⁴

Embora a CAIC estivesse em uma condição financeira estável, caminhando com suas próprias pernas, não foi possível evitar que Companhia fosse prejudicada pela estatização da Paulista. Assim, após 33 anos de atuação a CAIC deixou de existir como uma empresa privada quando em 1961, juntamente com a Companhia Paulista, foi encampada pelo Governo, apesar dos protestos de seus dirigentes e da tentativa de desvincular sua imagem da CPEF. Uma das poucas referências a esse período conturbado

¹⁰³ Idem, p. 94-95.

¹⁰⁴ Idem, p. 105.

está em cartas enviadas por um dirigente da CAIC aos demais diretores da Companhia, convocando-os para uma Assembleia Extraordinária em julho de 1961:

Cumprimos o dever de dar aviso a VV. SS. de que, para amanhã, está convocada a Assembléia Geral Extraordinária, desta sociedade Anônima, a fim de ser destituída a nossa Diretoria, e eleita outra. A convocação é feita pelo novo Diretor-presidente da Companhia Paulista, da Diretoria nomeada pelo Governo do Estado, como possuidor provisório de mais de um quinto das ações da CAIC. Afastados, assim, dos nossos cargos – de maneira insólita e ilegal – aguardamos o pronunciamento da Justiça, para definir a situação jurídica de nossa Companhia e de seus atuais diretores.¹⁰⁵

Em um momento posterior, a Companhia enviou diversas cartas de dispensa a funcionários, e para justificar as demissões, alegou estar tomando medidas de economia. Já como empresa pública a CAIC trabalhou a serviço do Governo principalmente na intermediação da compra de tratores e implementos agrícola. Em Boletim¹⁰⁶ publicado durante o governo de Paulo Maluf (1979-1982) foi divulgado que a CAIC oferecia aos produtores agrícolas serviços de motomecanização, como: destoca, desmatamento, terraplanagem em geral, preparação, conservação e drenagem do solo, construção de açudes e barragens, construção e conservação de estradas vicinais, entre outros.

O objetivo deste capítulo foi o de apresentar a Companhia ao leitor, demonstrando de forma sucinta sua trajetória, desde a sua fundação até a sua encampação pelo Estado. Assim, os principais empreendimentos desenvolvidos pela Companhia, ou seja, os setores de Imigração e Colonização, que merecem uma análise mais detalhada serão abordados nos próximos capítulos.

¹⁰⁵ Carta enviada aos Srs. Henio Jorge, João L. Valentim, Dr. Célio de O. Costa, Dr. Pedro L. Marrey, Guiomar de F. Martins, Arthur G. Martins, Waldemar de M. Cardoso e João G. M. Filho, Diretores da CAIC, 24/07/1961, in CAIC, livro copiador de correspondências N° 36, p. 944.

¹⁰⁶ Boletim Informativo - Companhia Agrícola Imobiliária e Colonizadora – Governo do Estado de São Paulo. Governo Paulo Salim Maluf.

CAPÍTULO 3

OS PROJETOS DA CAIC NO SETOR DE IMIGRAÇÃO

Nos estatutos da primeira versão da CAIC, quando a empresa ainda era denominada “Companhia Geral de Imigração e Colonização do Brasil” ficou definida a sua intenção no que se referia a Secção de Imigração. Conforme a Companhia, o setor de imigração seria constituído com o intuito de auxiliar os Departamentos dos Governos que haviam sido criados com a finalidade de manterem a agricultura nacional provida de “braços”. Quando se tratasse de imigrantes estrangeiros, a CGICB se esforçaria para encaminhá-los para diversos pontos do território brasileiro, optando pelas nacionalidades que mais facilmente se adaptariam às regiões para onde fossem destinados.

Pretendiam também tomar a seu cargo o fornecimento de mão de obra às indústrias, às obras públicas e às obras de grande vulto. Através de uma propaganda “honestamente constante” almejavam “animar” a vinda de capitais e de técnicos especializados para as indústrias. Este interesse no setor industrial tinha como objetivo “manter, onde for mister, um nível crescente no aperfeiçoamento da produção nacional”¹⁰⁷.

Aparentemente a Companhia apresenta propostas bastante visionárias em seu Estatuto, pois pretendia investir em diferentes setores, ambos em ascensão naquele momento, como é o caso principalmente dos “negócios de terras” (retalhamento de fazendas) e da industrialização, que a partir da década de 1930 receberam grande impulso. Sobre o crescimento da industrialização, por exemplo, Paiva (2004, p. 68) observa que

¹⁰⁷ Programa da Companhia Geral de Imigração e Colonização do Brasil, in CAIC, (Processo Nº 29) Origens da Companhia-1928. Doc. 95 Fls. 170. O programa da CGICB, pelo que consta nas fontes, recebeu poucas alterações após a incorporação da mesma pela Companhia Paulista, a principal alteração foi no nome da empresa. Os estatutos só sofreram uma reformulação mais abrangente em 1958, quando passou a ser “Companhia Agrícola, Imobiliária e Colonizadora”.

entre 1920 e 1940 o número de trabalhadores na indústria em São Paulo subiu de 83.889 para 254.771, ou seja, um aumento percentual de 204 por cento.

Para facilitar o angariamento dos trabalhadores, a Companhia tinha a intenção de agir não apenas no Brasil, mas também nos países de origem dos imigrantes, ressaltando que sua ação estaria sempre de acordo com as Leis nacionais, pois não admitiam o trabalho ou engajamento de clandestinos. Para isso, se esforçariam para desenvolver o seu programa no exterior somente nas nações onde lhe fossem permitido movimentar-se abertamente “sob o controle das respectivas Leis, submetendo-se, sempre e por princípio, à fiscalização das autoridades respectivas”.¹⁰⁸

De acordo com a CGICB, para cumprir com seus objetivos, a divisão de Imigração exigiria uma instalação própria e completa no exterior, por esse motivo a Companhia pretendia manter, desde o início de suas atividades, representantes diretos não apenas nos países fornecedores de trabalhadores, mas também junto às repartições internacionais estabelecidas após a Primeira Guerra Mundial, para o estudo, organização e orientação das correntes migratórias. Visando um melhor desempenho de seus trabalhos neste setor, almejava criar primeiramente uma agência da CGICB em Viena ou Paris. A escolha destas localidades se deve ao fato de que a Companhia tinha a intenção de iniciar seus trabalhos de imigração na Europa, e ao estabelecer uma agência em uma destas capitais estaria no centro geográfico europeu, o que tornaria mais rápida e eficaz a comunicação com outros pontos daquele continente onde a CGICB desenvolvesse as suas atividades.

Segundo o programa da Companhia, a execução do seu serviço de imigração não se limitaria em receber os imigrantes no porto de desembarque e entregá-los às autoridades oficiais brasileiras, sua “responsabilidade” iria além:

¹⁰⁸ Idem.

[...] a Companhia Geral de Imigração e Colonização do Brasil, por intermédio de seus representantes diretos nos países de origens dos imigrantes, tratará ela própria do angariamento, do embarque e do transporte dos mesmos, desde a sua habitação até os seus destinos em nosso país, e fiscalizará também por prepostos seus, as viagens terrestres e marítimas desses imigrantes, dispensando-lhes o melhor tratamento compatível com o adiantado estado atual dos meios de transporte.¹⁰⁹

Quando os trabalhadores chegassem ao Brasil, seriam entregues pela Companhia às autoridades federais ou estaduais incumbidas de recebê-los, logo após, a CGICB auxiliaria na legalização definitiva dos mesmos e no acompanhamento e colocação destes trabalhadores no país. A intenção da empresa era a de manter uma ligação contínua com os imigrantes que contratassem e transportassem, procurando posteriormente colocar definitivamente os agricultores por ela introduzidos no Brasil nas colônias que a própria Companhia preparava. A ideia inicial era que antes de integrar uma colônia, o imigrante deveria passar por um “estágio” de no mínimo três anos de trabalho nas velhas lavouras cafeeiras, com a finalidade de se prepararem e se adaptarem ao novo país.

Este “estágio” de preparação que os imigrantes deveriam passar, não está ligado, como a CGICB informa, a uma adaptação do imigrante. O motivo real deste “estágio” estaria relacionado à subvenção do Governo. O Estado só fornecia subsídios aos imigrantes que viessem ao país para trabalharem nas lavouras, caso o imigrante viesse com outras intenções deveria arcar com suas despesas de passagem.

A Companhia também se encarregaria de substituir, nas “velhas” propriedades agrícolas, as famílias de colonos que, tendo cumprido o seu período de adaptação, desejassem “tomar novos destinos”, com isso manteriam as lavouras sempre abastecidas de “braços”, mesmo com a mobilidade dos imigrantes em busca de novas propriedades que lhes oferecessem melhores condições.

¹⁰⁹ Idem.

A mobilidade espacial dos imigrantes é um fator discutido por diversos autores. Stolcke e Hall (1983) e Holloway (1984), por exemplo, apontam que cafeicultores se queixavam freqüentemente da saída dos imigrantes em busca de outras fazendas, geralmente em terras novas, onde a fertilidade do solo era maior o que possibilitava uma ampliação dos seus rendimentos tanto com o café como também com as culturas de subsistência. Os fazendeiros das áreas mais velhas encontravam dificuldades para atrair os imigrantes para suas propriedades, principalmente em períodos de declínio do preço do café, quando a remuneração oferecida aos trabalhadores era muito baixa. Para tentar amenizar a falta de mão de obra estes proprietários permitiam cada vez mais o cultivo de gêneros entre as fileiras de café, o que consistia em um atrativo para o imigrante (Stolcke e Hall, 1983, p. 109).

A intenção da Companhia era lucrar com seus serviços de duas maneiras: com a imigração e com a venda de lotes. Primeiramente ela lucraria fazendo o transporte e a colocação dos imigrantes nas lavouras cafeeiras. Ao passarem pelo período de “estágio” nas antigas propriedades rurais, os trabalhadores estariam adquirindo recursos financeiros para que pudessem comprar sua própria terra. Neste momento a Companhia tem a oportunidades de lucrar pela segunda vez ao entrar em ação seu outro empreendimento, vinculado ao setor de colonização, que ofereceria um pequeno lote de terra a estes trabalhadores com facilidades de pagamento. E para não “desamparar” os fazendeiros que necessitavam de mão de obra, traria novos imigrantes, formando-se assim um ciclo, que lhes possibilitaria extrair o máximo de lucro de suas atividades aliando seus principais serviços, imigração e colonização. Por isso o interesse da Companhia em não perder o vínculo com os trabalhadores agrícolas; apenas entregá-los as autoridades seria um desperdício, pois eles representavam potenciais compradores de seus lotes.

Definidos os objetivos gerais da CGICB no setor de imigração, a companhia passa então a estabelecer em seu Estatuto uma série de cláusulas as quais definem as funções específicas da divisão de imigração. Seria função deste setor, manter contato com os governos federal e estaduais no Brasil, a fim de obter autorização para o angariamento, transporte e colocação dos imigrantes no país. Também deveria estabelecer contato com autoridades diplomáticas e consulares brasileiras no estrangeiro, no intuito de obter dos governos das nações estrangeiras a permissão para desenvolver os seus trabalhos livremente naqueles territórios. Uma das cláusulas do Estatuto determinava que a CGICB, com a aprovação do governo brasileiro e dos países interessados, ficaria responsável por estabelecer acordos entre patrões e operários, agrícolas ou industriais, em nome dos “patrões brasileiros”.

O Programa da Companhia também demonstrava preocupação com a propaganda feita para os imigrantes, e advertia que as informações fornecidas a esses trabalhadores deveriam conter as verdadeiras condições em que estes iriam ser contratados; eles deveriam tomar ciência antes mesmo de serem apresentados aos fiscais do governo do Brasil nos portos de embarques. Para efetuar a propaganda, a Companhia pretendia utilizar seus próprios recursos financeiros, e esta deveria ser “leal, insistente e sem exageros”. Seria feita preferencialmente nos países onde houvesse população em excesso ou onde a oferta de trabalho fosse escassa. A propaganda dos setores de imigração e colonização seria conjunta, ou seja, divulgando também as facilidades que a empresa oferecia para tornar os imigrantes em pequenos proprietários. A divulgação ocorreria em qualquer ocasião ou lugar propício, como em navios que estivessem de passagem pelos portos brasileiros, “bem como no

ambiente das cooperativas e de outras organizações congêneres no estrangeiro destinadas a conseguirem colocação ou adquirirem terras para seus associados”.¹¹⁰

O Estatuto da Companhia também determinava que o setor de imigração deveria entrar em contato com as Companhias de Navegação para a condução dos imigrantes engajados pela empresa, mas deveria sempre fiscalizar esses transportes para impedir embarques muito numerosos, assim, pretendia dar conforto aos imigrantes e evitar as aglomerações e os tumultos na chegada dos mesmos ao Brasil. Ao desembarcarem, as famílias de imigrantes deveriam continuar sendo acompanhadas ao longo do seu percurso, com especial atenção aos imigrantes de novas nacionalidades ou novos destinos. A Companhia tinha a intenção de contratar intérpretes para assessorarem os trabalhadores até os seus destinos ou até que adquirissem os primeiros conhecimentos da língua portuguesa.

Nos casos em que o imigrante não se encontrasse capaz de ser introduzido na lavoura, a Companhia deveria se encarregar, sem ônus financeiro para o trabalhador, de fazer o seu repatriamento, cuidando “dentro de suas forças e com o seu auxílio particular, para que a volta dos mesmos às suas terras de origem se efetue nas condições capazes de manter sempre elevado o bom nome do Brasil”.¹¹¹

Outro ponto relevante presente nas cláusulas do Estatuto se refere à transferência para a divisão de colonização, a responsabilidade de manter uma ligação com os imigrantes recém chegados, para que durante o período de adaptação do trabalhador a Companhia pudesse auxiliar as ações das repartições nacionais especialmente encarregadas da tutela desses sujeitos, procurando obter uma “perfeita” execução dos contratos entre patrões e empregados. Contudo, parece bastante evidente que o interesse real da Companhia era o de

¹¹⁰ Idem.

¹¹¹ Idem.

se aproximar dos imigrantes para poder oferecer no momento oportuno as terras que ela própria retalhava e vendia.

Os primeiros movimentos da Companhia para colocar em prática seu programa de imigração foram realizados em 1929, com a tentativa de angariar o transporte de trabalhadores do Ceará para as lavouras paulistas¹¹², pois neste período estavam encontrando dificuldades para trazerem trabalhadores estrangeiros. Apesar dos empecilhos, a Companhia continuou tentando fazer a introdução de agricultores europeus no Brasil, estando sempre em contato com a Secretaria de Agricultura, Indústria e Comércio de São Paulo.

Em 1930 a CGICB propôs um projeto a esta Secretaria a fim de facilitar o angariamento de imigrantes através dos “Bilhetes de Chamada”¹¹³. A Companhia iniciou a sua missiva argumentando que havia no Estado de São Paulo milhares de famílias de imigrantes estabelecidas nas lavouras cafeeiras que estavam “desejosas” por “chamar” seus parentes que ainda permaneciam na Europa, mas encontravam-se impossibilitadas de fazê-lo, primeiramente pelo elevado custo dos “Bilhetes de Chamada” e em segundo lugar pela dificuldade que esses trabalhadores encontravam para obter a documentação exigida pela Legislação Federal para desembarque no Brasil de imigrantes “chamados”, quando não eram feitos por intermédio dos Departamentos de Imigração Federal ou Estaduais.

A CGICB relatou que o preço de uma passagem de “chamada” era em média 900\$000 mil réis, ou 22 e ½ libras esterlinas. Além deste valor o imigrante que desejasse

¹¹² Este trabalho da Companhia já foi descrito no Capítulo 2.

¹¹³ Carta enviada ao Sr. Dr. Fernando Costa, Secretário da Agricultura, Indústria e Comércio de São Paulo, 08/02/1930, in CAIC, livro copiador de correspondências N° 01, p. 103. Os “Bilhetes de Chamada” ou “Cartas de Chamada” eram documentos redigidos pelos imigrantes ou pelos fazendeiros e entregues a autoridades brasileiras envolvidas com o trabalho de imigração. Este documento exercia a função de um requerimento para a vinda de familiares dos imigrantes requerentes. Exemplares de “Cartas de Chamada” se encontram disponíveis no Memorial do Imigrante em São Paulo.

“chamar” um familiar, deveria arcar com a despesa de um “certificado de chamada” retirado junto as Delegacias de Polícia no interior ou na “Chefatura de Polícia” da capital, que custava aproximadamente 100\$000 mil réis, o que elevava ainda mais o custo total de uma passagem de 3ª classe de “chamada”. Por conta disso muitos imigrantes procuravam a Companhia para se informarem a respeito da obtenção dos tais “bilhetes” a um preço suportável para os colonos. A carta apresenta o seguinte argumento:

Em vista desta situação, e parecendo-lhe que o Governo de São Paulo não acha ainda oportuno reiniciar os serviços de imigração subvencionada para o fornecimento de braços á lavoura cafeeira do Estado, (especialmente o serviço de “chamadas” por conta do Estado, como foi feito até há poucos anos) resolveu esta Companhia Geral de Imigração e Colonização do Brasil, de conformidade com seu programa e com os acordos que tem com as Companhias de Navegação, (inclusive com o Lloyd Brasileiro) oferecer a Va. Excia. a criação de um serviço especial de “chamados” a preço reduzido, pagos inteiramente pelos interessados, e a favor exclusivo dos colonos estabelecidos na agricultura do Estado.¹¹⁴

Para a execução do seu plano a CGICB propôs as seguintes diretrizes: os colonos que desejassem trazer seus familiares para as lavouras paulistas fariam o pedido de “Bilhete de Chamada” ao Departamento Estadual do Trabalhador por intermédio dos fazendeiros, provando assim, sua localização na agricultura do Estado. O colono ficaria encarregado de providenciar a “Prova de Chamada” e entregar essa documentação ao Departamento Estadual do Trabalho, e assim que o Departamento aprovasse os papéis seria expedido um “Vale” dirigido a “Companhia Geral de Imigração e Colonização do Brasil”, o qual daria direito ao colono titular de obter no escritório da Companhia o “Bilhete de Chamada” a um “preço especial” oficialmente estabelecido pelo Estado. A emissão do bilhete seria feita logo após o pagamento do valor do “Bilhete de Chamada” pelo fazendeiro ou pelo colono

¹¹⁴ Idem.

“chamante” e este bilhete teria a validade de 12 meses contados da data do pagamento, caso o colono não utilizasse o serviço dentro de 10 meses, seu dinheiro poderia ser restituído.

A Companhia sugeriu que o governo ofertasse, a título de experiência, durante um ano, a passagem de chamada aos imigrantes de mais de 12 anos de idade no valor de 15-0-0 libras esterlinas; para os indivíduos de 7 a 12 anos seria cobrado 7-0-0 libras esterlinas; os imigrantes de 3 a 7 anos pagariam 3-15-0 libras esterlinas e as passagens sairiam de graça para os menores de 3 anos, podendo haver somente uma criança grátis em cada família. Convertendo para a moeda nacional, a CGICB descreve que o preço da passagem inteira passaria a custar 600\$000 mil réis, o que representava uma economia de 300\$000 mil réis por passagem, e isto sem sacrifícios pecuniários para o Governo, pois ao Estado caberia somente a tarefa de oficializar a “chamada” do colono.

Para finalizar a carta, a Companhia ressaltou que se a Secretaria de Agricultura concordasse com o projeto, seria um benefício muito grande aos colonos “chamantes”, que somente por meio destas facilidades poderia ser permitido a milhares de famílias estabelecidas nas lavouras paulistas chamarem para junto de si seus parentes, contribuindo assim para radicá-las definitivamente no Brasil. Devido às limitações das fontes estudadas, não pôde ser verificado se a Secretaria concordou com o plano da Companhia, e não foram encontradas evidências sobre a vinda de trabalhadores trazidos pela CGICB ou CAIC através de “Bilhetes de Chamada”.

Em uma correspondência posterior, a Companhia deixou claro que uma família munida de “Bilhete de Chamada” não estaria isenta de fiscalização, visto que eram desconhecidas as condições psíquicas e morais dos imigrantes. Alertou que nem sempre os imigrantes “chamados” aceitos pelos Comissários do Governo em seu país de origem tinham garantido o seu desembarque no Brasil, e explicou os motivos:

Pode perfeitamente suceder que se manifeste em um dos membros da família dos imigrantes, durante a viagem, qualquer moléstia contagiosa ou mesmo acidente que o impossibilite para o trabalho e, neste caso, poderá ele ser rejeitado, inteiramente de acordo com a lei. Embora seja raro, pode dar-se o caso de enlouquecer, durante a travessia, o chefe da família e o governo impedirá o seu desembarque.¹¹⁵

A preocupação com a perfeita saúde dos imigrantes, evidenciada no trecho acima, está relacionada com um debate que ocorreu no Brasil principalmente nas décadas de 1920 e 1930, sobre a seleção dos indivíduos a partir de questões sanitárias. Esta discussão se estendeu por diferentes meios, no Congresso, nos jornais, entre médicos sanitaristas, etc. Conforme Geraldo (2007, p. 35), os imigrantes que não estivessem gozando de plena saúde resultariam em “peso morto” e seriam responsáveis por lotar os manicômios, hospitais e penitenciárias, gerando prejuízos ao Governo. A autora ressalta que argumentos médicos, ideológicos e raciais eram reunidos na defesa de restrições à entrada de imigrantes.

A primeira referência encontrada na documentação analisada que menciona a tentativa da Companhia de trazer imigrantes estrangeiros para o Brasil está presente em uma carta datada de 02 de fevereiro de 1931, e dirigida aos Srs. Josef Fejgl e Alois Krejci, membros diretores da Cooperativa Nova Vlast. Em cartas anteriores os diretores da Nova Vlast demonstraram interesse em adquirirem uma propriedade rural para posteriormente transformá-la em colônia. Na carta de fevereiro, a CGICB ofereceu seus serviços para transportar cerca de 150 famílias pertencente à Cooperativa Nova Vlast pelos vapores das Companhias de Navegação “Lloyd Brasileiro” do Rio de Janeiro ou “Chaegeurs Reunis” do Havre. Caso a Cooperativa optasse pela “Lloyd Brasileiro” a passagem sairia pelo preço de

¹¹⁵ Carta enviada ao Sr. Miller, 03/06/1936, in CAIC, livro copiador de correspondência N° 02, p. 268.

12 libras esterlinas por passagem inteira. No entanto, os diretores da Nova Vlast ficaram interessados em conhecer a proposta da Chargeurs Reunis.

A Companhia se adiantou e enviou uma carta ao Agente Geral da Chargeurs Reunis no Rio de Janeiro, informando que os diretores da Nova Vlast os procurariam e fez um alerta para que ficassem atentos pois, os diretores da Cooperativa eram muito “vivos”, principalmente o senhor Alois Krejci, “tipo extremamente desconfiado” e que falava corretamente o português¹¹⁶. Alertou ainda que se caso a companhia de navegação fechasse contrato com os diretores da Nova Vlast deveriam reservar a comissão que a CGICB teria direito por ter apresentado os diretores da Cooperativa à Chargeurs. Em resposta, a Chargeurs Reunis comunicou que caso engajassem o transporte das famílias da Cooperativa Nova Vlast o pagamento da comissão da CGICB dependeria da decisão da diretoria da Chargeur em Paris, o que deixou a CGICB bastante revoltada¹¹⁷.

Após algumas tentativas frustradas de fazer o angariamento de migrantes nacionais e estrangeiros e sem recursos financeiros para investir neste setor, aliado às dificuldades impostas pelo governo brasileiro, a antiga “Companhia Geral de Imigração e Colonização do Brasil” cessa suas atividades neste setor. Somente em 1934, após a Companhia ser reorganizada, o setor de Imigração voltou a ser ativado.

Sem perder tempo, em 06 de novembro de 1934 a CAIC escreveu ao então Ministro do Trabalho, Indústria e Comércio, o Sr. Agameron de Magalhães, solicitando a autorização para retomar seus trabalhos na introdução de imigrantes europeus “de modo a

¹¹⁶ Carta enviada ao Sr. Charles Marot, Agente Geral da Companhia “Chargeurs Reunis”, 02/02/1931, in CAIC, livro copiador de correspondência Nº 01, p. 170.

¹¹⁷ Carta enviada ao Sr. Charles Marot, Agente Geral da Companhia “Chargeurs Reunis”, 11/02/1931, in CAIC, livro copiador de correspondência Nº 01, p. 179.

atender às prementes e inadiáveis necessidades da lavoura paulista”¹¹⁸. Em novembro de 1934 informou ao diretor da Companhia de Navegação Lloyd Brasileiro que estava em negociação com o Governo de São Paulo para fazer a introdução de 6.000 trabalhadores nacionais no período de um ano e 30.000 agricultores estrangeiros no prazo de três anos¹¹⁹. Logo após firmar o contrato com o Governo, a CAIC entrou em contato com a Companhia de Navegação Lloyd Brasileira para tratar da negociação dos preços das passagens para os transportes dos possíveis imigrantes que ela pretendia trazer para São Paulo.

Dentro das novas diretrizes impostas pelo governo brasileiro, a CAIC firmou seu primeiro contrato com a Secretaria de Agricultura, Indústria e Comércio de São Paulo, na tentativa de cumprir com seu propósito de trazer migrantes para a lavoura cafeeira paulista.

Entre as “diretrizes impostas” pelo governo, a que mais se destacou foi a Lei de Cotas estabelecida na Constituição de 1934 e reforçada na de 1937. Esta Lei restringia a entrada de imigrantes no país, estabelecendo que “cada nacionalidade de imigrantes poderia ingressar no país respeitando o limite de 2% sobre o total dos que haviam imigrado nos cinqüenta anos anteriores” (GERALDO, 2007, p. 61).

Em fevereiro do mesmo ano, a CAIC recebeu do Governo de São Paulo a autorização para introduzir no Estado, a título de “experiência da qualidade de imigrantes”, 500 famílias de agricultores teuto-russos, e 100 famílias espanholas¹²⁰. Este pedido foi feito à Secretaria de Agricultura certamente porque a CAIC já estaria em negociação com outra Companhia para o transporte de imigrantes destas nacionalidades.

¹¹⁸ Carta enviada ao Sr. Agamenon de Magalhães, Ministro do Trabalho, Indústria e Comércio, 06/11/1934, in CAIC, livro copiador de correspondência Nº 01, p. 256.

¹¹⁹ Carta enviada ao Sr. Guido de Bellens Bezzi, Diretor da Companhia de Navegação Lloyd Brasileiro, 12/11/1934, in CAIC, livro copiador de correspondência Nº 01, p. 259.

¹²⁰ Carta enviada a Companhia de Navegação Lloyd Brasileiro, 20/05/1935, in CAIC, livro copiador de correspondência Nº 01, p. 339.

Em abril de 1935 a CAIC estabeleceu um contrato com a Companhia Theodor Wille & Co., na época representante da Hamburg-Suedamerikanische Dampfschiffahrts Gesellschaft¹²¹. No acordo firmado, a Companhia ficou responsável por intermediar a vinda de agricultores teuto-russos para introduzi-los nas lavouras do Estado de São Paulo. À Hamburg-Suedamerikanische caberia a responsabilidade de receber os referidos imigrantes nos portos em que se achavam na Alemanha, transportá-los junto a suas bagagens até o porto de embarque e deste ao porto de Santos, onde deveriam entregá-los as autoridades nacionais. O valor de cada passagem inteira seria o de 17 libras esterlinas, sendo reservadas 2 libras esterlinas como comissão para a CAIC e as outras 15 ficariam para a Hamburg-Suedamerikanische como remuneração de seus serviços. O pagamento estipulado seria feito dentro de sessenta dias a contar da data do recebimento dos imigrantes em Santos, este período era equivalente ao prazo que o Governo tinha para repassar o dinheiro das passagens à CAIC.

A primeira referência encontrada nas fontes sobre a entrada de parte dos imigrantes teuto-russos em São Paulo relata que desembarcaram em torno de 121 pessoas, no dia 07 de julho de 1935¹²². Em geral, estes imigrantes foram chegando aos poucos, no decorrer dos anos de 1935 e 1936. Alguns dos colonos teuto-russos se estabeleceram inicialmente em uma fazenda denominada São Martinho, no município de Sertãozinho, mas a propriedade pareceu não ter agradado os agricultores que através de seu representante pediram a transferência para outra propriedade agrícola, no entanto a CAIC comunicou-lhes que a transferência só poderia ser efetuada por intermédio da Diretoria de Terras, Colonização e

¹²¹ Carta enviada a Theodor Wille & Cia., Representantes da Hamburg-Suedamerikanische Dampfschiffahrts Gesellschaft, 29/04/1935, in CAIC, livro copiador de correspondência N° 01, p. 320.

¹²² Carta enviada a Theodor Wille & Co. Ltda., Agentes da Hamburg-suedamerikanische, 03/09/1935, in CAIC, livro copiador de correspondências N° 01, p. 424.

Imigração, órgão vinculado á Secretaria da Agricultura¹²³. Há referências que alguns imigrantes que chegaram munidos de economias confiaram seus pecúlios à CAIC, que os depositou na Caixa Econômica do Estado de São Paulo¹²⁴.

Com certa frequência, representantes de alguns países procuravam a Companhia interessados em adquirirem terras ou em fazerem o transporte de imigrantes para o Brasil. Em carta de 26 de fevereiro de 1935, por exemplo, a Companhia esclareceu ao senhor Erich Arends, procurador da Arbeitsgemeinschaft der Deutsche aus Russland und Pólen e V. os pré-requisitos para a introdução de imigrantes¹²⁵ na lavoura paulista. A CAIC informou ao Sr. Arends que se acaso transportasse seus imigrantes, eles deveriam trabalhar durante um ou dois anos primeiramente em fazendas de São Paulo. Observou que caso os trabalhadores viessem diretamente para as terras que pretendiam adquirir, provavelmente não teriam êxito. Informou que o trabalho nas fazendas garantiria além de meios de subsistência a possibilidade de juntarem pecúlios para os pagamentos iniciais dos lotes adquiridos. Destacou que o salário médio dos trabalhadores agrícolas de São Paulo oscilava entre 5\$000 e 6\$000 mil réis por dia, mas fez uma ressalva, que ao converter este valor em moeda estrangeira ele pareceria baixo, no entanto estava em perfeito acordo com os níveis de vida dos trabalhadores rurais no país, permitindo que sobrassem algumas economias.

As bibliografias que abordam a remuneração dos trabalhadores rurais no Brasil neste período trazem dados bastante diversificados; os pagamentos variavam bastante de uma região para a outra e dependiam também do preço do café no mercado, entre outros

¹²³ Carta enviada ao Cônsul Geral da Alemanha, 08/04/1936, in CAIC, livro copiador de correspondências Nº 02, p. 188.

¹²⁴ Carta enviada ao Sr. Erich Arends, Procurador da Arbeitsgemeinschaft der Deutsche aus Russland und Pólen e V., 19/09/1935, in CAIC, livro copiador de correspondência Nº 01, p. 432.

¹²⁵ Carta enviada ao Sr. Erich Arends, Procurador da Arbeitsgemeinschaft der Deutsche aus Russland und Pólen e V., 26/02/1935, in CAIC, livro copiador de correspondência Nº 01, p. 302.

fatores. Segundo Stolcke e Hall (1983, p. 108), os salários na agricultura não sofreram grandes variações entre 1884 e 1914. Entre 1902 e 1910 ocorreu um leve aumento na remuneração em decorrência de um número menor de imigrantes que entraram em São Paulo neste período e do aumento dos que saíram do Estado. De modo geral os salários pagos em 1914 eram praticamente o mesmo de 40 anos antes.

Dados alarmantes sobre as condições de vida dos trabalhadores rurais aparecem em uma pesquisa realizada por Maistrello (1923 apud STOLCKE e HALL, 1983, p. 112) em 1922. O autor calculou os ganhos de três famílias imigrantes e demonstrou que nos níveis salariais vigentes, uma família de quatro membros com apenas um trabalhador era praticamente incapaz de ganhar para a sua subsistência.

A Companhia continua a missiva assegurando que os imigrantes receberiam uma área de terras para praticarem suas próprias culturas, o que representava mais uma fonte de renda, e ainda afirmou que daria a esses trabalhadores toda a assistência necessária e não os abandonaria aos “azares da sorte”. Ressaltou que a Companhia vendia seus lotes sempre em terras agrícolas de primeira ordem e em lugares salubres, e que o valor total da gleba era dividido em 5 prestações anuais, com entrada inicial de 15%.

Em uma carta posterior, dirigida a outro procurador da Arbeitsgemeinschaft, a CAIC se comprometeu a vender terras para os imigrantes transportados por seu intermédio, desde que eles permanecessem durante o período de um ano trabalhando em fazendas particulares do Estado de São Paulo. Assegurou também que a todos os compradores de lotes a Companhia daria assistência técnica, facilitando a “aquisição ou aluguel de máquinas agrícolas, promovendo a organização de cooperativas de venda, em sua falta, encarregando-se da colocação dos produtos obtidos em seus lotes nos mercados

consumidores”¹²⁶. Por fim, salientou que procuraria dar todo o amparo moral aos imigrantes, embora, oficialmente, a sua ação mediadora cessasse com o desembarque desses indivíduos no porto de Santos.

Em carta dirigida ao Cônsul Geral da Alemanha¹²⁷ a CAIC respondeu a uma série de questionamentos feitos pelo diplomata. Iniciou afirmando que as fazendas cujos imigrantes teuto-russos iriam trabalhar não pertenciam a Companhia, mas se tratavam de propriedades agrícolas particulares. Explicou que todos os contratos agrícolas eram anuais e nenhum colono poderia, de acordo com as Leis da época, serem obrigados a renovar os contratos de trabalho. E informou que todo trabalhador rural no Estado de São Paulo possuía assistência social e judiciária, inteiramente gratuitas, por parte de uma repartição oficial especialmente criada para tal fim.

Entretanto, o relatório feito pelo Cônsul Italiano Umberto Sala, que foi traduzido e publicado recentemente pelo historiador João Fábio Bertonha, contradiz a fala da Companhia de que os imigrantes estavam providos de assistência social e judiciária. Segundo Bertonha, Sala trabalhou no consulado italiano da cidade de São Paulo no período de 1922 a 1925. Além das tarefas burocráticas, o cônsul fazia visitas constantes a fazendas e cidades onde existiam comunidades italianas no interior do Estado de São Paulo. Retornou a sua terra de origem em 1925 e descreveu sua experiência escrevendo um relatório destinado ao Ministério das Relações Exteriores da Itália.

Dentre os temas abordados neste documento está o cotidiano e o modo de vida dos italianos e seus descendentes que residiam no Estado, tanto nas fazendas como nas fábricas.

¹²⁶ Carta enviada ao Sr. Adolf Eichler, Representante da Arbeitsgemeinschaft der Deutsche aus Russland und Polen e V., 12/07/1935, in CAIC, livro copiador de correspondência Nº 01, p. 365.

¹²⁷ Carta enviada ao Sr. Cônsul Geral da Alemanha, 01/07/1935, in CAIC, livro copiador de correspondência Nº 01, p. 358.

Sala (2005) verifica que esse sistema de assistência não funcionava. Aponta, por exemplo, que o governo brasileiro quase nada podia fazer para obrigar a execução dos acordos feitos entre imigrantes e fazendeiros, principalmente nos centros rurais mais afastados da capital, onde sua autoridade teria pouco ou até mesmo nenhum valor, isto, conforme o autor, estaria relacionado ao controle que os fazendeiros exerciam sobre o poder público. Sobre assistência judiciária Sala aponta as seguintes estatísticas:

Pois bem, o autor pôde constatar, no decorrer de sua permanência no Brasil, que, das mil e quinhentas decisões judiciais, somente duzentas (sem contar aquelas que foram simplesmente negligenciadas e esquecidas, sem nunca terem chegado a um veredicto) tiveram sentença favorável à mão-de-obra.¹²⁸

O autor continua tecendo uma série de considerações sobre as condições dos imigrantes no Brasil demonstrando que a maioria das promessas de assistência feitas pelo governo, não passavam de teorias.

Referente a mesma temática, o trabalho de Angelo Priori contribui para elucidar a situação dos trabalhadores rurais no campo jurídico, no entanto, sua análise é centrada no movimento dos trabalhadores rurais do Paraná. Analisando sentenças do Tribunal Regional do Trabalho e do Tribunal Superior do Trabalho, Priori (1996) verifica que muitos conflitos entre fazendeiros e trabalhadores foram travados no campo jurídico, demonstrando a insatisfação dos trabalhadores com sua condição de vida no campo. De acordo com o autor, os colonos do Norte do Paraná lutavam por salário mínimo e férias, ou seja, direitos básicos garantidos pela CLT. Antes mesmo dos trabalhadores rurais terem uma legislação própria para atender os seus interesses, eles já recorriam à justiça para reclamar pelo que entendiam ser seus direitos. Para que os patrões não fossem obrigados a pagar os benefícios aos

¹²⁸ SALA, 2005, p. 50.

trabalhadores rurais, alguns advogados e juízes tentavam descaracterizar a relação de emprego entre colonos e cafeicultores.

Eliane Cantariono O'dwyer (1988 apud PRIORI, 1996, p. 05), aponta que a Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT) dividia os trabalhadores em oito categorias, no entanto os trabalhadores rurais não faziam parte desta divisão, ou seja, eles não eram reconhecidos enquanto “classe”.

Segundo Priori, somente quando esses trabalhadores começaram a se organizar, fazendo movimentos de revolta e constituindo organizações como Ligas e Sindicatos, nas décadas de 1950 e 1960, foi que houve a preocupação de formular uma legislação para atender às suas necessidades. O autor ainda faz uma análise da importância da formação dos Sindicatos para auxiliar os trabalhadores rurais do Estado do Paraná:

[...] no Norte do Paraná, o sindicato veio efetivar a função de advogado do trabalhador, contribuindo para o fortalecimento deste tipo de luta. É provável que sem a organização sindical, o poder de mobilização dos trabalhadores rurais para acionar a Justiça do Trabalho fosse bem menor.¹²⁹

Se as lutas travadas na justiça entre trabalhadores rurais e seus patrões ocorridas, sobretudo, nas décadas de 1950 e 1960 já demonstravam que era muito difícil para os colonos alcançarem uma vitória, podemos deduzir que na década de 1930 as possibilidades destes trabalhadores saírem vitoriosos eram mínimas.

Retomando a correspondência entre a CAIC e o Cônsul alemão, a companhia declarou que somente após um ano de trabalho nas fazendas de particulares, os colonos poderiam adquirir terras da Companhia, de qualquer outra empresa congênere ou de

¹²⁹ PRIORI, 1996, p. 02.

particulares. Ninguém seria obrigado a comprar terras da CAIC, mas quando optassem por adquiri-las, poderiam escolher livremente seu lote, e uma vez escolhido, o agricultor não poderia trocá-lo alegando má qualidade do solo, já que a escolha seria feita pelo mesmo, e garantiu que a CAIC comprava apenas terras de “primeira ordem”.

O Cônsul pediu que a CAIC vendesse seus lotes para os imigrantes sem uma entrada inicial, mas a companhia se recusou e aconselhou:

Se os colonos não dispuserem de recursos suficientes para tanto, evidente é que não estão em condições de se tornar proprietários, devendo permanecer por mais algum tempo como assalariados, pelo menos até a obtenção do necessário pecúlio.¹³⁰

Justificou ainda a sua posição alegando que a entrada inicial representava a única garantia que a Companhia possuía, pois sem ela os colonos após as colheitas, antes de vencido o primeiro ano contratual, poderiam abandonar os seus lotes, e a Companhia não teria meios de forçá-los a efetuar o pagamento de seu débito. A CAIC tornou a afirmar que nenhum imigrante seria obrigado a comprar terras da Companhia, mas também não perdeu a oportunidade de fazer propaganda de suas terras, destacando que todos os seus lotes eram providos de água e que a Companhia facilitava a aquisição de materiais para a construção de casas. Além disso, afirmou que a empresa adquiria somente propriedades agrícolas já formadas para loteamento, todas dispendo de boas vias de comunicação.

O governo da Lituânia também pareceu se interessar pelos serviços da CAIC, ou seja, desejavam enviar lituanos para trabalharem nas lavouras paulistas¹³¹. A Companhia

¹³⁰ Carta enviada ao Sr. Cônsul Geral da Alemanha, 01/07/1935, in CAIC, livro copiador de correspondência Nº 01, p. 359.

¹³¹ Carta enviada ao Sr. Jokubas Feodorova, 14/11/1935, in CAIC, livro copiador de correspondência Nº 01, p. 489.

por sua vez, além de aproveitar a oportunidade para fazer propaganda de suas terras (como de costume), se apresentou ao Sr. Jokubas Feodorova, representante daquele país, como sendo uma “agente do Estado de São Paulo”, e enfatizou: “Podemos assegurar a V.S. que presentemente nenhuma Companhia neste estado tem delegação desse caráter e que só nós temos a função de agentes do Governo do Estado de São Paulo.”¹³²

Esta informação que a Companhia passou ao Sr. Jokubas aparentemente está equivocada, pois Paiva (2004, p. 111), que trabalhou com as fontes da Secretaria de Agricultura, Indústria e Comércio, aponta que outras empresas estavam habilitadas pelo Governo para fazer este tipo de negócio.

Nas fontes que o autor analisou pode ser verificado que, em 1936, a Secretaria forneceu concessão a quatro companhias para fazerem o transporte de trabalhadores nacionais. Nos contratos efetuados para o transporte de migrantes a empresa Francisco de Abreu Sodré Filho ficou autorizada pela Secretaria a introduzir 20.000 trabalhadores, já a CAIC, a Cia. Itaquerê e a Nelson Alves Paschoal, ambas firmaram acordo para a introdução de 10.000 lavradores cada.

Paiva (2004) ainda destaca que o subsídio da mão de obra promovida pelo Estado às empresas contratantes fez com que surgissem muitos interessados no ramo. Diversos agentes, particulares e até mesmo os próprios fazendeiros entravam em contato com a Secretaria para efetuar este tipo de negócio.

Além dos representantes de alguns países que procuravam a CAIC a fim de tentarem inserir seus conterrâneos no Brasil, a Companhia também corria atrás dos seus interesses. Em setembro de 1935, recebeu a informação de que o Governo da Dinamarca

¹³² Idem.

estaria interessado em colocar o excedente de sua população em países novos, e para isto estaria enviando uma delegação à América do Sul a fim de estudar as condições locais¹³³. A Companhia ofereceu ao governo dinamarquês a sua “colaboração”, informando que se acaso estivessem interessados em colocar os dinamarqueses no Brasil, a CAIC enviaria seus planos e estatutos sobre seu trabalho de colonização.

Em outubro do mesmo ano tornou a escrever, desta vez ao Cônsul da Dinamarca, informando que existiam três categorias de imigrantes a introduzir no Estado de São Paulo: os que dispunham de recursos para logo de início se tornarem proprietários; os que tinham recursos insuficientes para adquirirem terras e necessitavam de complementá-los com o trabalho na lavoura durante algum tempo e, finalmente, os que entravam no Brasil totalmente desprovidos de recursos; estes deveriam trabalhar por alguns anos na agricultura, até obterem o pecúlio suficiente para adquirir seu próprio pedaço de terra. A companhia teceu consideração acerca do que vinha ocorrendo no mundo:

A Europa inteira atravessa uma crise de falta de trabalho, motivada sobretudo pela política de restrições de produção e de comércio, e vários países procuram meios de colocar alhures os desempregados, cuja manutenção tem sido extraordinariamente dispendiosa. Muito deles, facilitam por todos os modos a saída dos sem trabalho, custeando-lhes o transporte e fornecendo-lhes elementos para o seu estabelecimento no estrangeiro, como, por exemplo, a Holanda, que dá a cada família a importância de mil florins. Auxílios semelhantes ou de idêntica natureza são prestados pela Alemanha e pelo Comitê Nansen, de Genebra. A nossa Companhia vem colaborando com esses governos, de modo a facilitar não só a vinda de tais elementos, mas ainda dando toda a assistência aos que aportam a este Estado. Como a este respeito a nossa empresa tem caráter semi-oficial, estamos em condições de obter a entrada de imigrantes, agricultores, de qualquer país da Europa, sem nenhuma quota de restrição motivada pela sua nacionalidade e sem nenhuma exigência de depósito em dinheiro para a entrada no país.¹³⁴

¹³³ Carta enviada a Socialministeriet da Dinamarca, 06/09/1935, in CAIC, livro copiador de correspondência Nº 01, p. 426.

¹³⁴ Carta enviada ao Sr. Cônsul Real da Dinamarca, 24/10/1935, in CAIC, livro copiador de correspondências Nº 01, p.463.

A CAIC se apresentou como a salvadora dos países que passavam por tais dificuldades, e utilizou o adjetivo semi-oficial para dar mais credibilidade a empresa. Além disso, a sua afirmação de que não havia restrições de nacionalidade contradiz a sua própria prática, pois em correspondências posteriores a Companhia aponta que estava autorizada a introduzir imigrantes apenas de nacionalidades permitidas pelo Governo.

A CAIC termina a carta assegurando que para os imigrantes desprovidos de recursos a Companhia os encaminharia para as melhores fazendas do Estado, já os que viessem em condições de adquirirem terras, a empresa facilitaria a aquisição de lotes, uma vez que possuía terras de excelente qualidade e daria a esses imigrantes toda a assistência necessária.

Em outubro de 1935¹³⁵, a CAIC pediu autorização à Secretaria de Agricultura, Indústria e Comércio de São Paulo para introduzir trabalhadores estrangeiros por conta própria, sem o subsídio do Governo. A Companhia ficou autorizada a introduzir imigrantes europeus, vindos diretamente da Europa, dos Estados Unidos ou dos países meridionais da América do Sul. Dentre as condições estipuladas ficou determinado que o transporte destes trabalhadores seria feito sem nenhuma despesa para o Governo de São Paulo e que os imigrantes seriam sempre europeus. No entanto, para cada imigrante trazido a Companhia receberia um bônus do Governo, no caso de imigrantes trazido da Europa ou Estado Unidos esta gratificação era de 350\$000 mil réis por adulto, já para os imigrantes recrutados na América do Sul o valor da gratificação caía para 200\$000 mil réis o adulto. A CAIC só

¹³⁵ Carta enviada ao Sr. Luiz de Toledo Piza Sobrinho, Secretário da Agricultura, Indústria e Comércio, 04/10/1935, in CAIC, livro copiador de correspondências N° 01, 447.

teria direito aos tais pagamentos após noventa dias do desembarque do imigrante em Santos e quando o mesmo fosse comprovadamente agricultor.

A CAIC explicou em detalhes a exigência do governo brasileiro para a entrada destes imigrantes espontâneos em carta enviada ao Sr. Erich Arends, representante da União da Atividade dos Germânicos da Rússia e Polônia. Em carta, a Companhia informou que o governo exigia que os imigrantes fossem constituídos em famílias, e que fossem exclusivamente agricultores, válidos (ou seja, sem deficiência física ou psíquica), de boa conduta moral e civil, tendo cada família ao menos três pessoas aptas para o trabalho, contadas unicamente entre pais e filhos, com exclusão absoluta de quaisquer outros parentes.

Os indivíduos considerados aptos para o trabalho deveriam ser homens ou mulheres válidos com idade entre 12 e 50 anos. As famílias que preenchessem integralmente as condições citadas acima poderiam trazer consigo alguns agregados como: “avós e netos, pais e sogros, genros e noras, irmãos e cunhados, tios e sobrinhos e enteados, sem distinção de sexo, idade e estado civil”¹³⁶. Filhos adotivos e sobrinhos só poderiam ser considerados agregados quando possuíssem menos de 21 anos. Os imigrantes deveriam ser angariados exclusivamente para o trabalho nas lavouras de São Paulo, e em regiões autorizadas de cada país de origem, devendo ser provado, por ocasião da respectiva conferência na Hospedaria de Imigrantes:

- a) serem camponeses;
- b) terem sido, por ocasião do angariamento, convenientemente instruídos sobre o seu destino e gênero de vida e de trabalho a que se vão dedicar;

¹³⁶ Carta enviada ao Sr. Erich Arends, Representante da União da Atividade dos Germânicos da Rússia e Polônia, 11/11/1935, in CAIC, livro copiador de correspondências N° 01, p. 478-479.

c) terem recebido, na mesma ocasião, um prospecto impresso no respectivo idioma, a respeito das condições de vida e de trabalho nas fazendas do Estado de São Paulo, documento esse que deverão exhibir na ocasião acima aludida.¹³⁷

A CAIC pagaria 50\$000 mil réis por adulto angariado até o máximo de 100, 75\$000 mil réis por adulto de 100 à 250 e 100\$000 mil réis por adulto de 250 à 500. No caso de famílias pobres, que não pudessem pagar as passagens, mas que preenchessem as condições legais, a Companhia pagaria 1:000\$000 conto de réis por passagem inteira, 500\$000 por ½ passagem e 250\$000 por ¼ de passagem. Possivelmente a CAIC se interessou em fazer o pedido da autorização para transportar imigrantes “avulsos” para poder angariar aqueles indivíduos que já possuíam algum pecúlio e queriam se estabelecer no Brasil na condição de proprietários rurais. No caso de trabalhadores que pretendiam trabalhar por conta própria no país, adquirindo lotes rurais para o seu estabelecimento, a Companhia daria toda a assistência necessária, mas as despesas de transporte marítimo deveriam ser feitas á custa dos próprios imigrantes¹³⁸. Apesar das tentativas de angariar imigrantes espontâneos, não foi encontrada nenhuma evidência comprovando que a Companhia conseguiu efetuar este tipo de transporte.

Em janeiro de 1936¹³⁹ a CAIC comunicou ao Sr. Stungevich, em Montevideo, que interromperia as negociações de imigração que estavam em curso, alegando que com o início do ano o Governo de São Paulo pretendia estabelecer outro programa para a introdução de imigrantes, mas que o referido ainda estava em estudo, e destacou que a

¹³⁷ Idem, p. 479.

¹³⁸ Carta enviada ao Sr. Gregoire Erofée, Directeur de L'Agence Generale Haussmann, 19/11/1935, in CAIC, livro copiador de correspondências N° 01, 496.

¹³⁹ Carta enviada ao Sr. Stungevich, 04/01/1936, in CAIC, livro copiador de correspondência N° 02, p.52.

Companhia estaria colaborando na elaboração do programa. Só após as novas medidas serem aprovadas e postas em execução a CAIC voltaria a tratar do assunto.

Em carta de abril de 1936¹⁴⁰, a CAIC comunicou a Companhia de Transportes Marítimos que o Governo do Estado de São Paulo, por intermédio da Secretaria de Agricultura, teria concedido exclusivamente à CAIC e à Companhia Itaquere, a autorização para a introdução de imigrantes europeus. Para isto, cada Companhia ficaria responsável por uma região da Europa, cabendo a CAIC a parte norte do continente.

Em outro momento a Companhia parece ter modificado a sua região de atuação na Europa. Após entendimentos com a Secretaria de Agricultura, alegou ter dado preferência a uma área denominada “segunda região” que compreendia os seguintes países¹⁴¹: Romênia, Iugoslávia, Hungria, Áustria, Itália e Espanha. Aproveitou para reafirmar que em seu acordo com o Governo estava estabelecida uma autorização para a introdução de mais de 30 famílias teuto-russas, 100 famílias espanholas (cujo embarque já estaria sendo negociado com o Governo espanhol), 50 famílias lituanas, 30 famílias romenas que viriam com “destino certo” para o Estado de São Paulo, 50 famílias iugoslavas que também viriam a pedido de fazendeiros do Estado e por fim, 50 famílias de alemães do Ruhr (região alemã) contratados por intermédio da Sociedade das Nações.

Em agosto de 1936¹⁴², a Companhia agradeceu ao Diretor Geral da Secretaria de Agricultura por ter lhe dado uma autorização para fazer a introdução de até 10.000

¹⁴⁰ Carta enviada a Companhia de Transportes Marítimos, 14/04/1936, in CAIC, livro copiador de correspondência N° 02, p. 191.

¹⁴¹ Carta enviada ao Dr. José de Paiva Castro, Diretor Geral da Secretaria de Agricultura, 29/04/1936, in CAIC, livro copiador de correspondências N°02, p. 213.

¹⁴² Carta enviada ao Dr. José de Paiva Castro, Diretor Geral da Secretaria da Agricultura, 20/08/1936, in CAIC, livro copiador de correspondências N° 02, p. 405.

imigrantes sendo 2.000 romenos, 300 húngaros, 1.000 austríacos, 1.000 espanhóis e 5.700 italianos. As principais condições fixadas para ser concedida esta autorização foram as seguintes¹⁴³: as despesas de viagem dos imigrantes partindo do lugar de sua procedência até o porto de embarque deveriam ocorrer por conta dos mesmos, devendo a Companhia introdutora aconselhar a forma mais prática e econômica para a realização deste traslado, com o intuito de defender o imigrante de qualquer exploração. Toda a propaganda e as publicações impressas deveriam ser previamente aprovadas pela Secretaria de Agricultura. Na Europa, o serviço relacionado com a imigração seria fiscalizado por um Comissário da Secretaria da Agricultura brasileira e seus colaboradores, estes poderiam suspender os serviços dos agentes angariadores no caso de prestarem informações falsas sobre preços de terras, condições de trabalho, entre outras, ou se fossem pegos cobrando qualquer quantia indevida dos imigrantes. Os imigrantes deveriam ser recrutados exclusivamente para o trabalho nas lavouras paulistas, nas regiões determinadas pelo governo brasileiro e de nacionalidades autorizadas.

A CAIC reclamou da medida do Governo em conceder o transporte gratuito somente de porto a porto, pois antes ele arcava com o transporte do imigrante desde o seu domicílio até Santos¹⁴⁴. Alertou que este gasto excedente era o que as empresas de Navegação denominam como “despesas de recrutamento”, ou seja, o gasto que estas empresas possuíam com os preparativos antes de colocarem a família do emigrante no trem para o porto de saída. A Companhia alegava que tal dispêndio seria um ônus muito pesado para o emigrante, o que desencorajava a vinda de famílias numerosas. Diante de tais fatos,

¹⁴³ Carta enviada aos Senhores Presidente e mais membros do Comitê local do Port Agents Saloon & Steerage Committer, 29/08/1936, in CAIC, livro copiador de correspondências N° 02, p. 440-448.

¹⁴⁴ Carta enviada ao Sr. Luiz Piza Sobrinho, Secretário da Agricultura, Indústria e Comércio, 20/09/1936, in CAIC, livro copiador de correspondências N° 03, p. 02.

solicitou à Secretaria de Agricultura que o Estado tomasse a seu cargo esta “despesa de recrutamento”, concedendo a quantia de 1-0-0 (uma libra esterlina) por passagem, valor este que deveria ser entregue às empresas de navegação.

A Secretaria aceitou a proposta feita pela CAIC¹⁴⁵, ficando a cargo do emigrante somente as despesas de seu transporte e de suas bagagens até o porto de embarque mais próximo, (se acaso o emigrante tivesse que fazer um trajeto para outro porto mais distante, caberia às empresas de navegação arcar com as despesas), sua hospedagem no porto de embarque e o preparo da sua documentação, incluindo vistos consulares se acaso não fossem feitos pelas autoridades brasileiras gratuitamente.

Apesar dos diversos acordos firmados com a Secretaria de Agricultura, a CAIC não conseguia cumprir com seus contratos, ficando seus serviços paralisados neste ramo desde fins de 1936 e tentou justificar o fracasso de seus serviços em relatório apresentado aos acionistas em 1937:

As condições econômico-políticas da Europa tem entrevado bastante os esforços da CAIC e impediram que as correntes imigratórias tomassem o vulto que se deseja e de acordo com as necessidades da agricultura paulista. Diante do estado de inquietação de quase todos os países do continente europeu e do entrecchoque de idéias as mais avançadas e perigosas, e ainda das questões raciais surgidas ultimamente em varias nações, a ação da CAIC nesta esfera terá de realizar-se com extremo cuidado e redobrada cautela. É indispensável que os elementos que ela venha a trazer para o Estado sejam fatores que concorram para o nosso progresso e não elementos de perturbação e distúrbio.¹⁴⁶

¹⁴⁵ Informação obtida em Carta enviada a Secretaria da Agricultura, Indústria e Comércio, 11/02/1938, in CAIC, livro copiador de correspondências N° 06, p. 524.

¹⁴⁶ Relatório N° 03 para Assembleia Geral Ordinária de 30 de março de 1937.

A companhia também apontou como um empecilho aos seus negócios o alto valor das passagens marítimas e as exigências feitas pelas Companhias de Navegação européias, que em sua visão eram inaceitáveis¹⁴⁷.

Estes indivíduos apontados pela CAIC na passagem acima como “elementos de perturbação e distúrbio” fazem referência a imigrantes ligados às ideologias comunista, socialista e anarquista. Geraldo (2007) aponta que um dos principais fantasmas políticos do governo Vargas era o comunismo, considerado uma ideologia “alienígena”, a qual foi introduzida e praticada por muitos imigrantes, que eram vistos como principais transmissores de “ideologias estrangeiras”. Como grande parte do operariado de São Paulo era composto por imigrantes, os movimentos grevistas surgidos no setor industrial eram atribuídos a estes sujeitos, acusados de insuflar a classe operária na luta pelos seus direitos, o que para o Governo significava desordem e caos. Vargas exerceu uma forte repressão a trabalhadores envolvidos com estas ideologias.¹⁴⁸

Após uma longa pausa na tentativa de angariar estrangeiros, em dezembro de 1938 a Companhia solicitou um registro junto a Diretoria de Terras e Colonização a fim de em “tempo oportuno”, obter licença para a introdução de tais imigrantes¹⁴⁹. Em carta íntima

¹⁴⁷ Carta enviada a Secretaria da Agricultura, Indústria e Comércio, 11/02/1938, in CAIC, livro copiador de correspondências Nº 06, p. 524.

¹⁴⁸ Para uma análise mais detalhada sobre a atuação de comunistas e anarquistas no Brasil ver DULLES (1977). A respeito da repressão exercida sobre os imigrantes ligados a “ideologias estrangeiras” podemos apontar as Delegacias de Ordem Política e Social (DOPS) como grandes aliadas do Governo. Criadas desde 1924 com o objetivo manter a ordem social e a segurança pública, seus principais alvos eram os movimentos sociais, considerados perigosos para a nação. O DOPS reprimia “desde manifestações ideológicas do campo da esquerda (comunismo, anarquismo, anarcosindicalismo, trotskismo, bolchevismo etc.) até aquelas pontuadas na extrema direita (fascismo, nazismo, sionismo, integralismo etc.). Manifestações religiosas dos mais diversos tipos, como cultos afro-brasileiros, evangélicos, cristãos ortodoxos, mulçumanos, fundamentalistas [...] (PRIORI, 1998, p. 22).

¹⁴⁹ Carta enviada a Diretoria de Terras e Colonização, 20/12/1938, in CAIC, livro copiador de correspondências Nº 07, p. 812.

escrita ao seu sobrinho, um dos diretores da CAIC comunicou que já havia remetido a documentação necessária a órgãos do governo para conseguir autorização para fazer o transporte de imigrantes estrangeiros, entusiasmado, fala da necessidade de conseguir um registro na Diretoria de Terras e Colonização (DTC) e no Conselho de Imigração e Colonização (CIC), pois somente através destes registros estariam em condições legais de entrarem em negociação com governos europeus interessados no transporte de imigrantes.

O registro no CIC dependeria de declaração do número de imigrantes a ser transportado, suas nacionalidades, portos de embarque, condições de transporte, entre outros. Dados estes que seriam disponibilizados após negociações feitas por um outro diretor da Companhia, chamado Heitor, com os governos interessados. O diretor da CAIC informou também que Heitor havia estado pessoalmente com representantes do Governo Federal no Rio de Janeiro, como Oswaldo Aranha (ministro das relações exteriores no Brasil), para tratar da questão do transporte de imigrantes para o país. Prosseguiu reclamando da burocracia e das dificuldades impostas para este tipo de negócio e temendo que sua autorização não fosse concedida declarou: “seria profundamente lamentável que tudo fosse por água abaixo por causa de uma formalidade de cá-cá-rá-cá” e terminou destacando o papel decisivo do Governo brasileiro para dar continuidade a este tipo de atividade: “Qual, Arturzinho, este país não vai e nunca irá para diante. Se com a boa vontade e entusiasmo do Getúlio, do Oswaldo e do CIC a coisa encrava em pedrinhas, como quer v. que esta gaita progrida?”¹⁵⁰

Segundo Geraldo (2007, p. 111) o CIC, ao qual a CAIC se refere, foi um órgão criado em setembro de 1938 e estava diretamente subordinado à presidência da República. Sua função era a de orientar e controlar os serviços de imigração e colonização.

¹⁵⁰ Carta enviada a “Arturzinho”, 2221/12/1938, in CAIC, livro copiador de correspondência Nº 07, p. 814.

No ano de 1939 a Companhia ainda pediu autorização para a introdução de imigrantes suíços que entrariam como compradores de seus lotes¹⁵¹. No mesmo ano, a Companhia entrou com um pedido perante o CIC para fazer o transporte de 50 a 100 famílias de refugiados, a pedido de Jewish Colonization Association que estavam interessados em comprar terras da CAIC para fazer a colocação de imigrantes. A Companhia informou que não venderia qualquer área de terra a esta associação sem primeiro obter o consentimento do CIC para a entrada das famílias dos imigrantes¹⁵².

Conforme Lesser (1995, p. 41), a Jewish Colonization Association (ICA) foi criada em 1891 por um filantropo judeu nascido na Bavária e que vivia em Bruxelas, denominado Barão Maurice de Hirsch de Gereuth. A intenção de Maurice era prestar auxílio aos judeus, criando oportunidades para que migrassem para países onde houvesse certa tolerância religiosa, fixando-os em núcleos coloniais. Entre 1904 e 1924 a ICA formou duas colônias agrícolas judaicas na fronteira do Rio Grande do Sul. O autor assinala que alguns dos mais influentes diretores da ICA eram também grandes investidores na economia brasileira.

De acordo com Lesser (1995), com a ascensão do nacionalsocialismo na Alemanha e do fascismo na Itália a perseguição contra os judeus aumentou, forçando um número ainda maior de indivíduos a olhar para o Brasil e para outros países da América em busca de refúgio. No entanto, na década de 1930 o então presidente Getúlio Vargas e seus assessores políticos haviam proposto que fosse impedida a entrada de refugiados judeus no país, pois muitos entre os intelectuais e formuladores políticos brasileiros consideravam os judeus culturalmente indesejáveis, por serem vistos como uma “raça não –européia”. Com

¹⁵¹ Carta enviada a Secretaria de Agricultura, 11/05/1939, in CAIC, livro copiador de correspondência N° 08, p. 239-240.

¹⁵² Carta enviada a Jewish Colonization Association, 27/07/1939, in CAIC, livro copiador de correspondências N° 08, p. 397.

o tempo, líderes judaicos convenceram os dirigentes políticos brasileiros dos benefícios que a imigração judaica traria para a economia e política do país, sendo assim, os judeus conseguiram abrir as portas do Brasil e, entre 1933 e 1942 quase vinte e cinco mil judeus entraram legalmente no país, em sua maioria alemães e poloneses fugindo do nazismo. O autor explica os motivos desta abertura dizendo que:

A pressão internacional para a aceitação de refugiados combinou-se com uma mudança de percepção entre alguns dos mais influentes formuladores da política de imigração brasileira. Por volta de 1938, novas regras referentes à imigração judaica reabriram os portões brasileiros de tal forma que entraram mais judeus do que em qualquer um dos dez anos anteriores.¹⁵³

O autor termina apontando que os judeus, a despeito de serem considerados indesejáveis, eram frequentemente bem recebidos no Brasil.

A última tentativa da CAIC de fazer o transporte de imigrantes estrangeiros para o Brasil foi em 1940, em ocasião da Segunda Guerra mundial, quando escreveu uma carta direcionada ao então presidente do país Getúlio Vargas. Nesta missiva, a Companhia se referiu ao caos pelo qual o mundo inteiro estava passando devido a conflagração européia, observou que os “modernos processos bélicos” de ataque não estariam apenas afetando as forças armadas inimigas, mas também prejudicando as populações civis:

[...] disseminando a morte e espalhando o terror, com todo um longo cortejo de catástrofes, obrigando a evacuação pronta dessas mesmas populações, o que, por sua vez, contribui para dificultar, embaraçar a movimentação dos exércitos de defesa. A vida de todos os países invadidos sofreu verdadeiro colapso, trazendo como consequência a total desorganização das indústrias pacíficas e do trabalho agrícola. Os homens válidos são encaminhados para as fabricas de material de guerra, as mulheres substituem-nos em vários de seus antigos misteres, verdadeiros exércitos de fugitivos atravancam as estradas, mas a margem fica um

¹⁵³ LESSER, 1995, 47-48.

número infinito de crianças arrancadas de seus lares, perdidas de seus progenitores, abandonadas a toda a sorte de miséria e sofrimento.¹⁵⁴

E é justamente destas crianças “perdidas de seus progenitores”, expostas aos perigos da Guerra que a CAIC vai tratar na carta. Relatou que milhares de crianças estavam sendo retiradas das zonas de guerra e transportadas para outros países:

Todos os povos civilizados do mundo, num movimento de solidariedade humana confortadoramente impressionante, na mais alta compreensão da caridade cristã, cuidam de amparar esses pobres entes, vítimas inocentes da fúria desencadeada pelos homens.¹⁵⁵

A Companhia ofereceu seus préstimos a Getúlio Vargas para trazer crianças da Inglaterra para o Estado de São Paulo, tomando a seu cargo o fornecimento de agasalho e tratamento das vítimas, abrigando-as em lares brasileiros ou de estrangeiros radicados em São Paulo. Conforme a CAIC, os povos que oferecessem essa ajuda as vítimas da guerra iriam adquirir vantagens “incalculáveis”:

São pequeninos seres que vão ser acolhidos e em cujas mentes ficará gravada para todo o sempre a recordação destes momentos de pavor e de miséria, mas também a marca inapagável do país que os recebeu, dos lares que os acolheram, dos povos que os agasalharam. Aprenderão a língua dessas nações e serão sempre atestados vivos das qualidades de seus habitantes, da fidalguia de seus sentimentos, da amenidade de seus climas e da fertilidade de seus solos.¹⁵⁶

¹⁵⁴ Carta enviada ao Exmo. Sr. Dr. Getúlio Vargas, Presidente da República, in CAIC, livro copiador de correspondências Nº 09, p. 698-700.

¹⁵⁵ Idem.

¹⁵⁶ Idem.

Apesar da romântica e comovente carta, e da “humanidade” do ato da Companhia em querer ajudar as crianças vitimadas pela Guerra, não foi encontrada nas fontes analisadas nenhuma resposta dada ao seu pedido.

Desde a sua fundação, a CAIC sempre encontrou dificuldades para angariar agricultores europeus, que era um dos seus principais objetivos. De fato, o período em que atuou a CAIC na tentativa de introduzir imigrantes não foi um momento muito propício.

Conforme Geraldo, em dezembro de 1930, apenas dois meses após a tomada do poder por Getúlio Vargas, o governo promoveu a primeira medida de caráter restritivo em relação à entrada de estrangeiros no país. Cita que foi elaborado um decreto, o de N° 19.482, que determinava que “o ingresso de passageiros estrangeiros de terceira classe ficaria limitado àqueles já domiciliados no país, aos solicitados por meio do Ministério do Trabalho para os serviços agrícolas, aos portadores de ‘bilhetes de chamada’, e aos estrangeiros agricultores, agrupados em famílias” (GERALDO, 2007, p. 01). Posteriormente, em 1934 o Governo decretou a Lei de Cotas. Desde o Governo Provisório, Vargas criou numerosos decretos tentando limitar a entrada de imigrantes, justificando que em muitos casos estes indivíduos provocavam o aumento da desordem econômica e a insegurança social.

Conforme Klein (2000, p. 26), a partir da Primeira Guerra Mundial a imigração para a América sofreu modificações, entrando em ascensão um sentimento antiestrangeiro que ocasionou políticas imigratórias cada vez mais restritivas.

Balhana (1967, p. 364) assinala que no período de 1937 a 1946 foram numerosos os decretos e portarias que regulamentavam, reiteravam e estendiam as restrições à entrada de estrangeiros.

Segundo Geraldo (2007), um dos principais argumentos utilizados pelo Governo Vargas para desestimular a vinda de estrangeiro estava focado na questão do desemprego e na concorrência dos estrangeiros com o trabalhador nacional. De acordo com a autora, criou-se uma visão de que o estrangeiro estaria tirando o emprego e tomando o lugar dos trabalhadores nacionais nas indústrias, além de se envolverem com “propagandas subversivas”. Na tentativa de “defender” o trabalhador nacional Vargas cria, durante o Governo Provisório, a “Lei dos dois terços”. De acordo com essa lei, dois terços dos trabalhadores da indústria e do comércio deveriam ser constituídos por brasileiros. A lavoura, a pecuária e a indústria extrativa estariam isentas da exigência de dois terços de brasileiros, assim como os imigrantes com destino assegurado como agricultores, pois se acreditava que a imigração para a lavoura ainda era um “mal necessário”. O Governo Vargas foi marcado por uma crescente xenofobia, associando estrangeiros a inúmeros problemas políticos e sociais.

Em vista destas dificuldades e restrições, quando a CAIC se viu impossibilitada de efetuar o transporte de imigrantes, acabou optando por “apelar” pelos trabalhadores nacionais.

3.1 O angariamento de trabalhadores nacionais

Como já foi discutido no tópico anterior, a ascensão de Vargas ao poder e sua política restritiva à entrada de estrangeiros fizeram diminuir o fluxo de imigrantes que entravam no país, por outro lado sua política de nacionalização da força de trabalho incentivou a vinda de trabalhadores nacionais de diversas regiões do país para o Estado de São Paulo. Esta política provocou reflexos no trabalho desenvolvido pela CAIC.

Souza (1980) afirma que a maioria dos imigrantes que entraram no Brasil na década de 1930 permaneceram na capital paulista atraídos pela indústria e pelas atividades terciárias, o que teria levado o governo Armando Salles, a partir de 1935, a estimular a migração de trabalhadores nacionais para preencher as lacunas deixadas na cafeicultura paulista. O autor ainda assinala que devido à expansão da agricultura paulista, principalmente com a ascensão da cotonicultura, por volta de 1931-1935 a migração de nacionais para São Paulo superou a imigração estrangeira.

É possível perceber uma movimentação da CAIC já nos últimos meses de 1935 para o transporte de trabalhadores nacionais, pois colocou diversos agentes a seu serviço em alguns estados do Nordeste, no Rio Grande do Sul e no Rio de Janeiro. No mesmo ano, a Companhia entrou em contato com empresas de navegação para retomar seus serviços de transporte de trabalhadores nacionais. Em dezembro de 1935, assinalou que o Governo havia lhe concedido autorização para fazer o transporte de 10.000 agricultores nacionais, constituídos em famílias, para suprir a agricultura paulista principalmente na mais nova atividade desenvolvida pelos fazendeiros, a cultura algodoeira¹⁵⁷.

Em maio de 1936, a CAIC informou a Companhia de Navegação Costeira, que por incumbência do Governo de São Paulo, estava estudando a possibilidade de “acudir” rapidamente famílias do nordeste brasileiro que estariam sofrendo com o rigor da seca daquele ano, para isto, estaria organizando um sistema de transporte intensivo daqueles trabalhadores para colocá-los na lavoura paulista¹⁵⁸.

¹⁵⁷ Carta enviada ao Sr. Comandante Thiers Flemming, Diretor da Companhia Nacional de Navegação Costeira, 17/12/1935, in CAIC, livro copiador de correspondência N° 02, p. 34.

¹⁵⁸ Carta enviada a Companhia Nacional de Navegação Costeira, 18/05/1936, in CAIC, livro copiador de correspondências N° 02, p. 242.

Desde o início dos transportes de agricultores nacionais a CAIC reclamou aos seus agentes que a qualidade dos trabalhadores recrutados por eles era péssima. Por telegrama a CAIC ordenou a seus intermediários para evitarem misturar os trabalhadores da cidade com os trabalhadores rurais, pois os que interessavam eram os agricultores. Em carta a João Gomes Camacho, seu agente em Porto Alegre, a Companhia comunicou que seus embarques vinham sendo desastrosos, e estariam impressionando a Diretoria da Hospedaria de Imigrantes, que só não havia mandado suspender a continuação dos embarques, por ter chegado algumas famílias boas nos embarques anteriores.

Advertiu também que quase todos os trabalhadores chegados pelo vapor “Itapé” eram moradores da cidade de Porto Alegre, e foram rejeitados pela Diretoria da Hospedaria depois que seus documentos foram examinados, comprovando assim que não eram agricultores, portanto não poderiam seguir para as lavouras. Disse que o mais impressionante foi o número de trabalhadores avulsos que constavam nas listas de embarque como pertencentes a famílias, e salientou que a bonificação recebida pelo agente por migrantes aceitos não seria capaz de cobrir os prejuízos dos indivíduos recusados e alertou:

Recebemos o seu telegrama anunciando o embarque de 17 ½ passagens pelo “Itapajé”: vamos ver a qualidade destes trabalhadores, porque se forem iguais aos rejeitados do “Itapé”, não teremos outro remédio senão o de parar o serviço, pois v. s. bem sabe que o Governo de São Paulo quer agricultores e não artífices.¹⁵⁹

A CAIC informou aos seus agenciadores, em maio de 1937, que a Secretaria de Agricultura iria passar a rejeitar os trabalhadores avulsos que excedessem, em cada leva, a

¹⁵⁹ Carta enviada ao Sr. João Gomes Camacho, 25/04/1936, in CAIC, livro copiador de correspondências Nº 02, p. 202.

cinco por cento sobre a quantidade total de trabalhadores constituídos em famílias legítimas¹⁶⁰.

Os migrantes que moravam nas cidades e os trabalhadores avulsos não interessavam a Secretaria de Agricultura, pois em sua maioria estes trabalhadores não eram agricultores e a intenção da Secretaria era justamente trazer lavradores para as fazendas paulistas, indivíduos apropriados para o trabalho na terra e que não colocasse em risco o investimento feito pelo Estado. Grande parte dos migrantes “avulsos” e “não-agricultores” que embarcavam acabavam burlando a fiscalização e não cumprindo seu destino, ficando nas grandes cidades como Rio de Janeiro e São Paulo. Souza (1980) aponta que trabalhadores operários migravam constantemente em busca de emprego e melhor qualidade de vida. Estes indivíduos possuíam uma condição de vida precária e em sua maioria viviam em favelas, cortiços, etc.

Para organizar o transporte de trabalhadores nacionais, a CAIC instalou agências em diferentes municípios como São Luiz do Maranhão, Fortaleza, Natal, João Pessoa, Recife, Maceió, Aracajú, Juazeiro da Bahia, São Salvador, Pirapora (Minas Gerais), Campos, Porto Alegre e Herval (Santa Catarina).

Pode ser observado nas fontes analisadas que alguns colonos eram enviados a seus Estados de origem para recrutar familiares e amigos para a lavoura paulista. Paiva (2004) também fez esta observação em sua pesquisa, apontando que muitas vezes o próprio trabalhador, já estabelecido em uma propriedade rural, era o encarregado da busca de seus familiares.

Em alguns casos o Governo dos Estados no qual a CAIC atuava impedia a retirada de trabalhadores, suspendendo os negócios da Companhia, fato este que vai ao encontro da

¹⁶⁰ CAIC Livro Nº 04. Carta do dia 11/05/1937, p. 344.

pesquisa realizada por Paiva. O autor encontrou em suas fontes casos em que as autoridades municipais não autorizavam o embarque de trabalhadores. Os motivos para esse impedimento são desconhecidos pelo autor, no entanto ele deduz que “em algumas zonas agrícolas houve um êxodo significativo colocando em risco interesses de produtores locais” (PAIVA, 2004, p. 129).

Mesmo com os incidentes, como a Hospedaria recusar parte dos trabalhadores angariados, a CAIC informou à Secretaria de Agricultura que, durante o ano de 1936, trouxe para o Estado de São Paulo 13 trabalhadores de São Luiz do Maranhão, 542 de Fortaleza, 44 de Natal, 17 de Recife, 2.475 de Maceió, 199 de Juazeiro da Bahia, 1.958 de Campos, 652 de Porto Alegre e 212 de outras procedências, totalizando 6.122 agricultores, e complementou:

Explicada a nossa atuação, esperamos que ela seja devidamente apreciada pelo Governo do Estado de São Paulo; e em vista do ponto de perfeição a que estão chegando as nossas organizações, vimos requerer a V. Excia. renovar-nos a autorização, para introduzir 30.000 (trinta mil) trabalhadores nacionais para a nossa lavoura, durante o ano vindouro de 1937, nos termos do contrato e condições atuais.¹⁶¹

Apesar de todas as dificuldades encontradas no transporte de trabalhadores nacionais, das constantes rejeições e do boicote de alguns Estados, a Companhia insiste em dizer, sem modéstia, que fez durante o ano de 1936 um serviço “perfeito e completo” de angariamento.

Como pode ser observado nos dados acima sobre a quantidade e a procedência dos imigrantes, podemos notar que a maioria provinha de Estados Nordesteiros. A respeito da

¹⁶¹ Carta enviada ao Sr., Sr. Dr. Valentim Gentil, Secretário da Agricultura, Indústria e Comércio, in CAIC, livro copiador de correspondência N° 03, p. 280-288.

vinda de nordestinos para São Paulo, Souza (1980, p. 67) aponta que o Estado era atrativo, pois oferecia oportunidades de emprego na indústria e na agricultura. Enquanto os estados Nordesteiros possuíam uma agricultura arcaica, além de uma elevada taxa de reprodução demográfica que ampliava o desemprego. Para o autor, a propaganda do sucesso dos primeiros migrantes nordestinos que chegaram a São Paulo deu origem ao que autores chamam de “ideologia da emigração”, sintetizada na idéia de que “sair é melhor”.

Conforme Paiva, nos anos de 1930 ganhou força a dupla construção da ideia de atraso do nordeste, constituída principalmente pela elite nordestina, e pelo interesse de grupos agrários e industriais em São Paulo. Para o autor:

A chegada de trabalhadores migrantes para São Paulo a partir dos anos 1930 inseria-se num contexto de reforço de uma representação negativa sobre o Nordeste. Se de um lado o Nordeste ia constituindo-se enquanto região seca, pobre e inviável, São Paulo constituía-se, ao mesmo tempo, como o lugar das possibilidades de uma vida melhor. Assim, a imagem negativa do Nordeste não foi construída nos anos 30 apenas a partir de si mesma, mas também na comparação com outro lugar, pleno de prosperidades.¹⁶²

O autor também cita pesquisas que mostram que a concentração fundiária foi uma das grandes responsáveis pelo processo de migração interna no país, pois, muitos trabalhadores ficavam sem ocupação durante o período de entressafra, o que fazia aumentar a miséria da população. Estes indivíduos “desocupados” representavam uma ameaça para a estabilidade da ordem, pois a qualquer momento poderiam provocar tensões, portanto a migração servia como uma válvula de escape para estas ocasiões.

Em carta remetida ao Diretor da Companhia de Navegação Lloyd Brasileiro, em outubro de 1937, a Companhia comunicou que em vista do elevado número de rejeições

¹⁶² PAIVA, 2004, p. 205.

que vinham ocorrendo por parte da Inspeção Médica da Hospedaria de Imigrantes, o que representava para a sua organização migratória uma perda total do valor das despesas de angariamento e transporte marítimo destes trabalhadores, e por outros motivos, entre eles a ameaça constante, devido à época do ano, de irrupção de moléstias infecciosas com varíola e croup, resolveram suspender por tempo indeterminado o transporte de agricultores nacionais destinados à lavoura do Estado de São Paulo¹⁶³.

Entre os motivos que faziam indivíduos avulsos ou até mesmo famílias inteiras serem rejeitados na inspeção médica estavam as suspeitas de doenças como: moléstia venérea, anemia profunda, defeito físico, sífilis, impaludismo, bócio, adenite, arterie scherose, retenção urinária, nefropatia, amaurose, peia, gonorréia, epilepsia, entre outras.

Em janeiro de 1938 a Companhia fez outro comunicado informando que em vista da paralisação desde o dia 01 de novembro de 1937 do movimento de introdução de agricultores nacionais, a CAIC decidira encerrar provisoriamente os trabalhos da “Secção de Imigração”¹⁶⁴. E em outubro de 1939, o Sr. Atillio Favero, que desde a fundação da Companhia em 1928 atuava no Setor de Imigração, declarou em carta a diretoria da CAIC:

De acordo com o que ficou combinado verbalmente, venho por esta confirmar que concordo inteiramente (em vista da paralisação dos negócios de imigração subvencionada pelo Estado, desde o mês de abril de 1938) em considerarmos de nenhum efeito e rescindida a partir de 1º de outubro corrente [...] cessarão as atividades da Secção de Imigração [...].¹⁶⁵

¹⁶³ Carta enviada ao Diretor da Companhia de Navegação “Lloyd Brasileiro”, 22/10/1937, in CAIC, livro copiador de correspondências Nº 06, p. 17.

¹⁶⁴ Carta enviada ao Sr. Vicente Gomes da Silva Jr., 28/01/1938, in CAIC, livro copiador de correspondências Nº 06, p.472.

¹⁶⁵ Carta enviada a Atillio Fávero, 04/10/1939, in CAIC, livro copiador de correspondências Nº 08, p. 762.

Durante o período que a CAIC atuou neste setor, contou sempre com a colaboração da Secretaria de Agricultura, Indústria e Comércio de São Paulo, órgão do governo responsável por autorizar e regulamentar este tipo de serviço. No entanto, mesmo mantendo essa parceria, eram constantes os desentendimentos entre as partes.

3.2 Conflitos entre a Secretaria de Agricultura, Indústria e Comércio e a CAIC

Em carta de fevereiro de 1936 a CAIC reclamou para o secretário da agricultura, Sr. Luiz de Toledo Piza Sobrinho, que a Secretaria não estava cumprindo com sua parte do acordo, e atrasava constantemente os repasses dos valores das passagens. No acordo estipulado, a Secretaria pagaria a CAIC a importância de 17 libras esterlinas para cada adulto angariado, e proporcionalmente aos imigrantes de outras idades. Este pagamento deveria ser realizado dentro de sessenta dias após o desembarque dos imigrantes em Santos. Vencido o prazo, a Secretaria não havia repassado o dinheiro para a CAIC, esta por sua vez, pagou com seu próprio dinheiro a Companhia de Navegação que fez o transporte, utilizando o cambio do dia para converter o valor em moeda nacional.

No entanto, ao apresentar as diversas faturas à Secretaria, ela se recusou a recebê-las, alegando que a conversão em moeda nacional seria feita pelo Tesouro do Estado. A CAIC ficou indignada com a atitude da Secretaria, temendo sofrer prejuízos, como pode ser observado no trecho a seguir:

Como só agora, passados 5 meses, vai o Governo efetuar o pagamento que deveria ter sido feito em setembro, pela chegada dos imigrantes em Julho, a conversão, feita ao cambio do dia dará Rs. 85\$500 por libra esterlina ou menos 7\$000 por passagem inteira, o que representará considerável prejuízo para esta Companhia. O pagamento foi realizado na

época devida por nós, quando o devera ter sido pelo Governo, para evitar demoras e situações embaraçosas. Não nos parece, pois, justo nem razoável que ainda arquem com um prejuízo superior a todo o lucro que pudéssemos vir a ter com a introdução de imigrantes. Confiados no espírito reto e esclarecido da V. Excia. estamos certos de que providências serão dadas para evitar que isto se dê.¹⁶⁶

Na tentativa de evitar que o mesmo problema voltasse a ocorrer, a CAIC pediu que a Secretaria abrisse um crédito em seu nome no Banco do Estado de São Paulo, no valor de 500:000\$000 contos de réis para ser utilizado no pagamento de despesas com o serviço de introdução de migrantes nacionais e estrangeiros, alegando que:

A demora que tem havido no recebimento das importâncias das passagens dos imigrantes que temos introduzido no Estado, demora que, em parte, se justifica pela reorganização que houve necessidade de operar num serviço há muito paralisado, trará, certamente, se prolongar por mais tempo, o amortecimento de nossos esforços, se não a sua parada total e imediata.¹⁶⁷

A Companhia ameaçou paralisar os seus trabalhos de imigração caso a Secretaria não tomasse providências urgentes. Argumentou que a demora para transportar trabalhadores do nordeste, devido a falta de pagamento do governo, vinha causando descontentamento e desconfiança naquela população, que começava acreditar que a Companhia fazia promessas enganosas.

A Secretaria concedeu o crédito pedido a CAIC, no entanto, o Banco do Estado de São Paulo informou que cobraria sobre as quantias adiantadas o juro de oito por cento ao ano e uma comissão de um por cento por semestre. Descontente, a Companhia pediu que a Secretaria arcasse com os custos dos juros, uma vez que o crédito teria sido aberto para

¹⁶⁶ Carta enviada ao Sr. Luiz de Toledo Piza Sobrinho, Secretário da Agricultura, Indústria e Comércio, 11/02/1936, in CAIC, livro copiador de correspondências N° 02, p. 94.

¹⁶⁷ Carta enviada ao Sr. Luiz de Toledo Piza Sobrinho, Secretário da Agricultura, Indústria e Comércio, 19/02/1936, in CAIC, livro copiador de correspondências N° 02, p. 103.

fazer face à demora por parte do Tesouro do Estado em efetuar os pagamentos das importâncias devidas e não pagas dentro dos prazos contratuais.

Com o transporte de trabalhadores nacionais também ocorriam os mesmos conflitos entre a CAIC e a Secretaria de Agricultura, sempre pelos mesmos motivos, o atraso nos pagamentos das passagens. Em carta de janeiro de 1938¹⁶⁸ a CAIC fez uma reclamação à Secretaria de Agricultura, dando como exemplo um transporte de migrantes nacionais realizado em janeiro de 1937, que deveria ter sido pago em março do mesmo ano, no entanto a Companhia só foi ressarcida em setembro de 1937 e pediu à secretaria que lhe pagasse uma comissão pelo atraso na liquidação da dívida.

A CAIC reclamava constantemente dos atrasos no repasse da Secretaria, no entanto também não conseguia cumprir seus acordos firmados com aquele órgão, sempre trazendo um número de trabalhadores bem inferior ao que era estipulado e ainda descumprindo os prazos estabelecidos. De acordo com Paiva (2004), uma das cláusulas do contrato entre as empresas de transporte de migrantes e a Secretaria de Agricultura, determinava que a empresa ficaria desobrigada a introduzir a quantidade de trabalhadores estipulados no contrato caso encontrassem dificuldades por parte da administração de outro Estado. Assim, muitas empresas deixavam de pagar eventuais multas pelo não cumprimento das quotas alegando dificuldades por parte das autoridades locais como prefeitos e delegados de polícia.

Na visão da CAIC, seu desempenho no setor de Imigração foi satisfatório, a Companhia colocou para a Secretaria de Agricultura que foi a primeira entidade no gênero a reiniciar em 1935 (após uma estagnação de mais de oito anos) o serviço de transporte de

¹⁶⁸ Carta enviada a Secretaria da Agricultura, Indústria e Comércio, 15/01/1938, in CAIC, livro copiador de correspondência N° 06, p. 452.

famílias de agricultores europeus, destaca ainda que só suspendeu este tipo de transporte por motivos alheios a sua vontade. Durante os anos de 1935 e 1936 a Companhia introduziu apenas 776 imigrantes, cujas nacionalidades não ficaram bem esclarecidas nas fontes, mas tudo indica que essas entradas foram apenas de teuto-russos e lituanos.

Devido ao fraco desempenho no engajamento de trabalhadores estrangeiros, a CAIC passou a trabalhar no angariamento de agricultores nacionais. Na execução dessa tarefa a Companhia introduziu durante o ano de 1936, 6.122 agricultores, e no ano de 1937, 7.922, totalizando 14.044 migrantes dos estados do Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Alagoas, Sergipe, Bahia, Rio de Janeiro, Espírito Santo, Rio Grande do Sul e Santa Catarina.

Os dados apontados pela Companhia sobre a introdução de migrantes nacionais divergem, em parte, com os dados obtidos por Paiva (2004) em sua análise da documentação da Secretaria de Agricultura. Conforme o autor, a CAIC introduziu no ano de 1937 a quantia de 7.992 trabalhadores entre 12 e 50 anos e 3.378 indivíduos abaixo de 12 anos, totalizando 11.370 migrantes.

Apesar dos esforços da Companhia em fazer parcerias com o Estado e com particulares para a introdução de imigrantes nacionais e estrangeiros no país, este ramo de atividade não era seu principal foco. Desde a sua fundação a CAIC deixou claro que seu principal empreendimento é o setor de colonização, o qual veremos sua atuação de forma mais detalhada no capítulo a seguir.

CAPÍTULO 4

O EMPREENDIMENTO DA CAIC NO SETOR DE COLONIZAÇÃO

A divisão de colonização da CAIC era considerada pela empresa como o seu empreendimento mais importante e, segundo a Companhia, foi organizada de modo a continuar o que já havia sido realizado no passado pelos governantes brasileiros, mas de forma comercial, portanto com maior resultado prático, procurando adaptar velhos sistemas de povoamento a métodos e exigências modernas. A Companhia menciona que poucas pessoas conheciam a quantidade de favores e subvenções que os governos de alguns estados brasileiros e o governo federal ofereciam às empresas de colonização que se fundavam no país, ao quais tinham o objetivo de fomentar a vinda de estrangeiros para o povoamento do território nacional. Estes “prêmios e favores” teriam sido responsáveis por animar a fundação da “Companhia Geral de Imigração e Colonização do Brasil”.

De fato, o Governo brasileiro já havia tentado instalar no país algumas colônias de povoamento. No entanto, estudiosos do assunto relatam que essas tentativas não deram resultados satisfatórios, ao menos não no Estado de São Paulo. Como já foi apontado anteriormente no Capítulo 2, o motivo deste fracasso estaria relacionado ao monopólio de terras no país, sobrando poucas áreas para instalação de Núcleos Coloniais, e estas ainda eram em lugares isolados, de difícil acesso, possuíam baixa fertilidade do solo sendo impróprios para a lavoura.

Monbeig (1984) observou que a ação do Estado, considerável para a imigração, foi muito modesta no que tange à colonização e ressalta que a iniciativa particular contribuiu largamente para a obra do povoamento colonizador.

Durante a década de 1930, a questão da colonização vai estar em pauta novamente nos planos do Governo. Lenharo elucida que em 1933 o discurso de Getúlio Vargas já incentivava o retorno do homem ao campo, apontando para a necessidade de ser facilitada a aquisição de terra para pequenos proprietários através de preços baixos e do parcelamento no pagamento das glebas, o que de certa forma estava de acordo com as práticas da CAIC. Os Governantes estavam preocupados com o êxodo rural em massa, pois acreditavam que este fenômeno deterioraria o valor do trabalho urbano e ameaçaria os níveis de consumo da população.

Lenharo assinala que na virada de 1937 para 1938 Vargas proclamou o discurso da “Marcha para o Oeste”, uma política marcada pela intenção da conquista territorial e da integração espacial. Vargas entendia o país como um arquipélago composto de algumas ilhas de prosperidade e envolvidas por vastos espaços despovoados. Conforme o autor, o debate sobre a colonização se tornou frequente neste período, ora para apoiar as ações colonizadoras do Estado, ora para analisa-las ou critica-las, e aponta a visão de alguns estudiosos sobre o assunto como Sodré, Simonsen e Caio Prado Jr.

Para Nelson Werneck Sodré, por exemplo, a unificação do mercado interno levaria a união da sociedade. Sodré apoiava a iniciativa do Estado Novo na implantação de pequenas propriedades agrícolas. Lenharo critica este autor por ter textos filiados ao regime e também por querer explicar a sociedade somente pelo viés econômico.

De acordo com Simonsen, agricultura e indústria se complementavam, pois ao mesmo tempo em que a agricultura fornecia capitais e matéria prima à indústria, em troca a indústria fornecia para o campo novas máquinas, métodos de trabalho e desenvolvimento científico. Lenharo (1986, p. 32) destaca que o mesmo autor comparava a agricultura como uma indústria, e demonstrava a vontade de “ver o ‘campo’ atingido pelas conquistas da

racionalização do trabalho”, criando assim, um tipo ideal de pequeno proprietário, que deveria exercer a função de técnico, contador financeiro, comerciante e administrador.

Já Caio Prado Jr. entendia que a ocupação e povoamento do país havia resultado em uma população mal distribuída e mal fixada. Propunha que o país deveria ser recolonizado através do retalhamento das grandes propriedades rurais. O autor argumenta que era necessário o estímulo do Estado para que o processo de desenvolvimento da pequena propriedade fosse mais ágil e em larga escala. Discordava do plano do Governo (Marcha para o Oeste) de colonizar áreas novas, e sugeria uma “recolonização” das regiões já ocupadas, pois acreditava que as áreas ainda não devastadas deveriam servir como reservas para o futuro.

Lenharo observa que Caio Prado e Simonsen tinham pontos em comum, como a percepção de que era melhor não colonizar novas zonas, porém, ao contrário de Caio Prado, Simonsen não fazia críticas ao Estado Novo. Conforme o autor “apesar da diferença política, e por causa disso mesmo, a dimensão social do Estado acaba por capturar traços de projetos diferentes e opostos entre si que, veladamente, inserem-se no conjunto da obra colonizadora do Estado Novo” (LENHARO, 1986, p. 44).

Voltando ao estudo da Companhia, ficou estabelecido em seu Programa que a Secção de Colonização ficaria encarregada do exame, preparo e divisão das terras para posteriormente serem vendidas em lotes. Esta repartição contaria com diversas secções especializadas para que as propriedades agrícolas, incultas ou não, velhas ou novas, pudessem ser aparelhadas para receberem seus futuros proprietários, “legalmente divididas e com o domínio e posse perfeitamente garantidos”.¹⁶⁹

¹⁶⁹ Programa da “Companhia Geral de Colonização e Imigração do Brasil”, in CAIC, (Processo N° 29) Origens da Companhia-1928.

A Companhia demonstra preocupação com a legalização das terras que pretendiam comercializar, pois neste período em que ela atuou eram constantes os conflitos pela posse de terras e a atuação dos “grileiros” era intensa, principalmente em zonas pouco povoadas. A respeito das constantes brigas por terras no país, Holloway (1984) assinala: “Os grileiros tornaram-se tão importantes no povoamento da zona Noroeste, nas décadas de 1910 e 1920, que Penápolis, umas das importantes cidades à margem da nova ferrovia, ficou pelo apelido de Grilópolis”¹⁷⁰.

Em seu programa de colonização a CAIC dizia não ter a pretensão de obter um resultado grandioso e imediato em suas transações, visava desenvolver um trabalho “bem calculado”, de longo fôlego, para que os futuros colonos pudessem adquirir as suas propriedades com pagamentos suaves, “deixando para a companhia um lucro que retribua, de forma normal, os capitais investidos e os esforços aplicados”.¹⁷¹

No seu plano de propaganda, pretendia atuar juntamente com a Secção de Imigração, efetuando uma divulgação “intermitente” no exterior, destacando as facilidades oferecidas no Brasil às organizações estrangeiras que se dedicassem a colocar os seus “patrícios” em terras próprias, adquiridas pelas mesmas fora dos seus países. Ressaltava que os efeitos desta propaganda seriam sentidos de imediato, pois:

[...] a grande força da companhia está baseada no facto que, se não tiverem os futuros colonos os meios necessarios para a compra immediata de propriedades, a companhia se encarregará em procurar-lhes collocação provisoria para que elles possam conseguir com o seu trabalho em nosso Paiz, as primeiras economias para alcançarem este desideratum.¹⁷²

¹⁷⁰ HOLLOWAY, 1984, p. 186.

¹⁷¹ Idem.

¹⁷² Idem.

De acordo com o Programa, a divisão de colonização ficaria responsável em manter o vínculo com os imigrantes engajados pela Secção de Imigração, para que em ocasião propícia, pudessem transferi-los para uma localização definitiva, ou seja, em lotes vendidos pela CAIC.

A Companhia, por intermédio desta Secção, deveria manter relações com os governos e particulares interessados na colonização, também tentariam vínculos com outras empresas do ramo e com as estradas de ferro as quais tivesse em seus contratos a obrigatoriedade de fazer o povoamento de suas terras marginais, acreditando que pudessem executar as obrigações assumidas pelas companhias ferroviárias, oferecendo a elas vantagens “irrecusáveis”. Meta esta que foi cumprida pela CAIC a partir do momento em que ela foi incorporada pela Companhia Paulista de Estrada de Ferro.

A Companhia faria a aquisição de uma propriedade somente após o parecer das três secções especializadas (Secção Legal, Secção Sanitária e Secção Técnica) quanto: “a) á legalidade do domínio e posse por parte de quem as oferecer á Companhia; b) á salubridade e adaptabilidade das terras para os fins de colonização”.¹⁷³

Todas as despesas provenientes do estudo das terras feito pelas secções especializadas ficariam a cargo dos proprietários de terras, exceto quando se tratasse de glebas oferecidas gratuitamente pelos governos ou se o acordo fosse firmado em parceria com os particulares, ficando nestes casos, os custos a cargo da Companhia.

A composição da Secção Legal seria feita por especialistas no assunto jurídico, cuja função era a de verificar os títulos e documentos das propriedades que a Companhia se encarregasse do loteamento, garantindo a seus compradores, tranquilidade nas suas aquisições. Esta secção ficaria também incumbida de fazer a defesa dos direitos da

¹⁷³ Idem.

Companhia em qualquer campo jurídico. Já a Secção Sanitária ficaria a cargo de um “higienista patricio”, a fim de verificar a salubridade das regiões que ela pretendia colonizar. Deveria participar também na organização dos planos de abertura das colônias, garantindo que as mesmas pudessem desfrutar desde o início, auxiliadas por repartições dos governos ou não, de um tratamento médico e farmacêutico de acordo com as necessidades.

Somente após a conclusão dos exames feitos pelas secções Legal e Sanitária é que entraria em ação a Secção Técnica, pois esta seria incumbida da parte mais “pesada” da colonização. Esta repartição deveria organizar projetos de orçamentos relativos a trabalhos de campo, levantamento de plantas e divisão dos imóveis, assim como:

[...] dos custos prováveis da organização dos meios de comunicação fácil, e de fixar a necessidade ou não, da criação de industrias primitivas e indispensáveis para o bom início da colonização, especialmente nas terras novas.¹⁷⁴

A Secção Técnica era a responsável por dar a última palavra à direção da Companhia, para que esta pudesse decidir se aceitaria ou não as ofertas de compra de terras ou a de colaboração da empresa nos projetos de colonização no país. A Companhia também pretendia dar outra finalidade a esta secção, disponibilizando seus serviços para que pudessem servir de escola prática aos estudantes de Escolas Superiores de Agricultura do Brasil.

Em linhas gerais, a divisão de colonização da Companhia deveria tratar: 1º do estudo dos documentos e títulos de propriedades e imóveis a colonizar, fixando o “justo valor” das terras a serem negociadas pela Companhia; 2º examinar e certificar o grau de habilidade das regiões que a companhia destinaria à colonização, de forma a não deixar que

¹⁷⁴ Idem.

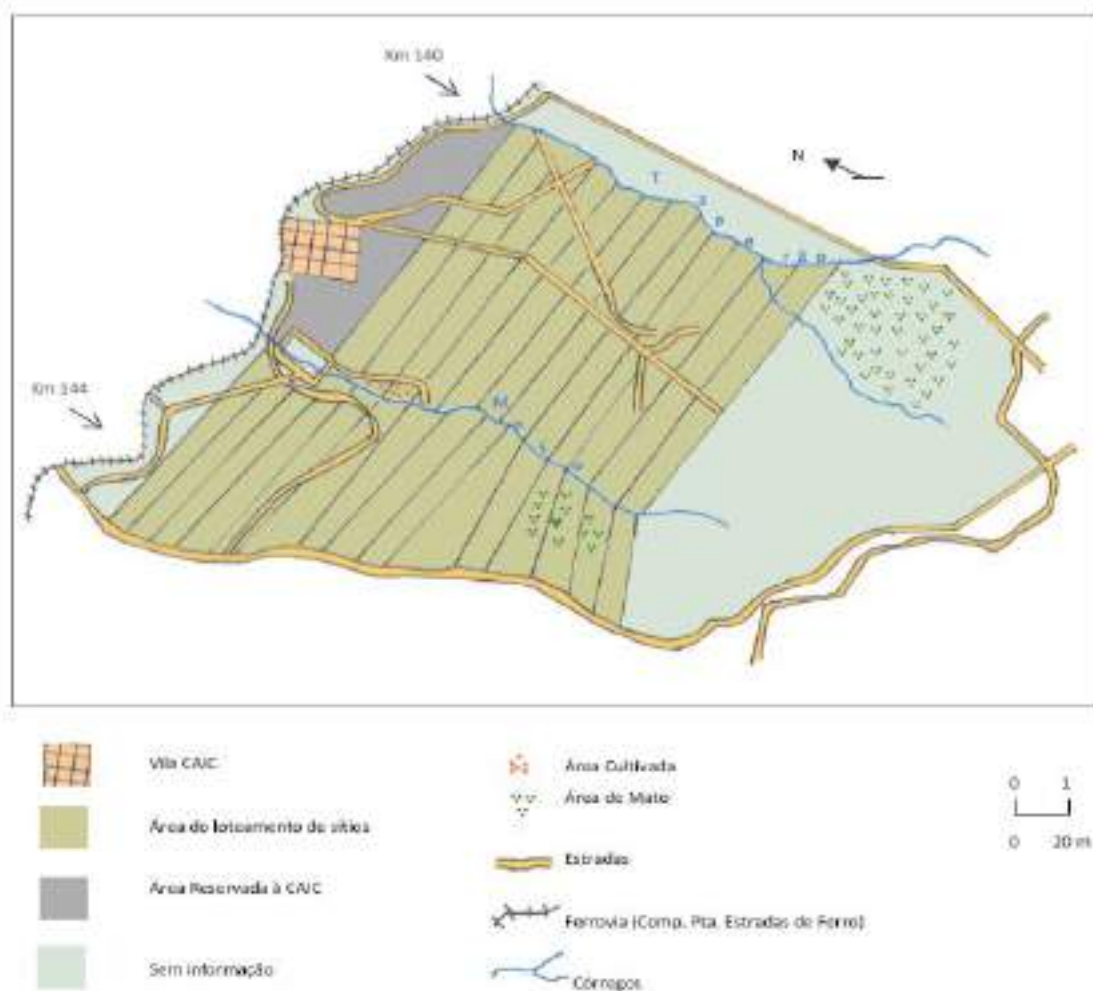
a propaganda da Companhia parecesse enganosa; 3º fazer o levantamento das plantas e projetos de divisão e do preparo dos lotes de terras; 4º organizar e subvencionar, quando possível, um serviço médico-farmacêutico econômico e ao alcance dos colonos, visando manter um bom estado sanitário dos núcleos coloniais; 5º estabelecer vias de comunicação rápida (quando não existissem), com o intuito de colocar as colônias em contatos com os grandes centros consumidores do país, organizando para isto um serviço de transporte a fim de facilitar o escoamento dos produtos das colônias; 6º organizar cooperativas nos núcleos coloniais para a criação de olarias e serrarias; disponibilização de máquinas para beneficiamento dos produtos, tudo para facilitar o desenvolvimento das colônias; 7º criar nos pontos onde houvesse conveniência, armazéns gerais, servindo, além das colônias fundadas pela Companhia, a todos os interessados da região.

Quando um fazendeiro contratasse os serviços da Companhia para transformar a sua propriedade em Núcleo Colonial, a empresa pretendia agir da seguinte forma¹⁷⁵: primeiramente se incumbiria do levantamento de uma nova planta cadastral da fazenda, com a divisão das terras aproveitáveis para serem loteadas. Tudo isto feito de acordo com as instruções do proprietário e com o auxílio do Administrador da fazenda. A divisão da fazenda seria feita de forma que o comprador recebesse uma casa de colonos com quintal, para a sua moradia, a qual deveria passar por reformas para sua melhor acomodação, tornando estas casas melhores do que as habitações de colonos contratados por ano. Deveriam receber também um talhão com cerca de 5.000 pés de café, um pedaço de pasto e uma área para cultura suficiente para completar 10 alqueires de terra como total geral do lote. Os caminhos, cereadores e as fontes de água potável seriam considerados de servidão

¹⁷⁵ Documento intitulado “Condições Gerais adotadas pela Companhia Geral de Imigração e Colonização do Brasil para se encarregar do início e execução de todos os serviços de levantamento, divisão e venda de fazendas de café em lotes no Estado de São Paulo”, in CAIC, (processo N° 29) Origens da Companhia – 1928.

comum dos compradores, e quando terminadas as vendas de todos os lotes passariam a ser considerados de servidão pública.

Figura 4 – Loteamento do “Núcleo Tapetão” - 1936¹⁷⁶



O preço de venda dos lotes seria estudado em cada caso, sendo que os lotes onde houvesse cafezal com idade média de 30 anos, o seu preço ficaria entre 20:000\$000 e 30:000\$000 contos de réis, ou seja, uma média de 25:000\$000 contos de réis para cada lote

¹⁷⁶ Esta figura demonstra um loteamento feito pela CAIC no município de Piratininga –SP em 1936. O mapa foi retirado das fontes da CAIC e editado por Alfredo (2008).

de 10 alqueires. Os pagamentos seriam feitos pelos compradores diretamente ao proprietário da fazenda, ou a quem por ele fosse designado. Quando a compra fosse efetuada em prestações, seria feita com uma entrada de 30% a vista, no ato da assinatura do contrato e o restante (70%) divididos em 5 prestações anuais. Cada parcela sofreria um acréscimo de juros de 7% ao ano e seriam pagas após a colheita do café, ou seja, em 30 de novembro de cada ano. Já os lotes vendidos a vista gozariam de um desconto de 10% sobre o valor total das terras.

A venda poderia ser efetuada de suas maneiras, com um simples “compromisso de venda e compra”, ou através de uma “escritura de venda e compra”, dando o comprador ao proprietário como garantia a primeira hipoteca do lote adquirido e o penhor dos frutos do cafezal. Segundo a Companhia, esta segunda modalidade inspiraria maior confiança e provocaria até o afluxo de compradores, principalmente aqueles que se aconselhavam com os seus representantes consulares no Brasil¹⁷⁷. Conforme a CGICB:

Estes esclarecimentos são dados porque a nossa experiencia nos indica que não devemos contar com grande numero de compradores nacionaes ou nacionalizados, para a venda da quantidade de Fazendas ‘loteadas’ que apparecerão dentro de pouco. (‘nacionalizados’ consideramos os que, pela sua longa residencia no nosso Paiz, se reputam brasileiros e dispensam, por isso, os conselhos e a tutela dos Consulados).

O numero mais elevado de compradores será, sem duvida, ou de estrangeiros que se encontram entre nós, ou, e principalmente, dos que virão do Exterior attrahidos pela nossa propaganda, e pelo relativo baixo

¹⁷⁷ De fato, o que pode ser observado nas fontes é que os principais compradores de terras da Companhia eram imigrantes ou seus descendentes como pode ser observado na lista de nomes de parte dos compradores dos lotes do “Núcleo Colonial Monte Bello” localizado no município de Cravinhos: Franz Mertz, Karl Schmidt, José Hrala, Gonçalo Dias Primo, Adolpas Serenas, Jonas Baranauskas, José Cabral de Mello Netto, Germano Barroso Gutierrez, Maurizio Maran, José Maria Fernandez, Antonio Cabrera Bujaldon, Antonio Cabrera Girão, José Cabrera Girão, Luiz Berzi, Affonso Gimenez Fernandez, Kishitaro Miato, entre outros. Carta enviada aos Srs. Diretores da Companhia Agrícola Fazenda “Chimborazo”, 23/11/1933, in CAIC, livro copiador de correspondências Nº 01, p. 225-230.

preço de custo das terras férteis nas zonas civilizadas do Estado de São Paulo.¹⁷⁸

A Companhia se refere a “zonas civilizadas” em oposição às zonas que ainda se encontravam pouco povoadas no Estado de São Paulo, e eram considerados “sertões”. Gilmar Arruda (2000) discute em sua obra *Cidades e Sertões* a questão da bipolarização do Brasil (do fim do século XIX até o início do século XX) entre dois espaços simbólicos: a cidade, caracterizada por seu avanço, “progresso” e o “sertão”, visto como atrasado, arcaico, etc. O autor faz uma crítica a esta divisão simplista do espaço entre cidade e sertão, e tenta ao longo de sua obra desconstruir essa imagem. Segundo Arruda:

A cidade é moderna, progressista, representante de valores novos na qual a atividade política se desenvolve segundo os padrões da moderna democracia, usa-se a razão para convencer, há livre expressão e liberdade de opção. É o lugar de vivência e atuação de cidadãos livres e conscientes. O sertão é arcaico, o lugar da ação do clientelismo político, dos coronéis, do populismo, da violência e onde não há possibilidade de ação política de cidadãos livres e conscientes.¹⁷⁹

O autor demonstra na passagem acima como era a representação de cidade e de sertão, e aponta que ainda hoje esta visão permanece, está presente na memória da população. Nas entrevistas que Arruda realizou para a elaboração de sua obra, a descrição de sertão feita pelos entrevistados era a de um lugar com predomínio de mato; sertão era sinônimo de mato.

Conforme as diretrizes da Companhia, as despesas com o levantamento cadastral da fazenda e dos impressos de propaganda no país e no estrangeiro, deveriam ser avaliadas

¹⁷⁸Documento intitulado “Condições Gerais adotadas pela Companhia Geral de Imigração e Colonização do Brasil para se encarregar do início e execução de todos os serviços de levantamento, divisão e venda de fazendas de café em lotes no Estado de São Paulo”, in CAIC, (processo Nº 29) Origens da Companhia – 1928.

¹⁷⁹ ARRUDA, 2000, p. 13.

num máximo de 5% sobre o valor das vendas, outros 5% deveriam ser destinados ao pagamento de comissões aos agentes intermediários das vendas. Estas despesas deveriam ser pagas pelo fazendeiro que contratasse o serviço da empresa. A Companhia estabelece que a venda dos lotes e o recebimento das primeiras prestações seriam feitas em qualquer época do ano, no entanto, a entrega dos lotes aos compradores só teria início após terem assegurado a venda de pelo menos metade da quantidade total das glebas resultantes da divisão da fazenda.

As benfeitorias que sobrassem da divisão dos lotes como a sede da fazenda, as máquinas e seus edifícios, o terreiro, as matas, enfim, tudo o que não compreendesse os lotes a vender, ficaria compondo um “Núcleo Remanescente”, cuja exploração poderia ser feita pelo proprietário da fazenda, mas sem obrigações por parte dos compradores de se utilizarem dessas partes. Portanto, seria aconselhável a criação de uma Cooperativa Agrícola, com a finalidade de usufruir dos benefícios que lhes pudessem ser conferidos. Por fim, caberia ao fazendeiro consentir à Companhia por todos os seus serviços prestados a comissão de 10% sobre o líquido das vendas dos lotes, pagos na proporção em que o proprietário recebesse as prestações.

Os termos estipulados pela Companhia não eram regras, constantemente ela mudava o valor da comissão paga a seus agentes intermediadores ou o preço das terras e os juros cobrados nas prestações.

Logo que a CGICB iniciou suas atividades surgiram diversas empresas do ramo agrário e fazendeiros interessados em retalhar parte ou a totalidade de suas terras. Seus clientes não se limitavam aos residentes no Estado de São Paulo, a pedido da Cooperativa Nova Vlast, de Praga, por exemplo, a Companhia iniciou em 1931 uma negociação com a Companhia de Terras Norte do Paraná para a venda de 2.000 alqueires de terras que esta

possuía no norte do Estado do Paraná, e que a Cooperativa estava interessada em adquirir para fazer a colocação de 150 famílias compatriotas¹⁸⁰, das quais o transporte a CGICB ficaria encarregada.

Um imigrante polonês, Josef Lakinski, almejava comprar seis mil alqueires de terra da Companhia canadense Boston Cattle, com o intermédio da CAIC. Também contaria com o auxílio da Companhia para recrutar colonos poloneses para trabalhar em suas futuras plantações, possibilitando a estes agricultores que posteriormente pudessem adquirir suas próprias glebas¹⁸¹.

Em outro momento a CGICB faz contato com a Companhia Paranaense de Colonização “Esperia”, oferecendo um acordo entre as duas empresas. A intenção da CGICB era de indicar compradores para as terras da “Esperia” em troca de uma boa porcentagem na venda das propriedades¹⁸². No caso, os interessados nessas terras eram os “Representantes Nansen para os ‘refugies’ da Liga das Nações em Buenos Aires” que pretendiam fazer a colocação no país de famílias de agricultores russos.

O Cônsul da Polônia procurou a Companhia por que o governo de seu país desejava colocar em apenas uma propriedade rural grande quantidade de poloneses¹⁸³. A CAIC ofereceu uma propriedade contendo uma área de aproximadamente vinte mil alqueires paulista, localizada na zona da Alta Paulista, segundo ela, uma região ainda não muito

¹⁸⁰ Carta enviada ao Sr. Alois Krejui, Secretário da Cooperativa “Nova Vlast” de Praga a/c do consulado da Tchecoslováquia, 10/01/1931, in CAIC, livro copiador de correspondências Nº 01, p. 161-163 e carta enviada ao Sr. João Ribeiro dos Santos, 04/02/1931, in CAIC, livro copiador de correspondências Nº 01, p. 171 e 171.

¹⁸¹ Carta enviada ao Sr. Josef Lakinski, s/d, in CAIC, livro copiador de correspondências Nº 06, p. 895.

¹⁸² Carta enviada aos Srs. Diretores da Companhia Paranaense de colonização “Esperia”, 24/12/1931, in CAIC, livro copiador de correspondências Nº 01, p. 189-190.

¹⁸³ Carta enviada ao Sr. Cônsul Geral da Polônia, 01/12/1936, in CAIC, livro copiador de correspondência Nº 03, p. 142-143.

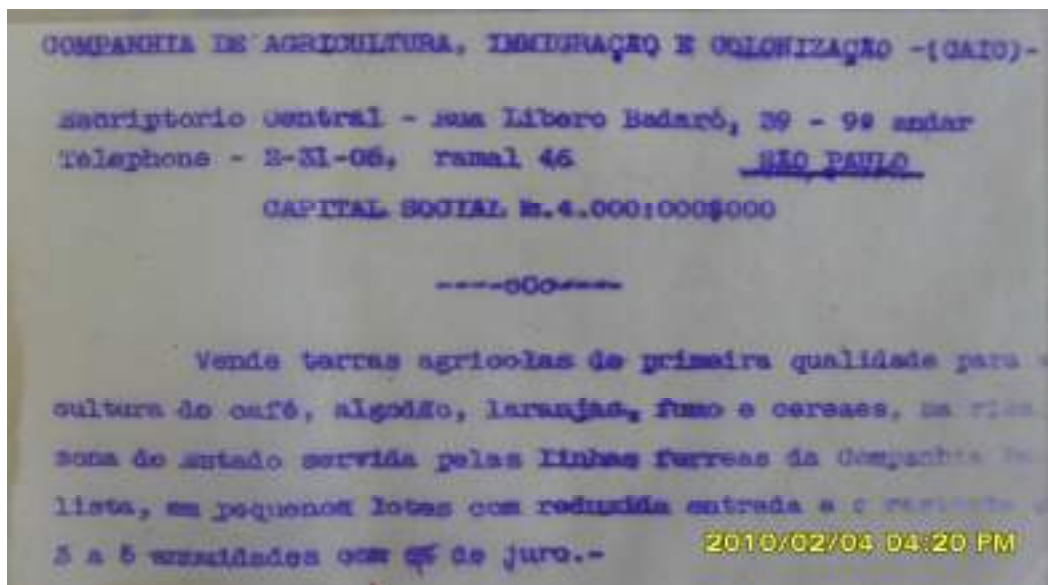
explorada, próximo ao terminal da linha férrea da Companhia Paulista. Este ponto terminal era representado, na época, pela estação Pompéia, mas a CAIC informou que já havia obtido autorização do governo para construção de mais 50 quilômetros em prosseguimento deste ramal, visando atingir a vila Tupã. Para ressaltar a boa localização e vias de comunicação da fazenda, a Companhia informou que de Tupã havia uma estrada de rodagem de 22 quilômetros de extensão, que a ligava a “Colônia Bastos”. Bastos era conhecida como colônia “dos japoneses” e era ligada por uma estrada de 6 quilômetros a referida fazenda que a CAIC estava ofertando aos poloneses.

Ao tratar da vinda de imigrantes da Letônia para o vale do rio do Paixe, na Alta Paulista (Oeste de São Paulo), Silva (2002) descreve que esta região abrangia parte dos atuais municípios de Tupã, Iacri, Bastos e Rinópolis. Observa que com exceção do município de Bastos, que se formou através da colonização japonesa, todos os demais se constituíram por meio da iniciativa particular, envolvendo empresas de colonização. Relata que quando os letos chegaram à região, no início da década de 1920, para fundarem a colônia Varpa, estavam praticamente isolados, pois a região ainda era pouco habitada. Devido a falta de alimentos e a precariedade de recursos materiais para suas necessidades básicas, muitos imigrantes foram a óbito. Já por volta de 1930 a colônia foi se organizando, a abertura de estradas possibilitou que ela interagisse com as localidades vizinhas, e a chegada da Cia. Paulista na região possibilitou a integração da economia da colônia com a região, e o escoamento de sua produção agrícola.

As propagandas para a venda dos Núcleos Coloniais eram feitas das mais diversas formas, muitas já mencionadas no Capítulo 2, como distribuição das plantas dos núcleos em hotéis e restaurantes dos municípios vizinhos a propriedade, ou publicações em jornais locais e regionais da área a ser colonizada, entre outros. Segue abaixo um exemplo de

anúncio feito pela Companhia, que seria inserido em ¼ de página da “Revista da Produção Paulista” e publicado durante seis números¹⁸⁴:

Figura 5 – Propaganda para a venda de terras



Monbeig (1984) aponta a existência de uma dura concorrência entre os vendedores de terras da época. As propagandas eram feitas na imprensa, nas rádios, por meio de cartazes e procuravam destacar a qualidade dos solos, a densidade das estradas, a segurança dos títulos de propriedade, as facilidades no sistema de pagamento, etc.

Em novembro de 1937 a CAIC informou ao presidente da Companhia Paulista de Estrada de Ferro que para intensificar a venda de lotes de terras que adquiriu na zona da Paulista, a Companhia havia mandado fazer a impressão de três grandes cartazes, a cores. Argumentando que se tratava de propaganda que igualmente muito interessava a empresa

¹⁸⁴ Carta enviada a “Revista da Produção Paulista”, 09/10/1936, in CAIC, livro copiador de correspondências Nº 03, p. 21. Parte pouco legível: Vende terras agrícolas de primeira qualidade para a cultura de café, algodão, laranjas, fumo e cereais, na rica zona do Estado servida pelas linhas férreas da Companhia Paulista, em pequenos lotes com reduzida entrada e o restante em 3 a 5 anuidades com 6% de juro.

ferroviária, uma vez que operava na região servida por suas linhas, a CAIC solicitou que fosse dada a permissão para a colocação dos referidos cartazes em todas as estações e postos telegráficos da CPEF¹⁸⁵.

Alguns clientes da Companhia lhe concediam uma comissão “extra” caso os compradores viessem diretamente de outros estados ou de outros países. A explicação para este bônus adicional pode estar relacionada com a propaganda que estes sujeitos vindos de outras localidades, fora do Estado de São Paulo, poderiam fazer, divulgando os lotes para seus amigos e familiares, aumentando assim, a possibilidade de um crescimento nas vendas, contribuindo para o sucesso do empreendimento.

Não pôde ser constatado através das fontes analisadas se a CAIC concedia aos compradores de seus lotes algum tipo de auxílio. Em seu plano para o setor de colonização ela descreve ações como a construção de armazéns, cooperativas, assistência médica, fornecimento de máquinas agrícolas a preço de custo ou sob a forma de aluguel, entre outras, mas em nenhum momento estes auxílios foram mencionados na documentação averiguada. Cabe salientar, que não foram analisadas todas as fontes presentes no Centro de Memória da Unicamp referentes a CAIC, como por exemplo, os livros relacionados ao movimento financeiro. Também não foram estudados os documentos da Companhia existente no Núcleo de Documentação Histórica “Honório de Souza Carneiro”, na Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Campus de Três Lagoas.

Em algumas cartas, a Companhia concedia autorização para serem feitas benfeitorias como a construção de estradas de rodagem¹⁸⁶. Geralmente a construção e

¹⁸⁵ Carta enviada a o Sr. Dr. A. de Pádua Salles, Presidente da Companhia Paulista de Estradas de Ferro, 04/11/1937, in CAIC, livro copiador de correspondências N° 06, p. 59.

¹⁸⁶ Carta enviada ao Sr. José Garcia, 13/04/1937, in CAIC, livro copiador de correspondências N° 04, p. 206.

conservação dessas estradas eram feitas das estações da Companhia Paulista até a sede das glebas, com o objetivo de facilitar o transporte dos pretendentes a compra dos lotes e dos lotistas já instalados. Outra benfeitoria realizada pela Companhia era, em alguns casos, a organização de uma sede nas fazendas, onde pudessem hospedar seus clientes durante as horas de visita às terras, ou até mesmo fornecer pouso, caso a propriedade fosse localizada em um lugar afastado da residência do visitante.

Monbeig (1984) considerou abusivo o termo “colonização” que aparecia freqüentemente nas razões sociais de diversas empresas, aponta que em sua maioria elas se limitavam a demarcar os lotes e traçar um atalho ligando o núcleo colonial à cidade, ou seja, quando os compradores chegavam nada estava preparado para recebe-los, eles tinham que fazer tudo.

Os negócios da CAIC no ramo de colonização, ao contrário do setor de imigração, sempre foram muito lucrativos, sendo o serviço de maior rendimento da Companhia. Em relatório referente ao movimento financeiro de 1936 a CAIC apontou que o momento era muito propício para os negócios de colonização, pois a crise do café ocorrida em 1929 causou a desvalorização de muitas propriedades agrícolas, o que facilitaria a compra destas pela Companhia. Outra vantagem para o negócio era que vinha ocorrendo uma intensificação da cultura algodoeira, o que aumentou enormemente a procura de terras apropriadas para este cultivo.

A Companhia mencionou ainda que a chamada zona velha, sua preferida na época, era constituída de terras magníficas que estavam aparentemente esgotadas, mas cuja fertilidade poderia ser facilmente restaurada. Além disso, essa zona era servida por excelentes vias férreas e de rodagem, nas proximidades de grandes mercados consumidores, dispendo ainda de higiene e conforto. Assinalou que não seriam os nacionais

de outros estados os melhores elementos para recolonizar essas regiões, pois suas terras necessitavam de um amparo de uma organização técnica e moderna, provida de abundantes recursos financeiros, e ressalta que este programa de restauração econômica da região vinha sendo realizado pela CAIC, através da recolonização racional das zonas abandonadas com elementos nacionais e estrangeiros, prestando-lhes completa e eficiente assistência técnica e destacou:

Fazendas que nada produziam, pelas condições precárias de seus proprietários, ou por métodos antiquados de trabalho, estão hoje, em franca prosperidade, com suas terras todas retalhadas e cobertas de novas culturas. Mais de cinco mil alqueires já foram assim, em pequenas glebas, colocados em mãos de modestos agricultores, a que a Companhia vem prestando toda a assistência. Grandes extensões de terras incultas estão hoje transformadas em solos produtores de algodão, cereais, frutas, etc. Doze fazendas mais ou menos decadentes, ou de muito baixo rendimento, foram transformadas pela nossa Companhia em 279 pequenas propriedades inteiramente produtivas. [...] Em seis dos seus núcleos coloniais, deu início a plantação de laranjeiras [...] culturas estas que, além de boa fonte de receita futura, servirão, principalmente, de demonstração aos nossos lotistas.¹⁸⁷

Por fim, assinalou que a ação da Companhia tinha uma finalidade de alta importância social, pois, ao adquirir grandes propriedades para retalhá-las em pequenos lotes, vendendo-os a prestações, facilitaria enormemente a sua aquisição por pequenos agricultores, antigos colonos, radicando-os à terra e transformando-os em verdadeiros “adversários das idéias extremistas”.

Na primeira versão da Companhia, a empresa apenas intermediou a venda de terras para outras companhias ou particulares, somente após sua reestruturação ocorrida em 1934 que a CAIC passa a adquirir seus próprios lotes. Após ficar sob o controle da Companhia

¹⁸⁷ Relatório Nº 03 para assembleia geral ordinária de 30 de março de 1937.

Paulista, a CAIC passou a recusar a aquisição ou o serviço de retalhamento de terras que não compreendessem a área de atuação da empresa ferroviária. Seu foco inicial foram as chamadas zonas velhas, onde os trilhos da Paulista estavam concentrados, mas conforme a ferrovia foi se ampliando e atingindo outras regiões do Estado, a CAIC foi acompanhando, e acabou atuando em quase todas as zonas de São Paulo. Os seus retalhamentos de terras deram origem a diversos municípios paulistas como: Barrinha, Lucélia, Rubinéia, Santa Clara D'Oeste, Santa Fé do Sul, Santa Rita D'Oeste e Santana da Ponte Pensa.

Conforme Silva (2002), muitas companhias colonizadoras estavam calcadas na política de ponta de trilhos. Esta política consistia na permanência proposital do final dos trilhos da ferrovia em determinadas localidades durante um curto período, fazendo com que as terras ao seu redor fossem valorizadas e estimulassem o comércio e negócios nestas áreas. A ferrovia era sinônimo de progresso, no entanto, quando ela avançava com seus trilhos muitas vezes levavam consigo a prosperidade, transformando cidades antes desenvolvidas em verdadeiras cidades fantasmas.

Para se ter noção do alvoroço que a chegada das ferrovias provocavam, utilizaremos uma passagem descrita por Rossato (1987) sobre o povoamento da região Noroeste Paulista. O autor comenta sobre o prolongamento da estrada de ferro da zona Araraquarense que em 1912 atingiu São José do Rio Preto ficando parada por muito tempo neste local, o que incentivou o seu crescimento, indo alcançar o município de Votuporanga já por volta de 1945. Nas palavras de Rossato:

A ferrovia chegou. Foi uma festa. 'Era cinco de fevereiro de 1945', nas palavras de Germano Pernica, recentemente falecido. Votuporanga sentiu-se engalanada. **Acelerou seus passos rumo ao progresso.** Julgamos prudente recordar que naquela época não havia rodovias pavimentadas e nem tampouco veículos motorizados em profusão.

Em decorrência, a estrada de ferro era o mais adequado meio de transporte de passageiros e também de cargas.

Como ela ficou estacionada aqui alguns anos, propiciou altos dividendos para a evolução da cidade. Aliás, foi o local que mais parou, exceto São José do Rio Preto e Mirassol. Graças a isto, a cidade cresceu. Aumentava o número de estabelecimentos de hospedagens e o comércio em geral, por ser, evidentemente, ponto de atração para todo esse sertão, de então. Os habitantes dessa hinterlândia, conforme convencionou-se chamar na época, Sertão de Rio Preto, dirigiam-se para cá com o propósito de se utilizarem do trem. Quem pretendia dirigir-se ao fundo do sertão, outra expressão da época, forçosamente teria que fazer escala compulsória aqui. Cargas também eram embarcadas e desembarcadas para atender a imensa área. **Era o desenvolvimento.**¹⁸⁸

Em entrevista realizada com o Sr. Armando Vian, ele descreve brevemente o município de Votuporanga antes da estrada de ferro chegar e depois que ela se instalou no município, demonstrando o quanto ela foi importante para atrair novos povoadores para a região até então pouco habitada:

A estrada de ferro passava por onde é Votuporanga. Votuporanga foi uma cidade que...eu quando eu fui na Votuporanga, isso que foi em quarenta e um, quarenta e dois (1941/1942) por aí, eu falei: aqui não sai cidade mais de espécie nenhuma, porque é um cerrado, mais um cerrado do pó. Mais a estrada de ferro, não sei quantos anos ela ficou parada em Votuporanga, então todo mundo falava ooooouuuuu vamo compra terra pra Votuporanga, vamo compra terra alí pra Valentin (Valentil Gentil), vamo compra terra pra cá (Floreal). A estrada de ferro êêêêê! Agora sim, agora vai embora. (foi) Onde formou Votuporanga.¹⁸⁹

Como pode ser observado nos trechos apontados acima, a estrada de ferro exercia um papel central no impulso para o povoamento das regiões paulistas. Logo que elas se instalavam em um local valorizavam as terras em torno de si. Sendo assim, a CAIC possuía

¹⁸⁸ ROSSATO, 1987, p. 23. Grifo meu.

¹⁸⁹ Entrevista com Armando Vian, realizada no dia 07/04/2007 no município de Floreal-SP. Esta entrevista foi realizada durante a elaboração do trabalho monográfico intitulado “Italianos na Noroeste Paulista: um estudo da conquista de pequenas propriedades rurais no município de Floreal” para a conclusão do curso de História na UFMS/CPTL no ano de 2007.

uma certa vantagem neste tipo de negócio, pois sabendo onde os trilhos da Paulista iriam parar ela logo se adiantava e começava a fazer o loteamento de terras em suas intermediações. Ou seja, através da especulação, obtinha vantagem na venda de lotes de terra.

A fundação das cidades por onde a CAIC retalhava terras nem sempre eram feitas em um movimento espontâneo. Em carta enviada a Companhia Agrícola Piratininga a Companhia faz um acordo para a criação de uma “futura cidade” que seria denominada “Villa Brasília” próximo à estação de “Brasília” da Companhia Paulista. A CAIC ficaria incumbida dos seguintes trabalhos:

- a) levantamento de toda area reservada para a futura povoação demarcando-lhe os limites;
- b) planear a cidade, com suas ruas e logradouros, obedecendo aos modernos preceitos urbanísticos, quanto á insolação, aeração, hygiene e esthetica urbana;
- c) executar arruamentos, terraplanagens, etc. bem assim o saneamento urbano;
- d) instalação de um serviço de aguas, fazendo a captação de manancial mais adequado [...] serviço esse que será explorado pela CAP [...]
- e) trazer luz e força do ponto mais proximo, de accordo com a empresa concessionaria, até a praça central da cidade;¹⁹⁰

Pode ser observado que todos os detalhes eram pensados para a fundação de uma cidade, desde saneamento básico, a preocupações com estética, e é claro, o serviço de água no qual a Cia. Piratininga tomaria a seu cargo e que lhe garantiria lucros posteriores. Após averiguar as despesas necessárias para a fundação da “Villa Brasília”, a CAIC considerou o orçamento de instalação de água e luz muito oneroso, e sugeriu dividir as despesas e os

¹⁹⁰ Carta enviada a Companhia Agrícola Piratininga, 06/07/1937, in CAIC, livro copiador de correspondência Nº 05, p. 129-133.

lucros com a Companhia Agrícola Piratininga¹⁹¹. Em outra ocasião um de seus agentes sugere que uma futura cidade fundada pela CAIC receba o nome de “Nova Ipiranga”, alegando que a denominação “seria bem acolhida pelos sertanejos, dotados, como são de bons sentimentos e amôr pelos factos mais salientes da historia patria”.¹⁹²

Em Relatório da Diretoria para a Assembleia Geral Ordinária de 1961¹⁹³, pouco antes da empresa ser encampada junto com a Paulista pelo Governo brasileiro, a Companhia informou que até o presente ano havia retalhado mais de 100 propriedades rurais, totalizando uma área de 272.50 alqueires ou 659.498 hectares, tornando em pequenos proprietários cerca de 11.143 agricultores. Os pontos destacados no mapa abaixo assinalam uma parte das localidades na qual a Companhia de Agricultura, Imigração e Colonização desenvolveu seu trabalho de retalhamento de terras¹⁹⁴:

Figura 6 - Mapa das terras retalhadas pela CAIC.

¹⁹¹ Carta enviada aos Srs. Diretores da Companhia Agrícola Piratininga, 06/08/1937, in CAIC, livro copiador de correspondências N° 05, p. 251-252.

¹⁹² Carta enviada ao Sr. Mario Olivero, 13/10/1938, in CAIC, livro copiador de correspondências N° 07, p. 283.

¹⁹³ Relatório da Diretoria para a Assembléia Geral Ordinária de 1961 publicado no Correio Paulistano, ano 107, São Paulo, terça-feira, 25 de abril de 1961, in CAIC, livro Recortes de jornais N° 94 Doesp e jornais diversos 1947-1967.

¹⁹⁴ Mapa retiro do site: http://www.igc.sp.gov.br/copm_divmun.htm no dia 20 de setembro de 2009 e editado por Éder Momisso.



Os pontos em destaque correspondem aos 58 municípios de atuação da CAIC, destes, 57 estão localizados no Estado de São Paulo e somente um (Três Lagoas) está localizado no Estado de Mato Grosso do Sul: Adamantina, Analândia, Araraquara, Araras, Avaí, Barra Bonita, Birigui, Boa Esperança do Sul, Cafelândia, Campinas, Campos do Jordão, Catanduva, Colina, Coroados, Cravinhos, Descalvado, Dois Córregos, Dourado, Fernandópolis, Garça, Guariba, Ibitinga, Jaboticabal, Jaú, Leme, Limeira, Lins, Lucélia, Macatuba, Marília, Martinópolis, Oswaldo Cruz, Parapuã, Pederneiras, Pereira Barreto, Pirajuí, Pirassununga, Piratininga, Pitangueiras, Pompéia, Rancharia, Ribeirão Bonito, Ribeirão Preto, Rubiácea, Rubinéia, Santa Clara d'Oeste, Santa Fé do Sul, Santa Rita

d'Oeste, Santos, São Carlos, São João do Pau d'Alho, São Paulo, Serra Azul, Sertãozinho, Três Lagoas (MS), Tupã e Viradouro.

Em ocasião do seu balanço financeiro de 1960, a Companhia mencionou que estava em expectativa sobre a concorrência do Estado, pois acabava de serem aprovados a Lei e o regulamento para a execução da Reforma Agrária. Apontou que o Governo iria realizar o loteamento e venda de terra de propriedades do Estado ou as do domínio privado que fossem desapropriadas ou adquiridas para tal fim. A Lei estabelecia a área máxima de 50 hectares, favorecendo os compradores com prazos de dez anos para o pagamento entre outros benefícios, no entanto, exigia-lhes a residência com suas famílias no lote adquirido, pelo prazo mínimo de cinco anos. Esta Lei ordenava a inalienabilidade dos lotes, pelo prazo de cinco anos e vedava o arrendamento ou qualquer forma de cessão durante esse mesmo tempo, e ressalta:

Não obstante esses entraves, embora compensados pelos benefícios da nova lei, houve e ainda perdura um certo retraimento nos negócios imobiliários desse gênero. Fazemos votos para que a iniciativa estatal alcance os bons resultados que estão nas intenções dos que a inspiraram. Estamos, porém, convencidos de que o êxito da CAIC não sofrerá solução de continuidade, habituados como se acham – com o seu sistema e os seus métodos – os proprietários, que desejam desfazer-se de fazendas antigas e os agricultores dispostos a renova-las, divididas em lotes as vastas áreas, realizando a policultura, em busca da prosperidade.¹⁹⁵

Tendo em vistas os planos de Reforma Agrária elaborado pelo Governo, podemos tomar novamente a obra de Piori (1996) como referência. O autor observa que as décadas de 1950 e 1960 foram marcadas pela luta e organização dos trabalhadores rurais,

¹⁹⁵ Relatório da Diretoria para a Assembleia Geral Ordinária de 1961, publicado no Correio Paulistano, ano 107, São Paulo, terça-feira, 25 de abril de 1961, in CAIC, livro Recortes de jornais Nº 94 Doesp e jornais diversos 1947-1967.

ressaltando que alguns dos movimentos ocorridos neste período foram significativos e reveladores do grau de insatisfação e miserabilidade em que estes sujeitos viviam, pressionando para que o Governo tomasse providências:

A partir desses movimentos e de seus órgãos de representação, os trabalhadores rurais conquistaram um espaço maior no cenário social, ampliando o debate político acerca de duas questões fundamentais: a Reforma Agrária e a extensão da Legislação Social Trabalhista.

Pouco tempo após este anúncio, a CAIC foi encampada pelo Estado e logo entrou em entendimento com a Secretaria de Agricultura para executar os serviços de “Revisão Agrária”.¹⁹⁶ Rapidamente, iniciou os estudos dos imóveis próprios do Estado que apresentavam condições propícias ao loteamento e colonização, mas que necessitavam receber algumas benfeitorias indispensáveis. As duas primeiras fazendas a serem retalhadas em parceria com o Estado seriam: fazenda “Santa Helena” em Marília e fazenda “Capivari” em Campinas.

Dentro do que a CAIC propunha como metas, podemos concluir que o setor de colonização lhe propiciou melhores resultados do que o setor de imigração. A Companhia pôde cumprir em grande parte com o que pretendia no setor de retalhamento e venda de terras, atuando em praticamente todas as regiões do Estado e fazendo deste negócio o seu sustento pelos seus trinta anos de existência como empresa privada. Mas provavelmente seu sucesso não seria o mesmo sem a parceria com a Companhia Paulista de Estradas de Ferro que além de ter injetado capital na empresa, ainda favorecia os seus negócios valorizando os Núcleos Coloniais com seus trilhos.

¹⁹⁶ Ata da Sessão de Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 19 de outubro de 1961, publicada no Diário Oficial, ano LXXI, nº 245, Sábado, 28 de outubro de 1961, in CAIC, livro Recortes de jornais Nº 94 Doesp e jornais diversos 1947-1967.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Foi em meio a um período conturbado na história do país, repleto de rupturas, crises e transformações que teve início as atividades da “Companhia Geral de Colonização e Imigração do Brasil”. Uma empresa repleta de ideias, projetos e ambições, porém, desprovida de capital. A CGICB também foi vítima de sua época. Em um curto período, após a sua fundação, a empresa contraiu inúmeras dívidas, e se viu impossibilitada de dar continuidade aos seus projetos, não lhe restando outra alternativa a não ser vender a maior parte de suas ações para a Companhia Paulista de Estrada de Ferro, uma empresa de grande porte, que foi capaz de elevar a Companhia, possibilitando que ela seguisse na sua empreitada.

A fusão entre a CGICB e a Companhia Paulista, ocorrida em 1934, deu origem a então Companhia de Agricultura, Imigração e Colonização, que tinha como principais objetivos o retalhamento de terras e a introdução de trabalhadores rurais, nacionais ou estrangeiros, nas fazendas cafeeiras paulista. Sob a influência da Paulista, a CAIC tomou a seu cargo funções que fugiam em parte as suas metas, como a distribuição de pedra britada e a constituição de uma indústria para a fabricação de adubos, entretanto, não temos como negar que todos os esforços da CAIC estiveram concentrados principalmente nos setores de Imigração e Colonização.

Durante o período de dez anos de existência do setor de imigração, a CAIC não poupou esforços para alcançar suas metas. Neste tipo de negócio, a Companhia buscou trabalhar somente com a subvenção do Governo do Estado de São Paulo, pois assim, seu lucro seria certo, evitando arriscar o seu capital.

Primeiramente a Companhia se concentrou na tentativa de angariar imigrantes estrangeiros. No entanto, sua iniciativa esbarrou nos entraves impostos pelos governantes brasileiros para a entrada de estrangeiros, em especial as políticas restritivas formuladas durante o governo de Getúlio Vargas. Em vista destas dificuldades, a Companhia decide “apelar” para o transporte de trabalhadores nacionais, estes sim apoiados pelo Governo. Durante toda a sua atuação, a Companhia conseguiu introduzir no Brasil, durante os anos de 1935 e 1936, cerca de 776 imigrantes, teuto-russos e lituanos.

O curioso é que a Companhia não aponta o Governo como o maior culpado pelo seu fraco desempenho na introdução de estrangeiros, esta responsabilidade acaba recaindo nas empresas de Navegação, que segundo a CAIC, cobravam preços abusivos pelas passagens marítimas.

Já os resultados com o transporte de trabalhadores nacionais são um pouco mais animadores: no ano de 1936 a CAIC trouxe para São Paulo cerca de 6.122 agricultores, e no ano de 1937, 7.922, totalizando 14.044 migrantes vindos de diferentes Estados como o Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Alagoas, Sergipe, Bahia, Rio de Janeiro, Espírito Santo, Rio Grande do Sul e Santa Catarina. Como pode ser observado pelos dados apontados, os resultados da CAIC neste setor foram bem modestos. Carneiro concorda com esta afirmação e assinala: “houve preocupações a respeito, houve organização, houve trabalho”¹⁹⁷, no entanto, os resultados obtidos não foram satisfatórios.

Conforme Ianni (1963, apud CARNEIRO, 1985, p. 74), entre o período de 1930 a 1939, entraram no Brasil em torno de 333.701 imigrantes, dos quais 259.318 tiveram o Estado de São Paulo como destino. Se compararmos os resultados obtidos pela Companhia

¹⁹⁷ CARNEIRO, 1985, p. 74.

com os dados referentes a entrada de imigrantes fornecidos por Ianni, a percepção de que a CAIC não desenvolveu seus serviços de forma eficaz se torna mais visível.

No setor de colonização o quadro foi bem diferente. A princípio a empresa optou por retalhar e vender as terras localizadas nas zonas velhas, que em geral pertenciam a fazendeiros que queriam dispor de suas terras para comprar outras gleba em zonas novas, onde a fertilidade do solo era maior, ou abrir mão de uma pequena parte de sua propriedade para saldar suas dívidas. Mas conforme os trilhos da Companhia Paulista foram adentrando o Oeste do Estado de São Paulo, a CAIC também se lançou na empreitada de colonizar o interior do estado, e passou a lotear terras em áreas ainda pouco povoadas.

Os resultados destes empreendimentos podem ser considerados satisfatórios. Durante o período de atuação da CAIC foram loteadas cerca de 100 propriedades rurais, totalizando uma área de 659.498 hectares, possibilitando que 11.143 indivíduos se tornassem pequenos proprietários. Pelos dados apontados, tudo indica que a Companhia atingiu ao menos uma boa parte de sua meta, conseguindo manter o retalhamento de terras como seu principal negócio, e o mais lucrativo, desde a sua fundação até a sua encampação.

Ao argumentar sobre a lucratividade da Companhia Carneiro aponta:

A CAIC deu bons lucros. E reiterando que o objetivo financeiro era essencial para a empresa, ao lado da atividade da circulação de mercadorias e passageiros para a Companhia Paulista, não há como não deduzir, sobre o alcance do objetivo em questão, da forma muito satisfatória.¹⁹⁸

Apesar do sucesso que a CAIC vinha obtendo com seus “negócios de terras”, as dificuldades financeiras enfrentadas pela Companhia Paulista eram cada vez maiores, e

¹⁹⁸ Idem, p. 76.

com o passar do tempo foram se tornando insustentáveis. Na visão de Carneiro, “não seria possível à CAIC resolver aquele grave problema de sua criadora. Nem ela fora criada para tanto”.¹⁹⁹ Ou seja, a Companhia não tinha meios de evitar que a Paulista encerrasse suas atividades, sendo assim, em 1961, ambas são encampadas pelo Governo do Estado de São Paulo.

Ao analisar a trajetória da CAIC, é possível notar seu constante envolvimento com o Governo do Estado. A princípio a Companhia manteve uma relação estreita com a Secretaria da Agricultura para obter concessões para o transporte de trabalhadores nacionais e estrangeiros. Apesar de seu desempenho neste setor ter sido aquém do esperado, a Secretaria concedeu à Companhia diversos contratos para que ela prosseguisse neste empreendimento. Em alguns momentos a CAIC chegou a se ver como “agente” do Governo e se denominou uma empresa de caráter semi-oficial.

Outro investimento que teve relação estreita com o Estado foi a instalação das fábricas de Adubos “Guerreiro”. A Companhia convenceu o Departamento Nacional do Café, órgão responsável por fazer a incineração do café comprado e estocado pelo Estado, a comprar a patente do “processo guerreiro” e conceder à CAIC permissão para utilizá-la na fabricação do adubo. Além de fornecer para a empresa, sem custos, as cinzas do café incinerado que era a base do fertilizante.

A ligação entre o Estado e a Companhia se torna mais nítida se levarmos em conta que um dos seus diretores, Edmundo Navarro de Andrade, havia presidido a Secretaria de Agricultura, Indústria e Comércio pelo período de dezembro de 1930 a julho de 1931. Um outro dirigente da Secretaria de Agricultura, o Sr. Gastão Vidigal, havia sido sócio fundador e um dos principais dirigentes da antiga CGICB. Isto demonstra que os dirigentes

¹⁹⁹ Idem, p. 75.

da CAIC eram pessoas influentes, e podem ter utilizado desta condição para favorecer a empresa em algumas ocasiões.²⁰⁰

No entanto, não podemos deixar de mencionar os conflitos existentes neste relacionamento. A Companhia criticou por diversas vezes a Secretaria de Agricultura pela demora em repassar o dinheiro dos subsídios das passagens pelo transportes de migrantes feitos pela empresa. Em sua parceria para a fabricação de adubos, a CAIC também chamou por diversas vezes a atenção do Departamento Nacional do Café pela demora em liberar as cinzas do produto, essenciais para a fabricação do fertilizante.

Por fim, se observarmos toda a trajetória da Companhia em um contexto maior, analisando friamente os resultados numéricos de seus principais empreendimentos, podemos chegar à conclusão de que a CAIC não exerceu um papel de destaque em seu ramo, nem tão pouco contribuiu de forma significativa para a colonização do Estado de São Paulo. Se compararmos com os números alcançados pela Companhia de Terras Norte do Paraná, sua atuação parece ainda mais modesta:

A Companhia de Terras Norte do Paraná colonizou uma área correspondente a 546.078 alqueires de terras, ou 1.321.499 hectares, ou ainda cerca de 13.166 km². Fundou 63 cidades e patrimônios, vendeu lotes e chácaras para 41.741 compradores, de área variável entre 5 e 30 alqueires, e cerca de 70.000 lotes urbanos com média de 500 m². Em 1944 a companhia passou a chamar-se Companhia Melhoramentos Norte do Paraná.²⁰¹

²⁰⁰ Sobre a composição dos acionistas da CAIC a partir de sua reestruturação em 1934 Alfredo aponta: “dentre os sócios fundadores estão descendentes de fazendeiros como Antônio Prado Jr. dentre outros, mas também industriais, como Roberto Simonsen, que detém 250 ações em 1937” (ALFREDO, 2008, p. 15). Ou seja, dentre seus sócios havia pessoas de renome tanto no setor rural como no industrial.

²⁰¹ Catálogo da Correspondência Ativa de George Craig Smith, organizadoras: Prof^a Dr^a Raimunda de Brito Batista e Prof^a Dr^a Regina Maria Guarnier Domiciano (in memoriam). Disponível em <http://www2.uel.br/museu/complementares/colonizacao.html> acesso em 05/02/2010.

No entanto, prefiro analisar a Companhia não apenas pelos seus resultados numéricos alcançados. A meu ver, sua relevância já está no fato da sua existência, da sua trajetória, dos seus projetos, nos seus planos elaborados para os setores de imigração e colonização, nas tentativas (fracassadas ou não) de tentar introduzir trabalhadores nacionais e estrangeiros no Estado, entre outros. Cabe ressaltar que a CAIC atuou praticamente em todas as áreas do Estado de São Paulo, fundou alguns municípios (Barrinha, Lucélia, Rubinéia, Santa Clara D'Oeste, Santa Fé do Sul, Santa Rita D'Oeste e Santana da Ponte Pensa) e sua atuação se fez presente em cerca de 58 municípios do Estado.

As conclusões em que cheguei neste trabalho, são apenas impressões obtidas durante a análise das fontes e da escrita da dissertação, e estão longe de serem arbitrárias e estáticas. A concepção do objeto sempre depende do ângulo de quem o observa. Sendo assim, a real dimensão da Companhia de Agricultura, Imigração e Colonização e sua relevância ficam a critério do olhar de cada leitor deste texto.

FONTES

1- Centro de Memória da Unicamp (CMU)

CAIC (Processo Nº 29) Origens da Companhia-1928

CAIC Livro Recortes de Jornais Nº 94 (Doesp e jornais diversos 1947-1967)

CAIC Livro Recortes de Jornais Nº 49 (1934-1947)

CAIC Copiador de correspondências Nº 01

CAIC Copiador de correspondências Nº 02

CAIC Copiador de correspondências Nº 03

CAIC Copiador de correspondências Nº 04

CAIC Copiador de correspondências Nº 05

CAIC Copiador de correspondências Nº 06

CAIC Copiador de correspondências Nº 07

CAIC Copiador de correspondências Nº 08

CAIC Copiador de correspondências Nº 09

CAIC Copiador de correspondências Nº 10

CAIC Copiador de correspondências Nº 11

CAIC Copiador de correspondências Nº 36

CAIC Copiador de correspondências Nº 37

Relatório Nº 1 para a Assembleia Geral Ordinária de 23 de março de 1935

Relatório Nº 2 para a Assembleia Geral Ordinária de 30 de março de 1936

Relatório Nº 3 para a Assembleia Geral Ordinária de 30 de março de 1937

Relatório Nº 4 para a Assembleia Geral Ordinária de 31 de março de 1938

Relatório Nº 6 para a Assembleia Geral Ordinária de 16 de maio de 1940

Relatório Nº 7 para a Assembleia Geral Ordinária de 20 de janeiro de 1941

Relatório Nº 8 para a Assembleia Geral Ordinária de 03 de março de 1942

Relatório Nº 9 para a Assembleia Geral Ordinária de 15 de março de 1943

Relatório Nº 10 para a Assembleia Geral Ordinária de 16 de março de 1944

Relatório Nº 11 para a Assembleia Geral Ordinária de 19 de março de 1945

Relatório Nº 12 para a Assembleia Geral Ordinária de 28 de março de 1946

Relatório Nº 13 para a Assembleia Geral Ordinária de 31 de março de 1947

Relatório Nº 14 para a Assembleia Geral Ordinária de 28 de abril de 1948

Relatórios Nº 15 para a Assembleia Geral Ordinária de 25 de abril de 1949

Relatório Nº 16 para a Assembleia Geral Ordinária de 27 de abril de 1950

Relatório Nº 17 para a Assembleia Geral Ordinária de 23 de abril de 1951

Relatório Nº 18 para a Assembleia Geral Ordinária de 23 de abril de 1952

Relatório Nº 19 para a Assembleia Geral Ordinária de 09 de abril de 1953

Relatório Nº 20 para a Assembleia Geral Ordinária de 29 de abril de 1954

Relatório Nº 21 para a Assembleia Geral Ordinária de 28 de abril de 1955

Relatório Nº 23 para a Assembleia Geral Ordinária de 29 de abril de 1957

2- Portais da internet

Jornal “O Paraná”, domingo, 19/07/2009, p. C8. Edição Nº 10.070 –Ano 34. Disponível em <http://www.oparana.com.br/Paginas/20090719/edicaoCompleta.pdf> acesso em 21/01/2010.

CARVALHO, Neuza Guerreiro de. História do Martinelli, publicado em 12/12/2005. Disponível em <http://www.saopaulominhacidade.com.br/list.asp?ID=156> acesso em 21/01/2010.

Catálogo da Correspondência Ativa de George Craig Smith, organizadoras: Profª Drª Raimunda de Brito Batista e Profª Drª Regina Maria Guarnier Domiciano (in memorian). Disponível em <http://www2.uel.br/museu/complementares/colonizacao.html> acesso em 05/02/2010.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALFREDO, Anselmo. **Modernização e Fronteira na Cisão Campo-Cidade do Oeste Paulista**: divisão Social do Trabalho numa Modernização Periférica. In: Anais do Encontro Internacional de Geografia, Tradições e Perspectivas. Homenagem ao Centenário de Nascimento de Pierre Monbeig de 1 a 5 de dezembro de 2008 DG-FFLCH-USP.

ALVIM, Zuleika M. F. O Brasil italiano (1880 – 1920). In: FAUSTO, Boris (org). **Fazer a América**. 2ª ed. São Paulo: Edusp, 2000, p. p. 383 a 417.

ARRUDA, Gilmar. **Cidades e sertões: entre a história e a memória**. Bauru: EDUSC, 2000.

AZEVEDO, Luiz Gonzaga de. **Defesa do Café em 1906 e 1907**. São Paulo: Typ. Siqueira, Salles & Comp., 1908.

BALHANA, Altiva P.; MACHADO, Brasil P.; WESTPHALEN, Cecília M. Alguns aspectos relativos aos estudos de imigração e colonização. In: **Anais do IV Simpósio Nacional dos Professores Universitários de História**, Porto Alegre, 3 a 8 de setembro de 1967. p.p. 345-389.

BEIGUELMAN, Paula. **A formação do povo no complexo cafeeiro**: aspectos políticos. 2ª Ed. São Paulo: Pioneira, 1977.

_____. **A crise do escravismo e a grande imigração**. 3ª ed. Brasiliense, 1985.

BERTONHA, João Fábio. **Imigração Italiana no Brasil**. São Paulo: Saraiva, 2004.

_____. **Os Italianos**. 2ª ed. São Paulo: Contexto, 2005.

CARNEIRO, Honório de Souza. **A CAIC - Companhia de Agricultura, Imigração e Colonização: 1928-1961**. São Paulo: Dissertação de mestrado – Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo, 1985.

CASTRO, Hugo de. **O drama das estradas de ferro no Brasil**. São Paulo: LR Editores Ltda., 1981.

COBALRI, A. Familismo e Ética do Trabalho: o legado dos imigrantes italianos para a cultura brasileira. **Revista Brasileira de História**, São Paulo: Anpuh/Humanitas, 1997, pp. 53-74.

COSTA, Emília Viotti da. **Da Senzala à Colônia**. 2ªed. São Paulo. Ed. Ciências Humanas Ltda, 1982.

CUNHA, Alexandre M. e GODOY, Marcelo M. O espaço das minas gerais: processo de diferenciação econômico-espacial e regionalização nos séculos XVIII e XIX. In: **Revista da ABPHE**. V Congresso Brasileiro de História Econômica e 6ª Conferência Internacional de História de Empresas. Caxambú–MG, 7 a 10 de setembro de 2003. Disponível em <http://www.abphe.org.br/congresso2003/textos.html> acesso em 14/01/2010.

D'ANS, Hugues. **Mulher: da escravidão à libertação**. 1º ed, São Paulo: Editora Paulinas, 1989.

DAVATZ, Thomas. **Memórias de um colono no Brasil**. São Paulo: Livraria Martins, 1972.

DEBES, Célio. **A caminho do Oeste**. História da Companhia Paulista de Estradas de Ferro. São Paulo: Bentivegna, 1968.

DULLES, John W. F. **Anarquistas e comunistas no Brasil (1900-1935)**; tradução de César Parreiras Horta. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1977.

EISENBERG, Peter. **Homens esquecidos – escravos e trabalhadores livres no Brasil – século XVIII e XIX**. Campinas: Editora da Unicamp, 1989.

ELIAS, Rodrigo. Braços para fazer um país. In: **Revista Nossa História**. Ano 2/ nº 27, outubro, 2005, p.p. 14 a 19.

FOWERAKER, Joe. **A luta pela terra: a economia política da fronteira pioneira no Brasil de 1930 aos dias atuais**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981.

GERALDO, E. . **A Companhia de Agricultura, Imigração e Colonização e o trabalho imigrante nos anos 30**. In: II Jornada Nacional de História do Trabalho, 2004, Florianópolis. Anais do X Encontro Estadual de História Anpuh-SC, III Reunião Nacional do GT de Estudos do Gênero e II Jornada Nacional de História do Trabalho. Florianópolis : ANPUH-SC/PROEXTENSÃO-UFSC, 2004. p. 304-306.

_____. **O “perigo alienígena”**: política imigratória e o pensamento racial no Governo Vargas (1930-1945). Campinas: Tese de doutorado – Universidade Estadual de Campinas, 2007.

GORENDER, Jacob. **O escravismo colonial**. 4ª ed. São Paulo: Ática, 1985.

HOLLOWAY, Thomas H. **Imigrantes para o café: café e sociedade em São Paulo, 1886-1934**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

KLEIN, Herbert S. Migrações internacionais na história das Américas. In: FAUSTO, Boris (org). **Fazer a América**. 2ª ed. São Paulo: Edusp, 2000.

LAPA, Roberto do Amaral. **A economia cafeeira**. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1983.

LARA, Silvia Hunold. **Campos da violência**: escravos e senhores na capitania do Rio de Janeiro, 1750-1808. 8ª ed, Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1988.

LENHARO, Alcir. **Colonização e trabalho no Brasil**: Amazônia, Nordeste e Centro-Oeste. Campinas: Editora da Unicamp, 1986.

LESSER, Jeffrey. **O Brasil e a questão judaica**: imigração, diplomacia e preconceito; tradução de Marisa Sanematsu. Rio de Janeiro: Imago, 1995.

LINHARES, M. Y. e SILVA, F. C. T. **Terra prometida**: uma história da questão agrária no Brasil. Rio de Janeiro: Campus, 1999.

MARTINS, José de Souza. **A imigração e a crise do Brasil agrário**. São Paulo: Pioneira, 1973.

_____. **Fronteira – A degradação do outro nos confins do humano**. São Paulo: HUCITEC, 1997.

_____. **Subúrbio**. Vida cotidiana e história no subúrbio da cidade de São Paulo: São Caetano, do fim do Império ao fim da República Velha. São Paulo: HUCITEC, 1992.

MATOS, Odilon Nogueira de. **Café e Ferrovias**: a evolução ferroviária de São Paulo e o desenvolvimento da cultura cafeeira. 4ª ed. Pontes, São Paulo, 1990.

MILLIET, Sérgio. **Roteiro do café e outros ensaios**. 4ª ed. São Paulo: HUCITEC, 1982.

MONBEIG, Pierre. **Pioneiros e fazendeiros de São Paulo**. São Paulo: HUCITEC; Polis, 1984.

MOURA, Clóvis. **História do negro brasileiro**. 2ª ed, São Paulo: Editora Ática, 1992.

NEVES, Maria de Fátima Rodrigues das. **Documentos sobre a escravidão no Brasil**. 4ª ed, São Paulo: Editora Contexto, 1996.

NOVAIS, Fernando A. **História da vida privada no Brasil: cotidiano e vida privada na América portuguesa**. 3ª ed, São Paulo: Editora Companhia das letras, 1997.

OLIVEIRA, C. M. S. . **Imprensa e imigração na República Velha**: a revista 'Lusitania' e a colônia luso-carioca (1929-1934). Portuguese Studies Review, Peterborough - Ontario, v. 12, n. 1, p. 143-161, 2005.

PAIVA, Odair da Cruz. **Caminhos cruzados: migração e construção do Brasil moderno (1930-1950)**. Bauru: EDUSC, 2004.

PESSANHA, Andréa Santos. Em nome do progresso. In: **Revista Nossa História**. Ano 2/ nº 27, outubro, 2005, p. 20 - 22.

PINSKY, Jaime. **Escravidão no Brasil**. 3º ed, São Paulo: Editora Global, 1985.

PRADO, Caio Jr. **História Econômica do Brasil**. 14ª Ed. São Paulo: Brasiliense, 1971.

PRIORI, Angelo. **O protesto do trabalho: história das lutas sociais dos trabalhadores rurais do Paraná: 1954-1964**. Maringá: EDUEM, 1996.

_____. “Dops: repressão, violência e controle social”. In: **Revista da Aduem**. Ano 1. Nº. 1. Julho/Dezembro, 1998, p. 21-23.

QUEIROZ, Paulo R. Cimó. Notas sobre a experiência das ferrovias no Brasil. In: **Revista História Econômica & História das Empresas, Vol. II Nº 1** (1999). São Paulo: Hucitec/ABPHE. PP. 91 a 111.

ROSSATO, José Carlos. **Votuporanga em Três Dimensões**. São Paulo: EDICON, 1987.

SALA, Umberto. **A emigração italiana no Brasil (1925)**. Trad. de João Fábio Bertonha. Maringá, PR: Eduem, 2005.

SAKURAI, Célia. Imigração Japonesa para o Brasil: Um exemplo de Imigração Tutelada (1908-1941). In: FAUSTO, Boris (org). **Fazer a América**. 2ª ed. São Paulo: Edusp, 2000, pp. 201 a 238.

SCHWARTZ, Stuart B. **Escravos, roceiros e rebeldes**. 2º ed, Bauru. EDUSC, 2001.

SEGNINI, Liliana Rolfsen Petrilli. **Ferrovias e ferroviários: uma contribuição para a análise do poder disciplinar na empresa**. São Paulo: Cortez, 1982.

SILVA, Henrique M. **Os imigrantes da Letônia no oeste paulista: adaptação pioneira e construção de uma comunidade histórica e imaginária em terras brasileiras 1922-1940**. Maringá: EDUEM, 2002.

SOUZA, Itamar de. **Migrações internas no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 1980.

SPINDEL, Cheywa R. **Homens e máquinas na transição de uma economia cafeeira**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

STOLCKE, Verena. **Cafecultura: homens, mulheres e capital (1850-1980)**. São Paulo: Brasiliense, 1986.

STOLCK, Verena e HALL, Michael M. A introdução do trabalho livre nas fazendas de café de São Paulo. In: **Revista Brasileira de História**. Vol. 3, nº 6, setembro de 1983.

TAUNAY, Affonso de E. **Pequena História do Café no Brasil**. Rio de Janeiro: Edição do Departamento Nacional do Café, 1945.

TEDESCO, João Carlos. **Um pequeno grande mundo: a família italiana no meio rural**. Passo Fundo: EDIUPF, 2001.

THOMPSON, E. P. **A miséria da Teoria: ou um planetário de erros**. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

ANEXOS

- 6 -

DEMONSTRAÇÃO DAS ÁREAS DE TERRAS LOTEADAS PELA C. A. I. C.
SITUAÇÃO EM 31-12-54

DENOMINAÇÃO	MUNICÍPIOS	ÁREA (Ha.)			N.º de Compradores
		Total	Vendida	Vaga	
Santa Joana <i>PR. RICO</i>	Jaboticabal	638,64	638,64	—	26
Ibicata	Leme	948,64	948,64	—	48
Terrenos em Campinas	Campinas	51,07	41,03	10,02	10
Palmeiras	Descalvado	2.638,45	2.638,45	—	20
Barra	Jaboticabal	211,75	211,75	—	3
São Joaquim	São Carlos	1.419,26	1.419,26	—	8
Rijuba	Descalvado	970,06	969,97	0,09	8
Bela Aliança	Descalvado	1.474,75	1.474,75	—	20
Cervo	Pitangueiras	111,32	111,32	—	42
Sertãozinho	Descalvado	539,66	539,66	—	1
Tabajara	Limeira	1.822,26	1.822,26	—	25
Fazendinha	Descalvado	72,60	72,60	—	1
Babilônia	São Carlos	1.391,50	1.391,50	—	20
Tupã	Tupã	2.420,00	2.420,00	—	47
Loceto	Araçás	574,92	574,92	—	17
Itaim	Capital	594,71	594,71	—	247
Victoria	Parapuã	2.067,39	2.067,39	—	380
Brasilândia	Piratinga	3.460,60	3.257,66	203,54	258
Airosa Galvão	Itaú	452,06	452,06	—	22
Guarani	Ribeirão Preto	4.045,22	4.045,22	—	27
A. Bastos	Parapuã	598,95	598,95	—	18
Cantareira	Pirassununga	902,88	902,88	—	15
Boston Cattle	Lucélia	26.970,90	26.970,90	—	549
Sindote	Guariba	6.848,60	6.848,60	—	26
Lageado	Capital	60,28	60,28	—	112
São Martinho	Sertãozinho	18.540,42	18.540,42	—	419
Santa Maria	Jaboticabal	484,00	484,00	—	7
Santa Ernestina	Barra Bonita	1.694,00	1.694,00	—	45
São Clemente	Descalvado	1.145,33	1.145,33	—	8
Carralho de Araujo	Capital	20,59	20,12	0,47	33
Santa Casilda	Dois Corregos-Brotas	3.939,71	3.939,71	—	100
São José	Guariba	3.096,50	3.096,50	—	24
São José das Correntes	Piratinga	949,20	949,20	—	16
Curv. Araujo — Secção B	Capital	30,13	27,32	2,81	79
São Luiz	Tupã	363,00	—	363,00	—
Itaim — 2.ª Secção	Capital	105,92	101,70	4,22	110
Serra Alta	Ribeirão Bonito	554,78	554,78	—	8
Jangada	Corcosos — Bilac	12.564,35	12.564,35	—	429
Dumont	Rib. Preto — Sertãozinho	14.739,01	14.739,01	—	249
Anhumas	Jaboticabal	1.627,06	1.627,06	—	18
Pitangueiras	Tupã	2.420,00	2.420,00	—	2
Boston — 6.ª Secção	Lucélia — Oswaldo Cruz	8.470,00	8.456,64	13,36	141
Boston — 7.ª Secção	Oswaldo Cruz	7.260,00	7.260,00	—	70
Boston Mont'Alvão	Martinópolis	6.841,34	6.841,34	—	168
Barreirinho	Barra Bonita	1.507,49	1.491,18	16,31	40
Santa Lourdes	Bom Esperança	693,33	693,33	—	3
São Domingos	Ribeirão Bonito	1.320,11	1.320,11	—	15
Guaricanga	Avai	1.575,49	1.575,49	—	1
Palestina	Ribeirão Preto	605,00	605,00	—	13
Restinga	Ribeirão Preto	2.997,41	2.997,41	—	12
Puraiso	Serra Azul	1.219,97	1.209,83	10,14	10
São Bento	Ribeirão Preto	1.557,32	1.557,32	—	23
Santa Maria 2.ª	Araçuaia	805,86	805,86	—	7

Anexo A: Demonstração das áreas de terras loteadas pela CAIC

Fonte: Relatório N° 21 para a Assembleia Geral Ordinária de 28 de abril de 1955

- 7 -

DENOMINAÇÃO	MUNICIPIOS	AREA (Ha.)			N.º de Com-pradores
		Total	Vendida	Vaga	
Caju	Leme	2.563,99	2.563,99	—	17
Santa Etelvina	Descalvado	1.336,81	1.336,80	—	7
Escocia	Martinopolis	242,00	205,13	36,87	171
Drumond	Oswaldo Cruz	242,00	169,08	72,92	114
São Luiz 2.ª	Serra Azul	3.438,58	3.438,58	—	21
Guamabara	Araraquara	1.290,80	1.290,80	—	5
São Sebastião	Analandia	1.858,37	1.858,37	—	35
São Francisco	Analandia	1.203,80	1.203,80	—	7
São João dos Patos	Pederneiras	860,38	644,11	216,27	27
Capitanga	Leme	3.413,89	2.425,24	988,65	35
Bom Retiro	São Carlos	6.675,40	6.675,40	—	11
Boston Mont'Alvão 2.ª	Martinopolis	954,69	954,69	—	21
Pae Cará	Santos	196,95	—	196,95	—
Catingueiro	Serra Azul	856,85	856,85	—	7
Retiro	Araraquara	8.345,61	7.749,92	595,69	26
Santa Maria da Glócia	Analandia	274,67	274,67	—	3
Lunardelli	Catanduba	3.377,33	3.377,33	—	16
Calcutá	Luclia	10.998,90	10.998,90	—	199
Sant Ana	Lins	2.763,64	2.763,64	—	17
Agua Virtuosa	Ribeirão Bonito	2.756,38	2.756,38	—	17
Santa Fé do Sul	Fernandopolis	1.452,00	1.272,48	179,52	1.060
Paget	Fernandopolis	75.988,00	73.958,91	2.029,09	1.549
Sítio Daré	Macatuba — Pederneiras	144,00	97,53	46,51	4
Urubupungá	Ferreira Barreto	4.767,40	4.767,40	—	1
Guatuba	Santos	152,70	19,23	133,47	354
Brasília 2.ª	Pompela	3.765,52	3.605,84	158,68	141
Vila Paulista	Campos do Jordão	121,09	121,09	—	19
São Rafael	Descalvado	1.452,00	1.419,25	32,75	17
Marrecas	Luclia	8.712,00	8.265,09	446,91	107
Santa Cruz	Viradouro	738,10	738,10	—	1
Terrenos em Adamantina	Adamantina	0,37	—	0,37	—
Marrecas 2.ª	Luclia	1.827,74	1.728,79	98,95	44
Santa Maria — Cachoeirinho	Pirajul	2.879,70	2.879,70	—	29
Béa Vista	Cafelandia — Lins	2.173,91	2.173,91	—	22
Arapuá	Três Lagoas	413.700,00	136.067,43	277.632,57	501
Flôres	Cravinhos — Rib. Preto	2.663,30	2.663,30	—	81
São Manoel	Cravinhos — Rib. Preto	4.840,00	4.840,00	—	92
Terrenos em Três Lagoas	Três Lagoas	11,75	11,75	—	23
São Bento — Guariba	Guariba	1.694,00	1.694,00	—	12
Primavera	Marília	1.401,89	1.401,89	—	39
Retiro de Santa Rita	Colina	1.197,90	1.197,90	—	14
Brasilândia	Rancharia	17.325,09	17.325,09	—	74
Nossa Sra. Aparecida	Colina	484,00	484,00	—	13
Sco. Antonio A. Limpa	Lins	931,70	916,31	15,39	13
Itacena	Ribeirão Preto	1.778,70	1.776,33	2,37	44
São João — Dourado	Dourado	899,03	568,83	330,20	8
Santa Fé do Sul	Fernandopolis	216,80	4,42	211,76	77
São Sebastião Paraíso	Jão	326,70	326,70	—	1
São Pedro	Dourado	145,20	—	145,20	—
Nova Restinga	Rubiacca	1.452,00	750,87	701,17	9
Espírito Santo	Ibitinga	2.370,78	—	2.370,78	—
São João — Tibicá	Garça	6.050,00	5.579,00	471,00	47
Alto Alegre	Birigui	793,75	—	793,75	—
S O M A.....		774.461,32	485.939,56	288.521,76	8.894

Anexo A

A conflagração européia, além das perturbações imensas e de toda a ordem que veio trazer ao mundo, fez surgir problemas inteiramente novos, que exigem soluções urgentes, rápidas e imediatas. Os modernos processos bélicos de ataque e destruição, com todos seus horrores, visam não só as forças armadas inimigas e seus sistemas de defesa, mas também, e sobretudo, as populações civis, disseminando a morte e espalhando o terror, com todo um longo cortejo de catástrofes, obrigando a evacuação pronta dessas mesmas populações, o que, por sua vez, contribui para dificultar, embaraçar a movimentação dos exércitos de defesa. A vida de todos os países invadidos sofreu verdadeiro colapso, trazendo como consequência a total desorganização das indústrias pacíficas e do trabalho agrícola. Os homens válidos são encaminhados para as fábricas de material de guerra, as mulheres substituem-n'os em vários de seus antigos misteres, verdadeiros exércitos de fugitivos atravancam as estradas, nas margens fica um número infinito de crianças arrancadas de seus lares, perdidas de seus progenitores, abandonadas a toda a sorte de miséria e sofrimentos. Como se este doloroso quadro não bastasse para impressionar indelévelmente os cérebros mais impenetráveis, há ainda a considerar o perigo iminente a que ficam expostas essas crianças com os bombardeios incessantes e sistemáticos das cidades abertas. Todos os povos civilizados do mundo, num movimento de solidariedade humana confortadoramente impressionam

Anexo B: Carta enviada ao presidente Getúlio Vargas.

Fonte: (CMU) CAIC, livro copiador de correspondências N° 09, p. 698-700.

te, na mais alta compreensão da caridade cristã, cuidam de preparar esses pobres entes, vítimas inocentes da fúria desenfreada pelos homens. Dezenas e dezenas de milhares de crianças estão sendo retiradas das zonas de guerra e transportadas para lares longínquos, para lares estranhos.

AO MEMO tempo que isto traduz em elevado grau a forma mais bela e eloquente da generosidade humana, em um grande contraste com os horrores dos embates guerreiros, pode trazer aos povos que oferecem tal abrigo vantagens de incalculável alcance. São pequeninos seres que vão ser acolhidos e em cujas mentes ficará gravada para todo o sempre a recordação destes momentos de pavor e de miséria, mas também a marca inapagavel do país que os recebeu, dos lares que os acolheram, dos povos que os agasalharem. Aprenderão a lingua dessas nações e serão sempre atestados vivos das qualidades de seus habitantes, da fidelidade de seus sentimentos, da amenidade de seus climas e da fertilidade de seus solos.

É altamente consolador verificar-se que a humanidade deste gesto, que a sublimidade desta obra caridosa partiu das Américas e seria impossível que a ela não se associasse, de alma e coração, o povo brasileiro, de que uma das mais assinaladas características é a de uma hospitalidade sem par.

Certa de bem interpretar os sentimentos de nosso povo, bondoso, hospitaleiro, generoso e ordeiro, vem a Companhia de Agricultura, Imigração e Colonização (CAIC) perante V. Excia. oferecer seus esforços para a execução da parcela que nos tocou neste obra grandiosa de caridade humana, na parte que se refere ao Estado de São Paulo. Está ela pronta a receber o número de

crianças inglesas que V. Excia. determinar, ficando inteiramente a seu cargo e sob sua responsabilidade o agasalho e tratamento dessas vítimas da mais estúpida das crueldades, colocando-as em lares brasileiros ou de estrangeiros radicados em nosso Estado, sob a guarda e carinho de pessoas de notória e indiscutível idoneidade.

A esta obra de brasilidade não quer a CAI deixar de prestar toda a solidariedade, emprestando-lhe o melhor de seus esforços.

Grândia Araújo
Grândia Araújo

A S. Excia. o Exmo. Sr. Dr. Getúlio Vargas
D. D. Presidente da República

2010/02/04 04:25 PM

Sr. Dr. Antonio Carlos de Assumpção
 Presidente do Banco do Estado

A Companhia de Agricultura, Imigração e Colonização, em
 organização, pelos seus directores infra-assignados, de accordo com a deliberação
 do V.G., em conferencia ha dias realizada, vem agora consubstanciar a
 proposta para a aquisição da fazenda Santa Joana, em Carrego Novo, município
 de Jaboticabal, de propriedade do Banco do Estado, e pede venia para li-
 gemente descrever a sua finalidade.

A C.A.I.C., em via de organização em São Paulo, visa ao aproveitamento das terras em que primitivamente se implantou a cultura do café no
 Estado, terras estas em que o café já não apresenta produção compensadora, mas
 que, embora aparentemente cansadas, poderão voltar á sua antiga fertilidade, desde
 que se lhes dê a necessaria assistência tecnica. Em nosso pais só muito raramente
 tem estado a sciencia a serviço da agricultura e dahi esse constante
 incansante em busca sempre de zonas novas, de terras virgens, que, uma vez esgotadas,
 são sendo abandonadas, com sacrificio de custosas instalações e benfeitorias,
 e privadas dos melhores elementos da sua população rural. Assim, o progresso
 de novas terras agricolas do novo territorio é quasi sempre realizado á custa e
 com prejuizo das já boas zonas velhas, com sensivel desequilibrio da nossa
 economia. Teve este phenomeno inicio no denominado Norte do Estado e hoje
 elle se opera em quasi todo o Oeste, em que os antigos cafezais se vão lentamente
 transformando em invervedas.

As propriedades agricolas dessas regiões soffrem, consequentemente, com a
 desvalorização, quer trahida pelo esgotamento de suas terras, quer pela perda de
 seus braços. Insufficiente é a população rural de S. Paulo para o necessario aproveitamento
 de todo o seu territorio, insufficiente mais agravada com o continuo deslocamento
 dos trabalhadores agricolas. Novas zonas se abrem diariamente a
 diversas culturas, sem que novos braços sejam introduzidos no Estado. Foi para
 remediar esta situação que se constituiu a C.A.I.C., que irá dar novo curso de
 vida ás primitivas regiões agricolas de S. Paulo e, simultaneamente, cuidará da
 introdução de colonos, nacionaes e estrangeiros, de modo a tornar passivel o
 desenvolvimento economico de todas as zonas do territorio paulista.

A grande propriedade será forçosamente desfraccionar-se, uma vez que não lhe é

Anexo C: Carta enviada ao Sr. Dr. Antônio C. de Assumpção. Presidente do Banco do Estado.

Fonte: UFMS/CPTL Núcleo de Documentação Histórica "Honório de Souza Carneiro", acervo: Honório de Souza Carneiro (HSC).

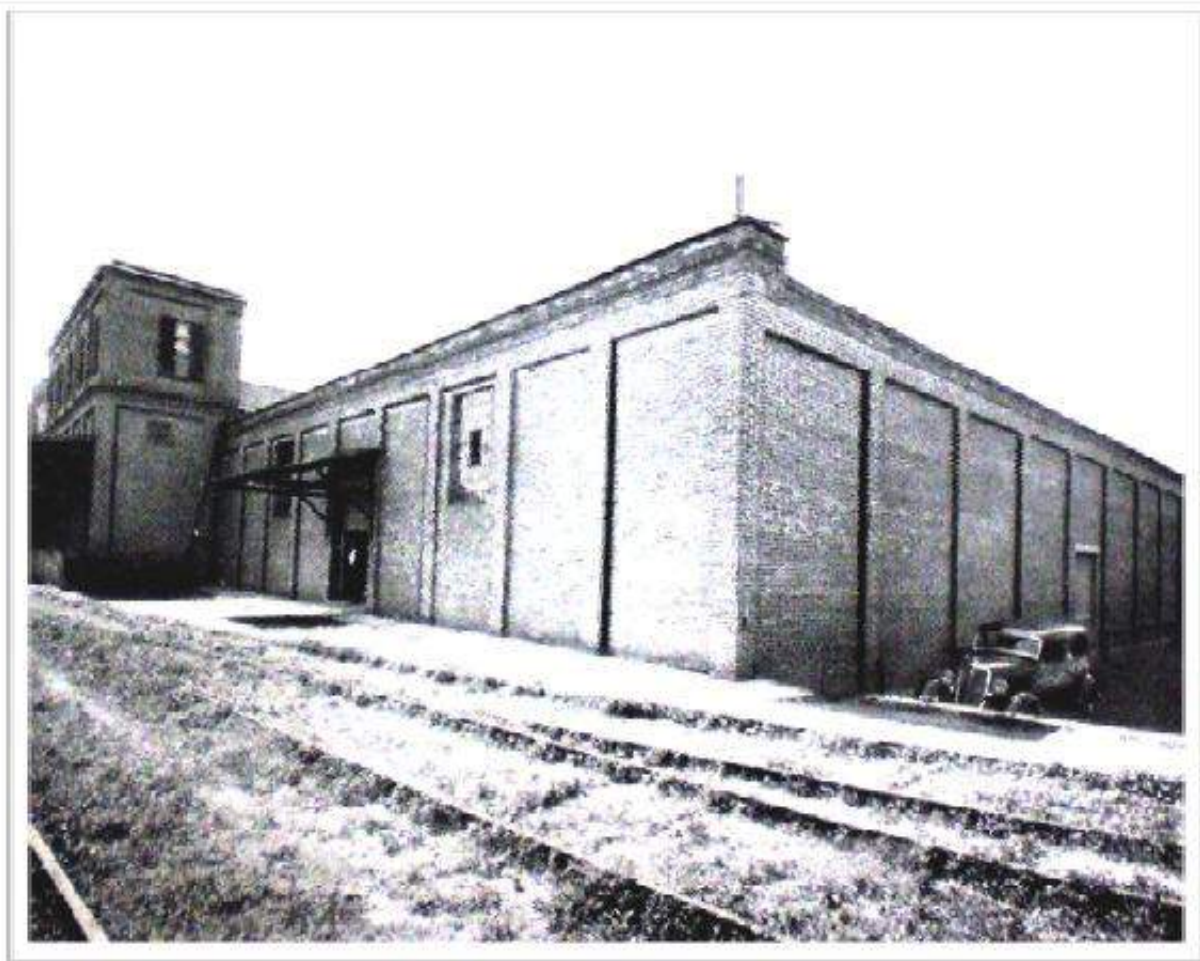
...permite que se estabeleça com a necessária eficiência a troca do café.

Em princípio, a divisão do loteamento de uma propriedade agrícola é de extrema facilidade, quando realmente não o é, pois exige conhecimentos técnicos para um perfeito e equitativo parcelamento, não só de se obter a regularidade de uma terras e abastecimento de água, mas também pelas exigências de diferentes das variedades culturais. Para tanto dispõe a C.A.I.C. de pessoal muito conveniente e experiente, além disto, não bastará apenas que se tenham os lotes e que sejam elles collocados em mãos de futuros proprietários, mas é necessário que se tornem os novos colonos, os lotistas, muitas vezes agricultores e agricultores regionaes, com a necessaria assistência tecnica, para evitar insuccesos fataes a elles mesmos, á propria Companhia e aos fins que se tem em vista. Tal assistência ser-lhes-á assegurada pela C.A.I.C. sob diversas modalidades, por technicos de notoria capacidade, sob a forma de machinas agricolas, sementes seleccionadas, adubos, insecticidas e parasiticidas para o combate ás pragas que assolam as nossas culturas.

Procura a C.A.I.C. adquirir propriedades agricolas em zonas diversas do Estado, em pontos de reconhecida salubridade e não muito distantes de cidades em que os novos lotistas possam collocar os seus productos, quasi sempre de pequena lavoura. Preciso é desde já dar inicio á tarefa que nos impuzemos e, por isto, es'uidas foram varias fazendas, escolhendo a escolha nas que o Banco do Estado possui e de que pretende dispôr. Entre ellas, mereceu-nos certa preferencia a fazenda Santa Joana, em Corregio Rico, em zona em que a cultura cafeeira está em evidente decadencia. É uma propriedade de 400 alqueires, que possui terras que poderão ser loteadas com soffrivel supprimento de agua, e onde facil será estabelecer culturas novas, como as de algodão, de fumo, de cana-de-açúcar e de arvores frutiferas.

A C.A.I.C., de accordo com o entendimento verbal que teve com V.S., propõe-se a adquirir-a pela quantia de 302:000:000, em dinheiro e é vista, certa de que a esclarecida visão de V.S. muito contribuirá para o exito do novo empreendimento que tanto poderá contribuir para o progresso de S. Paulo.

2010/02/06 10:30 AM



Anexo D: Galpão e interior da Fábrica de Adubos Guerreiro, em São Paulo, Barra Funda, 1938.

Fonte: (CMU), CAIC, Relatório N° 4 para a Assembleia Geral Ordinária de 31 de março de 1938.



Anexo D